República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIV — Nº 11 QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1989 BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 1989

Sessão solene destinada à instalação dos trabalhos da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quadragésima Oitava Legislatura

Ata da 1ª Sessão Conjunta, em 15 de fevereiro de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 18 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluízio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maia — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Luiz Piauhilino — João Lyra — Divaldo Suragy — Rubens Vilar — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignaceo Ferreira — Gerson Camata — João Calmon Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mario Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Gonzaga Jaime — Pompeu de Sousa — Maurício Correa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Marcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — Jose Fogaça.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Osmir Lima — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB.

Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSDB; José Dutra — PMDB, José Fernandes — PDT.

Rondônia

Arnaldo Martins — PMDB; Assis Canuto — PFL; Francisco Sales — PMDB; José Guedes — PSDB, José Viana — PMDB.

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Amilcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Paulo Roberto — PMDB.

Tocantins

Alziro Gomes — PFL; Ary Valadão — PDS; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Moisés Avelino — PMDB

Maranhão

Antonio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; Joaquim Haickel — PMDB.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS, Paes Landim — PFL.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... NCz$ 9,32
Exemplar Avulso ..... NCz$ 0,06
Tiragem 2.200-exemplares

Ceará

Bezerra de Melo — PMDB; Etevaldo Nogueira — PFL; Furtado Leite — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Iranildo Pereira — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luiz Marques — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL, Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Marcos Formiga — PL; Ney Lopes — PFL.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Patriota — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Marcos Queiroz — PMDB; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Eduardo Bonfim — PC do B.

Sergipe

Cleonâncio Fonseca — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; José Queiroz — PFL; Lauro Maia — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; Joaci Góes — PMDB; João Alves — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PFL; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Mário Lima — PMDB; Miraldo Gomes — PDC; Prisco Viana — PMDB; Sérgio Brito — PFL.

Espírito Santo

Lurdinha Savignon — PT; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL; Amaral Netto — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Fábio Raunheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Márcio Braga — PMDB; Sotero Cunha — PDC.

Minas Gerais

Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Chico Humberto — PDT; Elias Murad — PTB; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; Lael Varella — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Pádua — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Octávio Elísio — PSDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PDT; Antônio Perosa — PSDB; Antônio Salim Curiati — PDS, Arnaldo Faria de Sa — PJ; Arnold Fioravante — PDS; Fernando Gasparian — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Gastone Righi — PTB; José Camargo — PFL; Jose Carlos Grecco — PSDB; Sólon Borges dos Reis — PTB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Délio Braz — PMDB; Jalles Fontoura — PFL; João Natal — PMDB; José Gomes — PDC; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Márcia Kubitschek — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PFL.

Mato Grosso

José Amando — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PTB.

Mato Grosso do Sul

Juarez Marques Batista — PSDB; Rosário Congro Neto — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Euclides Scalco — PSDB; Maurício Fruet — PMDB; Nelton Friedrich — PSDB; Paulo Pimentel — PFL.

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Vilson Souza — PSDB.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta — PDS; Amaury Muller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Julio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Ruy Nedel — PMDB; Vicente Bogo — PSDB.

Amapá

Geovani Borges — PFL.

Roraima

Chagas Duarte — PDT; Marluce Pinto — PTB; Ottomar Pinto — PMDB.

COMPÕEM A MESA À DIREITA DO SR. PRESIDENTE, SENADOR NELSON CARNEIRO, O DEPUTADO PAES DE ANDRADE, PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SENADOR MENDES CANALE, DEPUTADO CARLOS COTTA E, À ESQUERDA, DEPUTADO LUIZ HENRIQUE E SENADOR POMPEU DE SOUSA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está aberta a sessão.

Honra-nos com a sua presença o Ministro Luiz Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tri-

bunal Federal, a quem convido para compor a Mesa. (Palmas.)

(Toma assento à esquerda do Sr Presidente Nelson Carneiro, o Sr. Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Declaro instalados os trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura.

Convido os Srs. Parlamentares e todos os presentes para ouvirem, de pé, o Hino Nacional. (Pausa.)

(É executado o Hino Nacional nas galerias. A tropa, no exterior, presta as continências de estilo É hasteada a bandeira nacional nos mastros das duas casas.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Encontra-se presente nesta Casa S. Exª, o Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Dr. Ronaldo Costa Couto. Solicito aos Líderes dos partidos que acompanhem S. Exª ao plenário, conduzindo-o até a Mesa. (Pausa.)

(S. Exª comparece, faz a entrega da mensagem e vai ocupar o lugar que lhe está reservado no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Sr 1º Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial, que pela primeira vez vem acompanhada do plano de governo para 1989.

É lida a seguinte

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 3.ª Sessão Legislativa da 48.ª Legislatura

INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Congresso Nacional foi a primeira testemunha das circunstâncias dramáticas em que assumi a Presidência da República. Cabia-me, naquele momento de tragédia, em caráter emergencial, dar estabilidade ao governo que se instalava, propiciando as condições necessárias ao florescimento da democracia, o exercício das liberdades, a implantação do Estado de Direito longamente esperado e desejado pela Nação.

Quatro anos são passados e esta é a quarta vez que me dirijo aos Senhores Congressistas, depositários da soberania popular, para prestar contas sobre a situação nacional.

LIBERDADE

O País goza o período de maior liberdade de sua história.

Nenhuma restrição ao exercício de todos os direitos da cidadania, nenhuma censura, nenhuma discriminação. O pluripartidarismo está consolidado, o Congresso na plenitude dos seus poderes, os mais amplos já conquistados desde a Independência e a República.

País paradoxal em que o novo e o velho, a riqueza e a pobreza, o passado e o futuro oferecem uma paisagem de contrastes, não poderíamos deixar de ressaltar os caminhos de confiança no nosso destino, cada vez de maiores perspectivas, bem como as dificuldades e obstáculos que nos obrigam a administrar uma situação de excesso de crises, em que se superpõem, perigosamente, os problemas econômicos e sociais, além dos problemas políticos existentes numa democracia recente, de costumes frágeis, sem a sedimentação da consciência profunda de direitos e deveres.

CRESCIMENTO

Nestes quatro anos, o País aumentou o seu Produto Interno Bruto em 20,6%. Passamos do oitavo para o sétimo produto industrial do ocidente. Nos últimos cem anos, fomos a Nação que mais cresceu no mundo. Somos a grande sociedade industrial do Hemisfério Sul. Seremos, até o fim do século vinte, a metade da população da América Latina. Fabricamos desde produtos simples até os mais sofisticados de alta tecnologia. Dominamos tecnologias, avançamos em qualidade de bens de consumo, dando-nos condições competitivas no mundo inteiro. Ultrapassamos com larga margem, pela primeira vez, o patamar de 30 bilhões de dólares de exportações. Há dois anos, temos as maiores safras agrícolas de nossa história, de quase setenta milhões de toneladas. Desenvolvemos tecnologias avançadas no setor da biotecnologia, de manejo de solos e da irrigação.

Na área de preparação de recursos humanos para o desenvolvimento, somente nestes quatro anos, aumentamos de sessenta por cento o número de bolsas financiadas para criar especialistas, internamente e nos grandes centros científicos do mundo inteiro. Neste período, dominamos a tecnologia sensível do enriquecimento do urânio, avançamos na pesquisa de fibras óticas, supercondutores, tecnologias de satélites e comunicações, veículos lançadores, computadores, reatores, aeronaves e em muitos outros setores.

Esses dados nos enchem de redobrada confiança.

Todos os nossos problemas estão sendo equacionados, dependendo apenas de continuidade e recursos que, infelizmente, não são disponíveis na magnitude que precisamos.

DÍVIDA EXTERNA E INFLAÇÃO

Sobressaem hoje, de maneira aguda, dois graves problemas: o da dívida externa e o da inflação.

Regularizamos nossas contas com os credores externos, mas o montante da dívida e seu respectivo serviço ainda constituem séria restrição ao desenvolvimento da nossa economia. É preciso reduzi-la, porquanto o País não suporta permanecer na condição de exportador de capitais para os países ricos. Afinal, nossa prioridade é o desenvolvimento nacional.

Embora reconheçamos o papel que o mercado vem tendo na redução voluntária dessa dívida, é fundamental insistir na responsabilidade política dos países industrializados para a criação de mecanismos institucionais que possibilitem rápida e definitiva diminuição do estoque da dívida.

Em constantes articulações com mandatários da América Latina e do mundo inteiro, que administram os mesmos problemas, temos procurado alertar para a necessidade de uma nova ordem econômica mundial mais justa e humana.

Quanto à inflação, este é um mal que pesa no Brasil ao longo de sua história e tem uma carga de erros e ausência de decisões que deveriam ter sido tomadas ao longo do tempo. Não é também um mal brasileiro. Tem sido a grande inimiga da estabilidade, do crescimento e do bem-estar da América Latina e dos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo.

Ao assumir o governo, a taxa inflacionária já era da ordem de 12% ao mês. A dívida externa, a maior do mundo. Tentei por todas as formas, inclusive pelo inovador Plano Cruzado, reverter essa situação.

Somente no meu governo, foram pagos 55 bilhões de dólares de juros e amortizações, para uma dívida total que ficou praticamente estável nos últimos quatro anos. É uma sangria de recursos intolerável para um País em desenvolvimento.

O protecionismo, as retaliações, as barreiras alfandegárias têm procurado bloquear o nosso caminho para cada vez mais ocupar os nossos espaços. Nada tem detido o progresso do Brasil que, embora enfrentando grandes dificuldades, não deixa de avançar no comércio mundial.

A Nação atravessou incólume os seus dois grandes desafios: a modernização e a opção de seu regime político.

Hoje, somos um País moderno, inserido na economia mundial, melhorando a cada dia a vida do nosso povo, capaz de produzir sempre mais e mais, povo que ama a sua pátria, tem orgulho do que pode construir ao longo do tempo e ocupar a posição de liderança de que desfruta.

Ao mesmo tempo, fizemos a opção por uma sociedade democrática pluralista e aberta, convivendo em paz, resolvendo suas questões pelo diálogo e pelo entendimento. Essas duas vertentes são definitivas na história de todos os povos. Ambas estão sendo amplamente praticadas no Brasil.

A Assembléia Nacional Constituinte, encerrada a 5 de outubro de 1988, deu-nos uma nova Constituição, repositório de grandes avanços sociais, e nos entrega a tarefa de completá-la, através das leis complementares e do exercício cotidiano dos costumes políticos.

A Constituição de 1988 criou, por sua vez, uma Nova Federação com melhor distribuição de recursos e de responsabilidades entre a União, Estados e Municípios. A tarefa de construir esta nova ordem, sonhada e implantada agora, será obra dos estadistas do futuro. Essa escolha de uma Nova Federação pela sociedade brasileira é definitiva e aponta claramente no sentido da descentralização. Fortalecidos os Estados e Municípios, redefine-se o papel da própria União, que deverá ajustar-se à nova realidade de recursos.

Remanescem os grandes desníveis de renda, os baixos índices de bem-estar social, a violência que se manifesta de maneira cruel e assustadora nas cidades e no campo. São problemas que temos de enfrentar com coragem.

Os programas sociais desenvolvidos pelo governo nestes quatros anos abriram importantes janelas para o equacionamento de novas soluções pela sociedade.

Tenho tido grande preocupação pelo problema social. Em matéria de salários, se considerarmos os rendimentos médios recebidos pelos trabalhadores ocupados, com carteira de trabalho assinada, verificaremos nestes quatro anos um ganho real superior a 22%. Criei também o vale-transporte, o seguro-desemprego e valorizei a organização sindical, entre tantas outras iniciativas.

Outro tema que surge e que será sem dúvida o grande debate do futuro é o problema ecológico. O Brasil tem um imenso patrimônio natural a preservar. Temos a maior floresta úmida do globo. Temos grandes recursos naturais. Não podemos cometer os erros de muitos países desenvolvidos, que progrediram destruindo o meio ambiente, degradando o Planeta, de modo a ameaçar a própria vida. Por outro lado, o arsenal nuclear das grandes potências é a maior ameaça ecológica que existe, porque pode destruir a Terra.

Queremos a ajuda internacional nesse setor. Aceitaremos a cooperação científica, tecnológica, em recursos monetários e recursos humanos. Mas o dever principal é nosso. Uma coisa, contudo, jamais admitiremos: a internacionalização da Amazônia, a troca de nossa terra, da nossa soberania pela dívida ou por qualquer outra compensação.

A política externa brasileira ganhou intenso dinamismo. Nestes anos, o Brasil foi um ativista da integração da América Latina, estendeu e ampliou todas as suas relações com todos os povos, sem restrições e discriminações. Abriu novos horizontes, ocupou lugar de destaque com a conquista de amplos espaços diplomáticos, com o mundo desenvolvido, com o Leste, com o Terceiro Mundo, com os países em desenvolvimento, com a África e com nossos vizinhos.

Hoje, ganhou grande dimensão a voz do Brasil nos fóruns internacionais e nas relações bilaterais.

Senhores Congressistas,

Considero relevante apresentar-lhes informações sobre o desempenho global da economia brasileira em 1988 e, também, esclarecimentos sobre os esforços do governo para controle da inflação.

A economia mundial passa por intenso processo de reorganização, com a cada vez mais próxima integração da Comunidade Econômica Européia, a crescente aproximação dos Estados Unidos, Canadá e México, bem como a formação do Bloco dos Países Asiáticos.

Precisamos preparar o Brasil para essa nova fase da economia mundial, na qual apenas os mais eficientes se destacarão.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E AJUSTAMENTO

Nesse sentido, meu governo apresentou à sociedade brasileira, em meados do primeiro semestre de 1988, o "Programa de Modernização e Ajustamento" (PMA), centrado, em grande medida, na redução à metade do déficit potencial do setor público que, àquela altura, apontava para cerca de 8% do PIB.

Para a consecução desse objetivo, foi suspensa por dois meses a aplicação da URP sobre o salário do funcionalismo federal, foram reduzidas as despesas oficiais com o trigo e racionalizada a política de estocagem reguladora e de preços mínimos. Ademais, foram diminuídos os prazos de recolhimento de alguns impostos e estabelecidos tetos para as despesas de custeio e capital da União, bem como para a concessão de crédito a todas as esferas do setor público. Finalmente, procuramos estabelecer, para os preços e tarifas dos bens e serviços geridos pelas empresas estatais, patamares compatíveis com a rentabilidade desejada e com a programação dos seus investimentos.

As últimas informações disponíveis indicam que a meta de 4% do PIB, para o déficit público, foi plenamente alcançada, o que se deve à condução rigorosa da política fiscal dentro dos limites traçados no PMA, aliada ao aperfeiçoamento institucional na esfera do controle das finanças públicas.

APRIMORAMENTO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O ano de 1988 marca o amadurecimento do processo de unificação do Orçamento Geral da União (OGU), iniciado em 1986, através da incorporação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, cujas contas eram antes administradas pela Autoridade Monetária. O resultado é que todos os gastos de natureza fiscal, sem exceção, são agora abrangidos pelo OGU e centralizados pelo caixa único do Tesouro. Este é um avanço histórico na administração pública do País.

A consolidação do caixa único do Tesouro constituiu importante fator para o aumento da disciplina fiscal do Governo, evitando a dispersão de contas correntes de órgãos públicos no sistema bancário e facilitando a elaboração de cronogramas para a realização dos dispêndios.

A unificação orçamentária e as modificações introduzidas pela nova Constituição, no que se refere ao papel do Congresso Nacional na apreciação dos orçamentos públicos, farão com que estes reflitam, com fidelidade, as expectativas da sociedade em relação às ações do Governo, as quais deverão estar prioritariamente direcionadas para o combate às iniquidades sociais, por meio da melhoria da distribuição de renda e da promoção do desenvolvimento econômico e social.

A estratégia adotada em 1988 fundamentou-se na luta contra o déficit público como uma das pré-condições para a obtenção de resultados efetivos no combate à inflação. E, muito embora tal estratégia tenha sido bem-sucedida, do ponto de vista fiscal, a persistência do fenômeno inflacionário continuou a gerar preocupação.

Nos últimos anos, o desempenho da economia brasileira tem sido fortemente condicionado pelo processo inflacionário.

Em 1988, a reaceleração inflacionária evidenciava a necessidade de ajustes, de modo a evitar o aguçamento das incertezas e a deterioração irreversível do processo econômico, em face à natureza e à gravidade dos desequilíbrios detectados

A origem desses desequilíbrios remonta à ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira a partir de 1982, quando houve uma brusca reversão do influxo dos capitais externos que, até então, viabilizara a consecução de elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB.

As restrições ao financiamento global de nossa economia se fizeram sentir mais fortemente sobre o setor público, uma vez que, ao longo do processo de ajustamento, os encargos externos foram sendo gradativamente assumidos pelo Governo Central, sem que, paralelamente, fossem criados mecanismos compensatórios para equilibrar as finanças públicas.

O resultado mais evidente dessa conjunção de fatores foi o incremento inusitado do endividamento público interno e externo, cujo ônus, associado à indexação generalizada de contratos e às restrições crescentes ao financiamento não inflacionário do déficit governamental, virtualmente impedia a concretização de programas mais eficazes de estabilização.

Sob essa perspectiva, a opção de política econômica adotada no ano passado pautou-se pela implementação gradativa de uma série de medidas corretivas nas áreas fiscal e monetária, voltadas para a drástica redução do desequilíbrio financeiro do setor público. Tais medidas foram norteadas pela necessidade de se estabelecer, preliminarmente, condições objetivas para o pleno sucesso de um novo programa de combate à inflação.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Apesar de todos os esforços governamentais, não foi possível evitar que a ênfase dessa estratégia sobre a estabilização macroeconômica de curto prazo implicasse menor ritmo de expansão das atividades produtivas, o que se refletiu no crescimento estimado de 0,04% para o PIB, no ano passado.

Ressalta-se, todavia, que a produção agropecuária – que, em 1987, expandiu-se em 14,0%, alcançando um recorde histórico – manteve excelente desempenho em 1988, graças a uma adequada política de fixação de preços mínimos, à satisfatória oferta de crédito e às boas perspectivas do mercado externo, contribuindo assim, de forma positiva, para atenuar pressões inflacionárias e para a obtenção do expressivo superávit de US$ 19,1 bilhões da balança comercial.

A atividade industrial, por seu turno, foi em grande medida influenciada pelo impacto das medidas restritivas adotadas, tendo se desacelerado a partir de meados do ano passado. Entretanto, essa tendência declinante foi parcialmente compensada pelo beneficiamento da grande safra agrícola colhida e pelo intenso dinamismo das exportações, em particular das indústrias de material de transporte e correlatas, cujas vendas no mercado externo superaram US$ 3,0 bilhões, permitindo um crescimento deste setor específico da ordem de 9,0%.

A balança comercial, como mencionado, mais uma vez apresentou excelente superávit, fruto de excepcional desempenho das exportações, que aumentaram quase 30% em relação às realizadas em 1987, permitindo a recuperação do nível das reservas brasileiras, o que favorece a posição negociadora do País junto aos credores externos.

De fato, quando se examina o grau de utilização da capacidade produtiva industrial instalada, verifica-se a sua manutenção nos mesmos níveis observados nos dois anos anteriores (cerca de 80%), evidenciando que a desaceleração da economia não foi tão acentuada como no período 1981/84, quando este indicador não chegou a atingir a média anual de 74%.

EMPREGO

De forma consistente, o comportamento do mercado de trabalho, no segundo semestre de 1988, acusou uma taxa de desemprego inferior à média de idêntico período do ano anterior. Paralelamente, o salário médio real nas Regiões Metropolitanas registrou crescimento em comparação com os níveis de 1987, o mesmo sucedendo com o Piso Nacional de Salários.

Enfatizamos a manutenção do reduzido nível de desemprego no Brasil. Em 1988, a taxa média de desemprego aberto alcançou 2,92%, em dezembro, nas principais Regiões Metropolitanas. Pelo terceiro ano consecutivo, a taxa de desemprego é inferior à observada no triênio anterior ao meu governo e das mais baixas entre os países da América Latina.

É relevante também registrar que a prioridade aos setores sociais continuou sendo fielmente obedecida. Os programas de alimentação e nutrição, de mutirão habitacional, de urbanização de favelas, de apoio ao pequeno produtor rural, de construção de escolas rurais, de atendimento ao menor carente e ao idoso, de assistência médica e previdenciária, entre outros, beneficiaram milhões de brasileiros, absorvendo vultosos recursos que foram preservados nas medidas de contenção de gastos públicos.

ACORDO EXTERNO

Houve significativo avanço, do mesmo modo, relativamente ao problema da dívida externa, com o acordo de reescalonamento com os credores governamentais, novos termos de compromisso com o Fundo Monetário Internacional e, em setembro último, o acordo plurianual de renegociação com os bancos comerciais.

Merece especial destaque o acordo com os bancos credores, por suas condições vantajosas para o Brasil e que estão entre as melhores já obtidas por países devedores. Essas incluem o reescalonamento de 94% da dívida vincenda no período de 1987 a 1993, no valor de US$ 60,6 bilhões, por vinte anos, com oito de carência; estabelecimento de uma taxa de risco substancialmente menor, a partir de janeiro do corrente ano; reprogramação do pagamento de juros aos bancos, de trimestral para semestral; recursos novos no montante de US$ 5,2 bilhões, com prazo de doze anos e cinco de carência; e prorrogação das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US$ 14,1 bilhões, por dois anos e meio.

Apesar das evidentes vantagens que o Brasil obteve nas circunstâncias, o acordo com os bancos credores não pode ser considerado solução definitiva para a angustiante questão da dívida externa. Foi apenas um passo. Outros deverão ser dados para possibilitar redução do estoque da dívida, de forma cooperativa.

Restou como óbice maior à retomada do crescimento, o agravamento do processo inflacionário, que é a manifestação mais aguda do virtual esgotamento do padrão de financiamento adotado nos últimos anos pelo País, baseado em grande parte na poupança externa e no endividamento público interno.

Como frisei, apesar das medidas de contenção do déficit público – que representaram iniciativa preliminar às mudanças mais amplas que viriam a ser implantadas no início do corrente ano – a inflação continuou a se acelerar, basicamente pela formação de expectativas e pela generalização dos esquemas de indexação por todos os setores e agentes da economia, gerando uma grande rigidez que impedia os ajustes requeridos pelo mercado.

PACTO SOCIAL

A exarcebação das expectativas inflacionárias, no último trimestre do ano, colocou em uma só mesa Trabalhadores, Empresários e Governo, os quais foram capazes de renunciar a idéias preconcebidas e negociar um verdadeiro Pacto Social, que efetivamente conseguiu afastar o perigo da hiperinflação.

Os entendimentos no âmbito do Pacto Social foram promissores. Sem desconhecer as causas básicas da inflação brasileira, optou-se por atacar, de imediato, a formação de expectativas por parte dos agentes econômicos, pactuando-se a correção de preços com base na inflação esperada.

O setor empresarial articulou-se, realizando reuniões entre representantes dos diversos segmentos, objetivando o cumprimento das decisões pactuadas. Os trabalhadores defenderam seus direitos, abrindo mão de reivindicações incompatíveis com a difícil situação nacional. O Governo honrou seus compromissos, apresentando, discutindo e implementando amplo programa de saneamento das finanças públicas.

PLANO VERÃO

Não obstante, a incerteza gerada pelo processo inflacionário, desorganizando as finanças públicas e privadas, inibindo os

investimentos e a criação de empregos, passou a exigir providências – como a mudança do padrão monetário, a contenção da despesa pública, inclusive com extinção de ministérios e de empresas, e a definição de regras para desindexação, com temporário congelamento de preços e salários – de modo a assentar as bases para um novo período de crescimento.

Tais decisões foram tomadas em 15 de janeiro último e, dada a relevância e urgência da matéria, encaminhei para o esclarecido exame e necessária aprovação de Vossas Excelências um conjunto de Medidas Provisórias que compõem o denominado "PLANO VERÃO".

São medidas duras, que exigem sacrifícios de todos os segmentos sociais. As experiências recentes de outros países, no tocante ao combate à inflação, mostram que não se pode desanimar diante de aparentes insucessos de Planos de Estabilização. Digo aparentes, porque os Planos Cruzado e Bresser foram parcialmente bem-sucedidos, na medida em que evitaram o surgimento de processos recessivos, o aumento do desemprego e a queda da demanda, impedindo que a inflação comprometesse o tecido social. Nos dois planos, o Governo agiu no momento exato, com determinação e coragem de adotar medidas drásticas e inovadoras. O retorno do processo inflacionário decorreu, em grande parte, é preciso reconhecer, do desequilíbrio financeiro do setor público.

Hoje, há condições favoráveis para o sucesso do novo Plano. Afinal, o déficit público está sob rígido controle, a política monetária está sendo conduzida com um grau de aperto adequadamente elevado e o Governo está disposto a coibir qualquer tentativa de especulação por parte daqueles que sempre apostam na crise e na desagregação social e econômica. Do mesmo modo, há consciência de que a eliminação do processo inflacionário é a melhor garantia de preservação do salário real.

Senhores Congressistas,

Cabe também assinalar que, além da identificação do componente inercial do processo inflacionário, o "PLANO VERÃO" fundamenta-se na necessidade de recuperação da poupança doméstica, mais particularmente do setor público, premido, por um lado, pelos elevados níveis de endividamento e pelas restrições de financiamentos interno e externo e, por outro, pelas demandas por maiores gastos públicos na infra-estrutura social e econômica.

Sob essa perspectiva, a política fiscal está concebida de forma a proporcionar o reequilíbrio das finanças públicas, mediante ações de amplo espectro, a exemplo das medidas adotadas já a partir de meados do ano passado, como a chamada "Operação Desmonte" e a definição de critérios rigorosos para a rolagem das dívidas dos Estados e Municípios.

Posteriormente, o Orçamento Geral da União incorporou uma série de providências visando à elevação da receita fiscal, como a eliminação de vários incentivos, a elevação de alíquotas e a antecipação do recolhimento de alguns impostos, a criação da contribuição social para o financiamento do sistema de seguridade, além da intensificação do esforço de fiscalização.

Quanto às despesas, por meio da recente Reforma Administrativa foi proposta a extinção de seis ministérios, quatorze órgãos da administração direta, cinco autarquias e fundações, e seus respectivos cargos. Foram dissolvidas três empresas públicas e determinada a alienação de outras sete. Além disso, foi proposta a demissão de funcionários e estão sendo ajustadas as despesas com pessoal ao teto constitucional de 65% das receitas correntes. Complementando essas medidas, condicionou-se a realização de despesas à existência prévia de disponibilidade de caixa. As emissões de títulos da dívida pública ficarão limitadas ao pagamento de principal e juros.

Em adição, está sendo proposto um amplo programa de privatização e alienação de ativos não operacionais das empresas estatais federais, cujos recursos serão canalizados para o financiamento da expansão real de 15%, prevista para os investimentos dessas empresas relativamente a 1988, a qual, associada às operações de crédito oficial ao setor privado, através do BNDES, reafirma a intenção governamental de evitar os eventuais impactos contracionistas das medidas de ajuste.

Essa intenção torna-se mais nítida com a fixação da meta de redução do superávit comercial de US$ 19,1 bilhões para US$ 14,5 bilhões. Tal redução será atingida, primordialmente, pelo incremento das importações destinadas à promoção de investimentos para a modernização do parque produtivo nacional, no contexto da nova política industrial hoje em vigor.

A nova política industrial foi o resultado de três anos de intensos e profícuos debates no âmbito do Governo, nas Universidades e nas Associações de Classe, constituindo triunfo do entendimento entre os diversos órgãos que se ocupam do setor industrial e a classe empresarial, consultada em todas as fases do trabalho.

Na área internacional, serão mantidos entendimentos visando à negociação de novos mecanismos capazes de reduzir o peso da dívida externa sobre a economia. O alívio dessa restrição deverá permitir não só reduções do superávit comercial, como também dos pagamentos de encargos financeiros devidos pelo setor público, responsável que é pela maior parcela do débito externo.

Uma vez equacionado o desequilíbrio das finanças públicas, torna-se factível a recuperação do pleno controle sobre a política monetária, para o que também contribuirá a contenção das operações de reempréstimo e conversão da dívida externa.

Bem-sucedida nos seus primeiros meses, à estratégia governamental se acoplarão as decisões de empresários e trabalhadores no que tange a uma nova política de rendas para o País, que poderá ser concertada no Pacto Social, tendo como referencial básico a estabilidade de preços alcançada.

Concluído o processo, estarão lançados, de forma duradoura, os fundamentos para a retomada da taxa histórica de crescimento econômico, sem o risco do recrudescimento inflacionário, o que permitirá a elevação continuada do nível de bem-estar da população brasileira.

Senhores Congressistas,

É com orgulho que, atravessados quatro anos de dificuldades, posso dirigir-me a essa alta Casa, fonte das grandes decisões nacionais, para dizer-lhes que o País está em paz, a democracia consolidada.

Somos a segunda democracia do mundo ocidental, com mais de setenta milhões de eleitores. Tivemos três eleições e a Assembléia Nacional Constituinte. Neste ano, será eleito o Presidente da República, o País estará com sua economia restaurada e poderá, com a transição concluída, continuar sua grande marcha para o século XXI.

Os ventos da liberdade percorrem o Brasil. Todos expressam livremente suas opiniões. Ninguém se sente ameaçado por ideologia, crença, raça ou qualquer coação.

As instituições funcionam. Tenho procurado não somente pregar democracia, mas ensiná-la pelo exemplo.

O futuro falará destes tempos difíceis com a visão da construção institucional e da fundação da moderna democracia brasileira.

Brasília, 15 de fevereiro de 1989.

JOSÉ SARNEY
Presidente da República

I – POLÍTICA SOCIAL

1. AÇÃO SETORIAL

O Governo procurou formular a política econômica em estreita articulação com a política social: as duas embasaram, com igual peso, a ação governamental. Não há política econômica eficaz se ela não busca corrigir os graves desequilíbrios sociais ainda vigentes.

A construção de um país moderno, democrático, progressista requer combater a fome e a miséria, reduzir as desigualdades da distribuição da renda e da riqueza, estancar a deterioração das condições de vida nas cidades, eliminar os bolsões de pobreza no campo, dar oportunidade a todos para que se eduquem e se profissionalizem de modo a almejar emprego digno e estável, assistir às populações mais vulneráveis, e propiciar o acesso universal à saúde e tranqüilidade aos idosos e aposentados. É responsabilidade do Estado não só preparar as condições de crescimento econômico, como garantir a cada um dos brasileiros o exercício da sua condição de cidadão.

A atuação do Governo Federal nos chamados setores sociais continou sendo expressiva no ano de 1988.

A título de ilustração, destaque-se o setor de assistência médica e previdenciária, em que o dispêndio global foi de NCz$ 4,3 bilhões. A massa de aposentados e pensionistas eleva-se a 12,7 milhões de segurados. Somente em 1988, na área urbana, foram concedidas 180.289 novas aposentadorias, na área rural, 105.327 pessoas puderam se beneficiar com novas aposentadorias e pensões no referido exercício. Os órgãos componentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde – SUDS registraram 311,7 milhões de atendimentos básicos, 262,3 milhões de consultas médicas ambulatoriais; 55,5 milhões de atendimentos odontológicos; 8,0 milhões de internações; 11,0 milhões de radiodiagnósticos; 62,6 milhões de exames de patologia clínica; 6,5 milhões de exames especializados; 194 mil pacientes submetidos à diálise e 5,8 milhões de outras terapias especializadas.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) continuou apoiando decididamente o menor carente e a sua família através de um orçamento de NCz$ 172,2 milhões. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), por sua vez, atendeu a quase um milhão de menores carentes, distribuídos por 1.300 municípios, no que foram gastos cerca de NCz$ 30,7 milhões.

A ação assistencial do Governo permitiu beneficiar a milhões de habitantes, através de: mutirão habitacional, apoio ao pequeno produtor, urbanização de favelas, construção de escolas rurais, entre outros programas. Somente a Secretaria Especial de Ação Comunitária aplicou recursos no montante de NCz$ 128,1 milhões durante o ano de 1988.

Os Programas de Alimentação e Nutrição para as famílias de baixa renda tiveram continuidade, ampliando a cobertura e conseguindo resultados mais satisfatórios. A atuação conjunta do INAN, da SEAC, da FAE e da LBA, contribuiu para reduzir carências alimentares e a desnutrição em parcelas significativas da população brasileira.

É oportuno lembrar que o Governo tem consciência de que programas assistenciais jamais irão configurar soluções definitivas para os problemas sociais que afligem uma grande parte dos brasileiros. Estes só desaparecerão com a expansão do nível de emprego e elevação do poder de compra dos salários.

Neste sentido, é função do Estado ampliar e aperfeiçoar o sistema educacional, tendo em vista assegurar não só a educação para todos, como capacitar a população para empregos dignos e estáveis. Perseguindo tal objetivo, em 1988, foram criadas 72.810 novas vagas no ensino básico, beneficiando 819.181 alunos. No ensino de 1º grau, 254.130 novas vagas foram adicionadas. Já o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino de Segundo Grau, entre outras realizações, implantou 57 escolas técnicas e reformulou 18, aplicando cerca de NCz$ 3 milhões. No Ensino Superior, inclusive Pós-Graduação e Pesquisa, foram aplicados NCz$ 83,4 milhões.

Igualmente importante é possibilitar a elevação dos salários indiretos, através de ações nas áreas de habitação e transporte urbano e elevar as condições de vida urbana através da expansão dos sistemas de saneamento básico. Da mesma forma, devem ser lembrados os avanços dos processos de reforma agrária, o apoio ao desenvolvimento comunitário e as ações dirigidas a promover as áreas pobres, em particular no Nordeste do País.

Levando em conta as dificuldades de ordem econômica e financeira, presentes em 1988, considera-se que os ministérios apresentaram desempenho satisfatório na área social, o que caracteriza a prioridade que o Governo concedeu ao setor. Esses resultados estão detalhados nos relatórios setoriais.

2. PERSPECTIVAS PARA 1989

O plano de ação governamental na área social, para o ano de 1989, está determinado pelas disposições constitucionais. A Nova Constituição abriu as portas da modernidade e da democracia para o País. A política do Governo não pode ser outra senão a

de contribuir para que tais portas permaneçam abertas e para que toda a população possa por elas passar. Ingressar no mundo de cidadania plena, onde as desigualdades sócio-político-econômicas não sejam mais os traços dominantes, é o objetivo.

As disposições constitucionais criam as bases legais para a diminuição destas desigualdades. Contudo, esta é uma tarefa coletiva, na qual toda a sociedade deve estar engajada: o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, os empresários, os trabalhadores, a sociedade organizada. Sua implantação será gradual, pois o esforço requerido é grande, mas maior é sua necessidade.

Já no ano passado, por iniciativa do governo, foram aprovadas no Congresso Nacional modificações na política tributária com o objetivo de criar fontes de recursos suficientes para fazer frente à ampliação dos benefícios de Seguridade Social. Ao fim do primeiro trimestre deste ano, deverá estar pronta a proposta de Legislação Complementar que definirá a estrutura e o funcionamento do Sistema Nacional de Seguridade, tal como previsto na Constituição.

A consolidação do Sistema Unificado e Descentralizado da Saúde (SUDS) dá-se a passos largos, sob a coordenação do Governo Federal e com a efetiva participação dos Estados e Municípios. A meta para o presente exercício é assegurar não apenas a universalização da assistência médica mas a elevação sensível da qualidade dos serviços.

No que se refere à Previdência Social, a pretensão é recuperar e manter o valor real das aposentadorias e pensões, ampliar o universo de benefícios e modernizar o atendimento, aumentando a eficiência dos serviços prestados ao segurado.

Tais propósitos estendem-se à área de assistência social, onde o essencial é, ainda que com caráter compensatório, aumentar o grau de cobertura da população carente com os vários programas governamentais. As ações voltadas para o combate à fome e à desnutrição, o atendimento ao menor carente e aos idosos serão reforçadas.

A estabilidade da economia, esperada como resultado do Plano Verão, possibilitará ao Governo colocar maior ênfase nos setores de transporte urbano, habitação e saneamento. Estes são segmentos críticos para as populações urbanas e que comprometem irremediavelmente a qualidade de vida nas grandes e médias cidades. A alocação de recursos orçamentários para tais atividades é expressiva, se consideradas as dificuldades presentes para as finanças públicas. O incentivo à caderneta de poupança, assegurado pelo programa de ajustamento de 15 de janeiro, evidencia a prioridade concedida à habitação e ao saneamento.

Na área da Educação, o Executivo buscou prontamente colocar em execução as disposições constitucionais. O orçamento para 1989 destinou a esta função os recursos que lhe são assegurados pela Carta Magna. A ação setorial estará voltada para a erradicação do analfabetismo, como estabelece o Art. 214 da Constituição, e para a universalização do atendimento a nível do ensino de 1º grau.

Todavia, sendo a educação uma das principais alavancas do desenvolvimento, cabe ao Governo prover, secundado pela iniciativa privada, a oferta do ensino em outros graus. Assim, é fundamental a ampliação e melhoria do ensino de 2º grau (geral e técnico), do ensino superior, e das atividades de pós-graduação e pesquisa científica e tecnológica.

Em linhas gerais, estas são as orientações que o Governo imprimirá às suas ações voltadas para a área social. Objetivos e metas específicas e detalhadas são apresentados em cada uma das áreas setoriais que compõem a presente Mensagem.

II – POLÍTICAS AMBIENTAL E REGIONAL

1. POLÍTICA AMBIENTAL

Conciliar o desejável e necessário crescimento econômico, a um ritmo elevado, com o apropriado manejo do meio ambiente e dos recursos naturais é um dos grandes desafios que o Governo tem que enfrentar.

Tal desafio é reforçado pelas crescentes pressões exercidas por vários segmentos da população brasileira para a obtenção de uma melhor qualidade ambiental de vida. A Constituição de 1988, sensível a essas aspirações, incorporou em seu texto inovadoras disposições a respeito desse tema, para que o Brasil adote critérios ecológicos no seu processo de desenvolvimento e defina uma consistente política de conservação e proteção ambiental.

O Governo, assimilando as legítimas demandas da sociedade brasileira, procurou, no exercício de 1988, criar o aparato institucional que possibilitará uma ação mais decisiva na área ambiental. Entre as realizações merecedoras de destaque apresentam-se as seguintes:

a) a efetivação das metas e medidas estabelecidas no Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), instituído pela Resolução CONAMA nº 18/86;

b) a consolidação e implementação do Programa Nacional de Controle de Poluição (PRONACOP), com vistas a dotar os órgãos ambientais do suporte técnico necessário para controle e fiscalização de atividades industriais;

c) a implementação do Programa de Apoio a Projetos de Meio Ambiente (PAMA);

d) a criação do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza, com a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal;

e) a instituição de uma Coordenadoria de Análise Ambiental na SEPES/SEPLAN-PR, com a atribuição de definir diretrizes ambientais para a ação do governo e analisar sob esta ótica todos os projetos de investimento público e programas governamentais;

f) a promulgação da Lei nº 7.601 que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Perspectivas para 1989

Para o ano que se inicia, o Governo pretende, além de dar continuidade às ações em curso, aprofundar o esforço de criar

instrumentos eficientes e eficazes para conduzir a política de meio ambiente que se requer na atualidade, com ênfase no:

a) aperfeiçoamento do aparato jurídico institucional decorrente dos estudos do Programa Nossa Natureza;

b) fortalecimento institucional do órgão central do SISNAMA, mediante a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

c) dinamização das funções normativas do Conselho Nacional de Meio Ambiente;

d) formulação de projeto de lei de Política Florestal que incorpore os avanços conceituais e institucionais da questão ambiental;

e) implementação de Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme determina a Constituição Federal; e

f) instituição de Programa Nacional de Ordenação do Território, com vistas a harmonizar a produção dos necessários espaços econômicos com a preservação e a conservação ambientais ao longo de todo o País.

2. POLÍTICA REGIONAL

A prioridade conferida às regiões mais pobres pelo Governo, sobretudo ao Norte e Nordeste, foi reforçada no exercício de 1988 ao ser inserida em um contexto mais amplo da redução das disparidades inter-regionais do País. Esta ênfase encontra-se retratada nos programas regionais explícitos a cargo do Ministério do Interior (MINTER), estendendo sua atuação de forma mais ampla no agregado das políticas macroeconômicas e setoriais. Neste particular, merecem especial destaque:

– a incorporação de tratamentos diferenciados para regiões periféricas, na formulação de novos instrumentos de desenvolvimento, a exemplo das Zonas de Processamento de Exportação, dos leilões de conversão da dívida externa e da manutenção dos incentivos fiscais regionais;

– a abertura de novas frentes de investimento na fronteira agrícola do País, com o prosseguimento da implantação da Ferrovia Norte-Sul e seus desdobramentos (Programa Brasil Central), além da melhor distribuição dos investimentos setoriais (a exemplo da irrigação e das hidroelétricas no Nordeste) e do rebatimento regional das diversas iniciativas de descentralização (a exemplo do SUDS);

– a modificação do perfil de regionalização dos investimentos da União, historicamente situados em proporção da participação regional do PIB nacional que, ao revelar recente aproximação a um critério demográfico, coincide com a nova orientação definida pela Constituição de 1988.

Perspectivas para 1989

A prioridade conferida pelo Governo, em 1988, à redução das disparidades regionais encontrou amplo respaldo, para o próximo exercício, em diversos dispositivos da nova Constituição brasileira. O instrumental para a regionalização orçamentária destaca-se de forma imediata, tanto no Orçamento Geral da União de 1989, como também na incorporação futura da legislação complementar e ordinária, ora em elaboração, de iniciativa do Executivo federal. Esta legislação contemplará:

– a regionalização do orçamento fiscal e dos investimentos das estatais, desde a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1990;

– a regionalização do impacto das renúncias tributárias;

– a preservação dos incentivos regionais, no bojo da avaliação dos incentivos de natureza setorial;

– a implementação dos fundos de desenvolvimento junto aos bancos regionais; e

– a revisão dos critérios de rateio dos fundos de Participação dos Estados e Municípios.

III – AÇÃO DO GOVERNO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ação Política

Em 1988, prosseguiram os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, culminando com a promulgação da nova Constituição Federal no dia 5 de outubro.

O Ministério da Justiça acompanhou os trabalhos constituintes, formulando propostas e prestando aos demais setores do Poder Executivo subsídios e esclarecimentos necessários ao bom encaminhamento de relevantes questões políticas e institucionais.

Na transição de uma para outra ordem jurídica, agregada dos efeitos negativos decorrentes do agravamento da crise econômica, desenvolveu o Ministério da Justiça uma ação política voltada para a manutenção da ordem pública, reafirmando o império da lei e o combate à corrupção e à impunidade.

Ação Institucional

ORDEM JURÍDICA

O convívio com duas ordens constitucionais no ano de 1988 e a certeza de que o vazio jurídico é sempre nefasto às relações sociais fizeram com que o Ministério da Justiça, em ambos os momentos, zelasse pelo respeito à lei vigente e pelo suprimento da legislação infraconstitucional.

O Ministério da Justiça, no ano de 1988, continuou a fundamentar as suas ações num mesmo princípio: cumprir a lei e fazer com que todos a cumpram.

Enfrentou-se, no ano de 1988, o recrudescimento da violência rural em algumas regiões do País e do crime organizado nos centros urbanos mais desenvolvidos. O Ministério da Justiça ofereceu-lhes combate sem trégua. Procurou identificar as causas da violência e da criminalidade crescentes, tratando-as de forma sistêmica, propondo soluções e encaminhando-as aos órgãos competentes. Dentre as causas realimentadoras da violência e da criminalidade, a impunidade, em todos os seus níveis, é a principal. A luta contra a mesma foi prioritária. Cobrou-se dos organismos policiais a apuração dos crimes. Do Poder Judiciário soli-

citou-se o cumprimento do dever: a aplicação pronta e eficaz da lei. Finalmente, investiram-se recursos substanciais na reestruturação do sistema penitenciário nacional, pois se frustra a condenação diante da ausência de vagas carcerárias para o cumprimento da pena.

A criação, no ano de 1988, no âmbito do Ministério da Justiça, da Secretaria para Assuntos de Justiça e Segurança Pública, mostra definitivamente a vontade política do Governo Federal de por cobro à escalada de violência e criminalidade no País. Pela primeira vez, na estrutura do Ministério da Justiça, um setor específico tratará de forma sistêmica e coordenada a questão da segurança pública, não como um fim em si mesma, mas como meio para assegurar a todos o pleno exercício dos direitos de cidadania.

As funções institucionais do Ministério da Justiça, em relação à ordem jurídica, não se esgotam na sua manutenção. A constante evolução dos fatos políticos, sociais, econômicos, culturais, exige-lhe que zele pelo aperfeiçoamento da ordem constitucional.

No desempenho de suas funções, o Ministério da Justiça tem atribuído aos seus órgãos colegiados, voltados para os direitos da cidadania, a tarefa de elaborar anteprojetos de lei embasados em ampla consulta à sociedade.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) formulou um anteprojeto de lei de prevenção e repressão do abuso econômico. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) realiza estudos sobre a legislação do menor, em especial sobre a adoção e tráfico ilícito. O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC) discute a formulação de um Código de Defesa do Consumidor, cuja edição é prevista no art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) examina as alterações necessárias no campo penal. O Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) rediscute a legislação sobre prevenção e repressão do narcotráfico.

De outra parte, a Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativos e a Consultoria Jurídica, algumas vezes com apoio de juristas de renome, procederam, em 1988, à elaboração de vários anteprojetos de lei, dentre os quais se destacam:

– projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, propondo modificações no Código de Processo Penal, para introduzir normas que permitam ao juiz combater com eficiência a criminalidade;

– projeto de lei encaminhado à Presidência da República, propondo alterações no Código do Processo Civil, em relação ao juízo arbitral;

– projeto de lei encaminhado à Presidência da República sobre a letra de câmbio e a nota promissória.

Merecem destaque, também, os estudos sobre a lei de greve nos serviços essenciais (Constituição Federal, art. 9º, 1º) e sobre a lei complementar, disciplinando a greve dos servidores públicos (Constituição Federal, art. 37, VII).

POLÍTICAS PÚBLICAS

Segurança Pública

– Acolhendo pleito das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, formulado no Encontro Nacional de Secretários, realizado pelo Ministro da Justiça, em Brasília, em junho de 1988, e encaminhado pelo Ministro da Justiça ao Ministério da Fazenda, editou-se o Decreto nº 97.410, de 23 de dezembro de 1988, reduzindo a zero, a partir de 1º de janeiro de 1989, a alíquota de IPI, incidente sobre diversos bens destinados à prestação de segurança pública pelos organismos policiais (armamentos, munições, veículos, equipamentos de telecomunicação, etc.).

Programa Vamos Viver Sem Violência

Promoveu o reequipamento e a modernização das polícias civil e militar dos Estados e do Distrito Federal: a frota de veículos de patrulhamento ostensivo sofreu significativo incremento pelo aporte de 4.698 novos veículos, representando um crescimento de 72,6% em relação à frota existente em 1986.

Sistema Penitenciário Nacional

A Secretaria para Assuntos de Justiça e Segurança Pública, que sucedeu o Departamento Penitenciário Nacional em suas atribuições, deu continuidade em 1988 ao Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário Nacional, investindo NCz$ 5,5 milhões na geração de vagas (construção de novas penitenciárias, reforma e ampliação de estabelecimentos já existentes) e NCz$ 97 mil na valorização do preso e na capacitação de recursos humanos para administração do sistema.

Departamento de Polícia Federal

A Polícia Federal obteve os seguintes resultados no ano de 1988:

Contrabando e Descaminho: apreensão de produtos, por força desses crimes, no montante de NCz$ 29,2 milhões.

Moedas: apreendidos US$ 313,4 mil, além de NCz$ 8,8 mil e mais US$ 73,9 mil, em moedas falsas.

Operação Ouro: realizada com a finalidade de manter a ordem e a segurança públicas nos garimpos de Alta Floresta, Itaituba, Cumaru, Redenção, Peixoto de Azevedo e Serra Pelada, tendo garantido à Caixa Econômica Federal a compra de 2,3 toneladas de ouro.

Drogas: na repressão à produção e ao tráfico ilícitos foram destruídos três laboratórios destinados ao refino de cocaína; 437 plantações de maconha; 8 milhões de pés de coca; 5.920 litros de acetona e 8.015 litros de éter. Foram apreendidos: 19,2 toneladas de maconha; 1,35 tonelada de cocaína; 89 quilos de pasta de coca; 169 mil psicotrópicos diversos; 3,3 mil unidades de lança-perfumes e 1.080 unidades de LSD.

Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras

Foram implantados e aperfeiçoados dois grandes projetos de informatização: o Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (SINPI), mantendo difusões atualizadas para 148 pontos no País e 164 no exterior; o Centro de Processamento de Dados e Informações (CPDI), centralizando informações policiais e atendendo todas as unidades operacionais da Polícia Federal e as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.

Conselho Federal de Entorpecentes

Como órgão central do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, o CONFEN atuou junto à Assembléia Nacional Constituinte para a inserção de determinados dispositivos, em especial aqueles do art. 5º, XLIII, e do art. 243, da Constituição Federal.

No plano internacional, os Ministros da Justiça do Brasil, da Argentina e do Uruguai firmaram Ata de Entendimentos, para harmonização de políticas e intercâmbio de cooperação na prevenção e na repressão do narcotráfico. Merece destaque, também, a implementação de vários projetos dentro do acordo bilateral firmado, em 1987, com o Fundo das Nações Unidas para o Controle das Drogas de Abuso.

Finalmente uma menção especial. O Brasil participou, de 25 de novembro a 20 de dezembro de 1988, da Conferência patrocinada pelas Nações Unidas para a adoção de uma Convenção contra o Tráfico de Drogas Ilícitas e Substâncias Psicotrópicas, à qual compareceram 106 países. A Convenção foi aprovada na sessão plenária de 19 de dezembro, tendo sido firmada pelo Brasil no dia 20 do mesmo mês.

Sistema Nacional de Trânsito

Foi lançado o Programa Nacional de Segurança de Trânsito (PRONAST), representado por um conjunto de ações, medidas e procedimentos articulados e complementares. Dentre eles, destacam-se:

– lei, alterando o Código Nacional de Trânsito, para, dentre outras medidas, modificar a composição e o funcionamento do CONTRAN e instituir o selo anual e obrigatório de licenciamento dos veículos automotores;

– decreto-lei, em apreciação no Congresso Nacional, elevando o valor das multas;

– decreto instituindo o ano de 1989 como o Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito;

– campanha de educação para o trânsito através do rádio e da televisão; e

– informatização do Sistema Nacional de Trânsito dentro dos Projetos RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores e RENACH – Registro Nacional de Carteiras de Habilitação.

Em 1988, foi criado e instalado por portaria interministerial, o Comitê de Segurança nas Estradas, com o objetivo de estudar, propor e coordenar medidas de prevenção e de repressão ao furto e roubo de caminhões de carga, em estradas brasileiras. O Comitê elabora o Projeto Via Brasil, a ser desenvolvido em 1989.

Estrangeiros

Em 1987, o Ministério da Justiça promoveu o recadastramento dos estrangeiros regulares que vivem no País. Editou-se a Medida Provisória nº 19, de 3 de novembro de 1988, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei nº 7.685, de 2 de dezembro de 1988, permitindo a regularização dos estrangeiros irregulares que tenham entrado no País antes de 1º de julho de 1988, desde que, preenchendo os requisitos da lei, requeiram o registro provisório até 1º de fevereiro de 1989.

No ano de 1988, foram concedidas 2.396 naturalizações, 3.704 permanências e 14 asilos políticos.

DIREITOS DE CIDADANIA

A promoção e a defesa dos direitos da cidadania são exercidos fundamentalmente pelos órgãos colegiados, vinculados ao Ministério da Justiça, alguns dos quais foram reestruturados em 1988 para adequação às disposições da nova Constituição Federal.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)

Foram instalados, em 1988, os Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de Minas Gerais e do Paraná. Em articulação com vários setores do Governo Federal e com governos estaduais e municipais, foi realizado, a nível nacional, o concurso Pinte o seu Direito, atingindo um universo de aproximadamente 2 milhões de alunos da rede oficial de ensino de 1º grau e todas as crianças que se encontram sob os cuidados da FUNABEM. Foi criada comissão para estudar e propor medidas relacionadas com a adoção e tráfico de menores e, também, formular anteprojeto de um novo código de menores.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

O CADE deu continuidade à elaboração de diagnósticos sobre o grau de concentração nos setores de petroquímica, construção civil, papel e celulose, carne e mineração, com o objetivo de habilitar-se para prevenir desequilíbrio de mercado.

Enquanto tribunal administrativo, apreciou cerca de 90 processos relacionados com o abuso do poder econômico. Através de comissão especialmente designada, o CADE elaborou anteprojeto de lei de repressão ao abuso do poder econômico, publicado no Diário Oficial da União para conhecimento de sugestões.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Atuou junto à Assembléia Nacional Constituinte para garantir a inclusão no texto constitucional de disposições capazes de ampliar e consolidar os direitos da mulher.

Promoveu ampla articulação e intercâmbio com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, objetivando propor políticas e medidas contra as desigualdades no exercício e gozo dos direitos civis e sociais, por razões de raça ou sexo.

Dentre os programas implementados em 1988 pelo CNDM, merece destaque o Programa Mulher Negra, incluído nas comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, e que teve como principais eventos o Tribunal Winnie Mandela, os seminários "Mulher Negra: Reprodução e Dinâmica Demográfica" e "Mulher Negra e Violência".

Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão

Criado em obediência à nova Constituição e integrado por 21 membros, representando entidades governamentais e não governamentais ligadas à arte e à cultura.

Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC)

O CNDC editou, no ano de 1988, dezessete resoluções sobre matérias de interesse dos consumidores brasileiros e instituiu comissão para elaborar o anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor, que se encontra pronto e em debate público.

OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Imprensa Nacional

Ao completar o 180º ano de fundação, a Imprensa Nacional deu continuidade ao programa de reestruturação e modernização de seu complexo industrial.

Arquivo Nacional

O Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) continuou a promover a integração dos arquivos brasileiros e a organizar cursos, encontros, seminários e debates, com a participação intensa de técnicos das demais instituições arquivistas do País. Ademais, o Arquivo Nacional lançou, em 1989, o guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual; e editou o álbum comemorativo dos 150 Anos do Arquivo Nacional.

PRINCIPAIS AÇÕES PARA 1989

– Participar ativamente do processo legislativo complementar e ordinário; acompanhar os processos constituintes estaduais; dar prosseguimento a todos os trabalhos de elaboração legislativa, iniciados ou continuados em 1988; cumprir e fazer cumprir a lei e manter a luta contra a impunidade em todos os seus níveis, sem discriminação de qualquer natureza e em todos os campos da criminalidade; dar continuidade à execução do Programa Vamos Viver sem Violência, prorrogado até 31 de dezembro de 1989, pelo Decreto nº 95.394, de 8 de dezembro de 1987; reaparelhar o Departamento de Polícia Federal, dotando-o de recursos humanos e materiais suficientes ao cumprimento de seu dever legal; prosseguir e intensificar a implantação do Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB), criado pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.

– Prosseguir na execução do Programa Nacional de Segurança de Trânsito (PRONAST); promover o detalhamento e a implantação do Projeto Via Brasil, elaborado pelo Comitê de Segurança nas Estradas; promover o "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito".

Promover, no âmbito do CDDPH e em âmbito nacional, o II concurso Pinte o seu Direito.

Consolidar o Sistema de Classificação Indicativa das diversões públicas e dos programas de rádio e televisão.

Implantar o Conselho Federal para Reconstituição de Bens Lesados e o Fundo que lhe é conexo, criados pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 92.302, de 16 de janeiro de 1986.

MINISTÉRIO DA MARINHA

A Marinha de Guerra Brasileira, através de planos e programas prioritários pode aprimorar o nível de adestramento e prontificação das Forças Navais para o cumprimento adequado de sua missão constitucional.

Foram, ainda, executados programas de desenvolvimento científico e tecnológico, em favor do progresso sócio-econômico do País, através da atuação em conjunto com diversos segmentos da sociedade.

Nesse contexto, o preparo do Poder Naval Brasileiro teve respaldo no emprego de unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais em operações e exercícios de vulto, internos à Marinha Brasileira e, ainda, com Unidades e Forças Navais de Nações amigas. Quanto a estas, pontificam as tradicionais manobras navais – Unitas, Fraterno, Ninfa e Caribe – além de exercícios de oportunidade realizados com as Marinhas da Argentina, Colômbia, EUA, Holanda, Paraguai e Uruguai.

Em complemento às operações mencionadas, foram efetuados exercícios e viagens ao exterior em apoio à política externa brasileira, compreendendo a presença de navios da Marinha em países da América do Sul, Caribe, África Ocidental, portos amazônicos da Colômbia e Peru e portos fluviais do Paraguai e Argentina.

Merece destaque a visita que o Navio-Escola Brasil – projetado e construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro – realizou a portos da URSS (Leningrado) e Iugoslávia (Split) durante a Viagem de Instrução de 1988, que contou com a participação de Guardas-Marinha de doze nações amigas e Oficiais da Força Aérea e Exército brasileiros.

Dessa maneira, a par de desenvolver o adestramento e a formação profissional de seu pessoal, a Marinha, através de estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, contribuiu para a consecução da política de relacionamento internacional necessária ao País, mostrando o Pavilhão Brasileiro em portos estrangeiros e estreitando os laços de amizade com os povos das nações visitadas. Finalmente, cabe ainda mencionar a continuidade do Programa Antártico Brasileiro que, em 1988, registrou a ocorrência de duas operações de pesquisas e apoio lo-

gístico naquele continente, além da ocupação permanente da Estação Comandante Ferraz.

Com o propósito de minimizar despesas decorrentes de operações reais, foram intensificados os exercícios de Jogos de Guerra visando à obtenção de subsídios para planejamentos estratégicos e contribuir para identificar as necessidades da Marinha Brasileira. Além dos exercícios internos à Marinha, o Centro de Jogos da Escola de Guerra Naval foi palco dos Jogos de Guerra Interamericanos, com a participação de dez países do continente, sob a direção do Brasil.

A construção de um Poder Naval à altura das exigências de defesa, da atual projeção do País no exterior e de seus interesses relacionados com o uso do mar é preocupação fundamental e dominante do Ministério da Marinha. Neste sentido, a renovação e a ampliação de seus Meios Flutuantes, Aeronavais e de Fuzileiros Navais são programadas em consonância com critérios, extraídos de avaliações estratégicas e derivados da análise da conjuntura brasileira e da situação internacional em que ela se insere. Uma das diretrizes básicas que orienta essa programação de meios e a de que os projetos sejam elaborados e executados no Brasil, buscando-se crescentes índices de nacionalização de equipamentos e componentes.

Das atividades de construção e obtenção dos meios previstos na etapa inicial do Programa de Reaparelhamento da Marinha, cumpre destacar:

– um Submarino da Classe IKL-209-1400, em fase final de prontificação, na República Federal da Alemanha, projeto necessário para transferência de tecnologia, visando à construção de três unidades semelhantes no País;

– quatro Corvetas Classe INHAÚMA, de projeto nacional, em construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (duas unidades) e Estaleiro Verolme (demais unidades), com a prontificação de dois navios prevista para 1989;

– um Navio-Tanque em construção no Estaleiro Ishibras, financiado pelo Fundo de Marinha Mercante;

– quatro lanchas de Patrulha e Polícia Naval, de 50 toneladas, em construção no Estaleiro Ebin-So, com recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, devendo a prontificação ocorrer no próximo ano;

– dois Navios-Patrulha, de 200 toneladas, em construção no Estaleiro Mauá, com a incorporação da primeira unidade prevista para dezembro de 1989;

– quatro Helicópteros Anti-Submarino, modernizados na firma italiana Agusta, cuja conclusão ocorreu em março passado;

– seis Helicópteros SUPER-PUMA e onze Helicópteros Biturbina Esquilo, adquiridos à firma francesa Aerospatiale, e,

– material para o Corpo de Fuzileiros Navais, com destaque para o Sistema de Guerra Eletrônica, Sistema Antiaéreo BOFFI-R e Viaturas Operativas Terrestres.

Paralelamente às atividades de construção, prossegue a fase inicial de obtenção nos EUA de quatro Contratorpedeiros da Classe GARCIA (US NAVY), visando à progressiva substituição de meios semelhantes em adiantada fase de senectude e de um Navio-Desembarque Doca da Classe THOMASTOM.

Encontram-se em estudo as modernizações do Porta-Aviões MINAS GERAIS, das Fragatas classe NITERÓI e Submarinos classe HUMAITÁ.

Durante o ano de 1988, foram incorporados à Marinha Brasileira os navios oceanográficos ÁLVARO ALBERTO e ANTARES, bem como o navio de Salvamento Submarino FELINTO PERRY, ocorrendo a baixa do Contratorpedeiro SANTA CATARINA, em dezembro.

No tocante às obras realizadas em instalações de terra, prosseguiu a reestruturação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, visando a capacitá-lo para a construção de Submarinos e a Base Naval de Val-de-Cães (Belém) passou a contar com moderno Pier e respectivas instalações, construídos com recursos do Programa Calha Norte, que propiciará apoio adequado para as unidades sediadas na Amazônia e para as da Esquadra, quando destacadas para operar na Costa Norte do Brasil.

Encontra-se em fase final de prontificação o Centro Hiperbárico, construído no complexo de Mocanguê, RJ, em convênio com a Petrobrás, instalação essencial à formação de pessoal e testes de equipamentos para mergulhos profundos, possibilitando à Marinha e ao País o domínio da mais avançada técnica nesse campo.

No que tange às áreas de interesse científico e militar naval, foram realizadas pesquisas e atividades correlatas abrangendo os campos da Construção Naval, Armamento e Munição, Acústica Submarina, Eletrônica e Comunicações, Geociências, Biologia e Bioquímica.

No setor de Eletrônica e Comunicações desenvolvem-se diversos projetos de detecção, bloqueio, despistamento de radares, mísseis e de simuladores.

Na área de oceanografia, o fator principal de pesquisa é o estudo de um modelo de previsão da camada da mistura, o qual servirá como entrada para um modelo de alcance sonar, permitindo, desta forma, o planejamento de derrotas mais prováveis, tanto para submarinos como para navios de superfície, quanto à guerra submarina.

Vale, também, assinalar o desenvolvimento em submersíveis que visa a estimular a pesquisa fundamental em projetos de estrutura e sondagem de submersíveis, objetivando a transferência dessa tecnologia à indústria de construção naval em geral e à Marinha, em particular.

Com a inauguração do Centro Experimental de Aramar, e a entrada em funcionamento da Unidade Almirante Álvaro Alberto, concretizou-se a primeira etapa da Usina de Demonstração Industrial de Enriquecimento Isotópico de Urânio.

Na contribuição para o desenvolvimento econômico do País, a participação da Marinha vem-se fazendo sentir no processo de substituição de importações nos setores de construção naval e de fabricação de armamento, viaturas de combate e equipamentos.

O serviço de Patrulha Costeira buscou inibir as atividades em águas jurisdicionais brasileiras de barcos de pesca não autorizados, realizando, ainda, ações de apoio ao combate ao contrabando.

Além das atividades afetas ao Ensino Profissional Marítimo, os navios da Marinha do Brasil visitaram diversos pontos na

Amazônia, no pantanal mato-grossense e locais isolados no litoral, trazendo resultados nas áreas de assistência médica e odontológica às populações carentes, estímulo e orientação cívico-sociais aos habitantes ribeirinhos.

Visando a aumentar os meios empregados na execução dessas atividades, além dos já existentes "navios da esperança", das Flotilhas do Amazonas e de Mato Grosso, a Marinha planeja construir Navios-Patrulha Fluviais, dotados de helicópteros, para as Bacias Amazônica e do Rio Paraguai.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

No cumprimento de sua missão constitucional, o Ministério do Exército desenvolveu sua atuação em três grandes campos:

– organização operacional e aparelhamento;

– desenvolvimento científico e tecnológico; e

– cooperação com o desenvolvimento econômico e social do País.

Organização Operacional e Aparelhamento

Dando continuidade à execução do Plano de Estruturação do Exército, foram desenvolvidas diversas ações voltadas para o aspecto interno e ao cumprimento de suas funções específicas, dentre as quais destacam-se:

– organização de dois batalhões logísticos, um regimento de cavalaria blindada, um esquadrão de cavalaria mecanizada e cinco companhias de Engenharia de Combate;

– prosseguimento das aquisições e distribuição de material e equipamento destinados à transformação de 14 unidades;

– prosseguimento das obras de ampliação dos principais estabelecimentos de ensino;

– término da construção de 220 unidades residenciais, das quais 84 em guarnições de fronteira, estando em andamento a construção de mais 105 unidades;

– conclusão do programa de aquisição e distribuição de blindados às unidades de cavalaria blindada e mecanizada;

– prosseguimento da implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica;

– continuação da construção das instalações do 1º Batalhão de Aviação do Exército, com a formação de pessoal técnico especializado e prosseguimento do processo de aquisição de 52 aeronaves de asas rotativas; e

– aquisição de diversos equipamentos e materiais necessários ao reequipamento da Força, com prioridade para os produzidos no País, visando a tornar o produto brasileiro competitivo com o similar estrangeiro.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

No tocante ao desenvolvimento científico e tecnológico deu-se ênfase, no campo dos recursos humanos, a estudos e pesquisas que visaram ao aperfeiçoamento não só do efetivo militar, como também da sociedade, de forma geral. Dentre estas pesquisas, merecem destaque:

– sistema de orientação vocacional;

– projeto esperança;

– seleção psicológica;

– avaliação da consecução dos objetivos do ensino na área afetiva; e

– educação para o controle do *stress*.

Por outro lado, procurou-se também conceder o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e controle de qualidade da indústria nacional.

Cumpre realçar, nesse contexto, o prosseguimento de projetos de modernização, desenvolvimento de tecnologia autóctone e de ponta que se levou a efeito, quer no âmbito interno, quer indiretamente, através de fomentos à indústria nacional. Dentre estes projetos destacam-se:

– equipamentos para integração radiofio;

– sistemas de guerra eletrônica;

– míssil MSS. 1.2.NC;

– equipamento de visão noturna; e

– cavalete da Ponte B4A2.

Nesse particular, merece destaque, igualmente, a fabricação de itens críticos de material, inclusive peças de reposição, que vem sendo realizada nos arsenais do Exército, e ainda a recente inauguração, pela Companhia Brasileira de Cartuchos, de uma fábrica de pólvora de base simples, que aumentará sensivelmente a produção nacional desse produto.

Cooperação para o Desenvolvimento Econômico e Social

Sem prejuízo de suas atividades-fim, o Exército brasileiro teve destacada atuação no processo de desenvolvimento econômico e social do País. Através de cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, realizados em seus estabelecimentos de ensino, proporcionou capacitação para melhor desempenho de suas funções e cargos na sociedade a mais de 15 mil brasileiros.

Sob este aspecto merece ainda destaque o ensino de 1º grau e médio, ministrado nos Colégios Militares, que proporcionou a formação necessária ao desenvolvimento das potencialidades de 8.210 jovens que, não ingressando na Carreira Militar, se encaminharam às Universidades Brasileiras.

A presença do Exército nos diferentes rincões do País, inclusive em áreas desprovidas de recursos e nas fronteiras, tem contribuído com o desenvolvimento sócio-econômico dessas áreas, vivificando-as e humanizando-as. Nesse contexto são exemplos a participação efetiva e continuada no Projeto Calha Norte e no Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI), envolvendo ações de assistência sanitária permanente às populações de localidades situadas na faixa de fronteira da Amazônia Ocidental.

Através de convênios firmados com diferentes órgãos da Administração Pública e Governo de Estados, com recursos orçamentários da própria Força, suas realizações no setor de obras de cooperação podem ser assim resumidas:

– implantação, pavimentação e melhoramento de 422km de rodovias, além da conservação e pavimentação de 4.579km;

– implantação de 25km de ferrovias e remodelação em 463km, com a produção de 158.000 dormentes;

– realização de trabalhos relacionados com 124 açudes, envolvendo a perfuração e instalação de poços;

– realização de trabalhos de remodelação e implantação de estrutura auxiliar nos aeroportos de Barreiras (BA) e Campo Grande (MS).

Por último, no tocante à atuação do Ministério do Exército em 1988, são dignas de menção as atividades desempenhadas para indicações de área para campos de instrução na Amazônia Legal, consoante determinado pelo artigo 9º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987. Em decorrência destas atividades produziu-se a afetação a uso especial do Exército de um total aproximado de 4.653.000ha, nos municípios de Vilhena e Porto Velho, em Rondônia; Humaitá e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; Caracaraí em Roraima e Itaituba, Altamira e Marabá no Pará, que determinando uma maior intensificação da presença militar na Região, contribuirá para minimizar os interesses dúbios de terceiros, proporcionando, ao mesmo tempo, auxílio aos órgãos responsáveis pela preservação ecológica da região.

Principais Ações Previstas para 1989

O Exército deverá desenvolver as seguintes atividades:

– estudos com vistas à definição e implantação da nova Organização Básica do Exército;

– início da revisão geral do Planejamento Militar Terrestre;

– prosseguimento da implantação do Centro de Guerra Eletrônico, em Brasília-DF, e do 1º Batalhão de Aviação do Exército, em Taubaté-SP;

– implementação de ações relacionadas à organização, transformação, transferência e melhoramento de 32 organizações militares operacionais;

– reaparelhamento de 10 Grandes Unidades (Brigadas) prioritárias;

– desenvolvimento de projetos relacionados a viaturas militares, material de engenharia, saúde, intendência, comunicações e eletrônica, armamentos, mísseis, foguetes e lançadores;

– prosseguimento das atividades relacionadas com a modernização dos equipamentos individual e de campanha;

– modernização dos sistemas de comunicação de grandes unidades operacionais;

– prosseguimento do Programa de Artilharia Antiaérea;

– expansão do Sistema de Informática do Exército;

– implantação da Escola de Administração do Exército, em Salvador – BA;

– prosseguimento das ações previstas no Projeto Calha Norte, envolvendo a continuação das obras dos aquartelamentos e aquisição de materiais destinados aos 2º e 5º Comandos de Fronteira, demarcação de áreas e conservação de rodovias já existentes e estudos e projetos de novas ligações terrestres com as organizações militares instaladas;

– prosseguimento das obras de ampliação e melhoramento das escolas militares;

– implantação, melhoramento, pavimentação e conservação de rodovias, bem como implantação e modernização de ferrovias;

– construção de açudes, perfuração e instalação de poços, associados a programas de irrigação;

– demarcação de reservas indígenas e levantamentos topográficos;

– participação em Reuniões de Intercâmbio com os Exércitos dos países amigos;

– atividades cartográficas, destacando-se:

- implementação do Centro de Cartografia Automatizada do Exército, em Brasília-DF;
- elaboração de cartas topográficas da Amazônia, de acordo com o Plano Cartográfico Nacional;
- elaboração de cartas militares, de acordo com o Plano Cartográfico Básico do Exército;

– participação no Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI), através da seleção, convocação e emprego de profissionais de área de saúde, com o objetivo de prestar apoio intensivo à população carente da Região Norte; e

– supervisão do alistamento de cerca de um milhão e trezentos mil jovens e da seleção de, aproximadamente, seiscentos e cinqüenta mil, em todo o País, que permite a coleta de dados sobre a população masculina brasileira, na faixa etária dos 18 anos, especialmente na área de saúde, educação e trabalho, de inegável importância para o planejamento de outros Ministérios e para a incorporação e matrícula em Organizações Militares da Ativa e órgãos de Formação da Reserva do Exército.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

No ano de 1988, seguiu o Itamaraty pautando sua ação pelos princípios basilares da política externa brasileira, fiel não só à sua tradição, mas também às convicções e aspirações da sociedade. O sentido de continuidade, legitimidade e coerência da atuação diplomática do País ganhou reforço significativo ao consagrar a Constituição promulgada em 5 de outubro, em seu Título I, aqueles princípios fundamentais que historicamente a tem norteado.

O cenário internacional continuou a sofrer aceleradas e, em alguns casos, promissoras transformações. Fortaleceu-se a tendência ao diálogo entre as superpotências, apontando para a consolidação de um clima de distensão, com benefícios para a paz mundial e, em particular, para o encaminhamento de soluções negociadas para certos conflitos regionais. Os sinais de desanuviamento da cena política permaneceram, no entanto, incapazes de gerar uma melhoria no quadro econômico mundial. Continuaram os países em desenvolvimento, sufocados pelo peso insuportável da dívida externa, a arcar com os ônus sociais de severos ajustes internos, não correspondidos por esforços equivalentes por parte dos países credores. Por outro lado, persistiram as barreiras protecionistas e outras práticas ilegais, que prejudicam injustamente a participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Nesse sentido, o Brasil vem participando ativamente, e com grande interesse, dos trabalhos da Rodada Uruguai, iniciada em 1986, buscando contribuir para a definição de parâmetros consentâneos com as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Na Reunião Ministerial de Avaliação da Rodada Uruguai, realizada em Montreal, deu-se ênfase à abertura de mer-

cados para nossas exportações agrícolas. Continuou, igualmente, o Brasil a desenvolver esforços para garantir a conquista e o domínio das tecnologias de ponta, de importância crucial para seu progresso.

No plano das relações bilaterais, acentuou-se a prioridade tradicionalmente concedida à América Latina. Adensou-se o processo de entendimento entre os países da região, em suas múltiplas dimensões. Precedida dos encontros ministeriais de Oaxaca (México) e Cartagena (Colômbia), teve lugar, em Punta del Este, a Segunda Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, no âmbito da qual decidiram os Chefes de Estado, entre outros pontos, estreitar concertação de posições em matéria de endividamento externo.

Prosseguiu o Brasil emprestando seu mais decidido apoio ao processo de integração econômica latino-americana, tanto através dos foros regionais quanto através de iniciativas bilaterais. De especial relevo foi a assinatura, quando da visita presidencial a Buenos Aires, do Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento com a República Argentina, instrumento que consolidou as bases do Programa lançado, em 1985, com a Declaração do Iguaçu. Teve seguimento, por outro lado, a implementação dos acordos bilaterais de integração com o Uruguai, que, ao mesmo tempo, vem participando de entendimentos de alcance mais amplo com o Brasil e a Argentina.

Nessa linha de permanente aproximação com os países vizinhos, intensificaram-se as iniciativas de diálogo e cooperação, entre outros, com a Bolívia, Venezuela, Colômbia, Guiana, Suriname, Peru e Equador.

A propósito da questão da América Central, manteve-se o Brasil, na qualidade de membro do Grupo de Apoio a Contadora, em sua disposição de respaldar os esforços de pacificação na área, incentivando a busca de soluções negociadas, de responsabilidade primordial dos próprios países centro-americanos.

Em relação à África, teve continuidade a política de estreita cooperação e de amplo entendimento com as nações do continente vizinho. A importância desses vínculos ficou particularmente realçada no contexto das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, traduzindo a forte identidade que nos liga aos países africanos. Com o Oriente Próximo, deram-se passos significativos no sentido da reafirmação da política de equilíbrio e moderação do Brasil em face dos conflitos existentes na região. Apoiou-se, sobretudo no âmbito das Nações Unidas, os esforços de negociação que vieram a permitir a cessação das hostilidades na região do Golfo. Prosseguiram, por outro lado, as iniciativas de cooperação bilateral com países da área.

O relacionamento com a Ásia experimentou notável impulso, em particular no quadro das visitas presidenciais e ministeriais à República Popular da China. Abriram-se amplas possibilidades de cooperação bilateral, subretudo no campo científico-tecnológico, valorizando a vertente sul-sul da atuação externa brasileira. Comemorou-se, em 1988, o octogésimo aniversário da imigração japonesa no Brasil, em cujo contexto recebemos a visita do Príncipe herdeiro Fumihito.

De especial relevância para a política externa foi a visita do Presidente da República à União Soviética, a primeira que um Chefe de Estado brasileiro realizou oficialmente àquele País. Ao consolidar a tendência ao desbloqueio ideológico nas relações exteriores do Brasil, aquele acontecimento marcou um novo ato de universalismo diplomático e refletiu o grau de maturidade que permitiu elevar a um expressivo patamar de diálogo, colaboração e respeito mútuos os laços com a URSS. Como outro sinal de adensamento das relações com o leste europeu, realizou-se a visita do Primeiro-Ministro da Tchecoslováquia ao Brasil.

Com os Estados Unidos da América, esforçou-se a diplomacia brasileira por preservar e enriquecer a qualidade do diálogo e entendimento, nos altos níveis que devem ser compatíveis com a importância dos dois países. Dedicou-se, especialmente, a promover o estabelecimento de uma agenda positiva que emoldurasse as iniciativas bilaterais, evitando que o universo tão rico, denso e multifacetado de nosso relacionamento seja contaminado por aspectos contenciosos de natureza econômica e comercial. Nesse quadro, o Brasil reagiu com equilíbrio e maturidade à imposição unilateral de sanções ilegais à sua política de proteção à propriedade intelectual no setor farmacêutico, a qual está perfeitamente de acordo com as normas internacionais que regulam a matéria. Decidiu, nesse sentido, recorrer aos mecanismos internacionais de solução de controvérsias com vistas a preservar e a fazer prevalecer seus legítimos direitos. Registraram-se, no período, as visitas do Secretário de Estado norte-americano ao Brasil e do Secretário-Geral das Relações Exteriores aos Estados Unidos.

Em relação à Europa Ocidental, manteve-se o alto nível de entendimento que tradicionalmente caracteriza nossos vínculos com os países da área. O Presidente da República esteve, em caráter não oficial, na França e em Portugal, onde manteve conversações com os respectivos Chefes de Estado e de Governo. Por sua vez, o Ministro das Relações Exteriores efetuou visitas a Lisboa e Paris para consultas políticas de interesse comum. Pela primeira vez, um Chanceler brasileiro visitou oficialmente os países nórdicos (Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia), ocasião em que se aprofundou o exame das possibilidades de incremento de inversões financeiras e do comércio bilateral. Nesse contexto, celebraram-se novos encontros dos Chanceleres do Grupo dos Oito com seus colegas das Comunidades Européias e dos países nórdicos. De especial importância, também, foram os entendimentos iniciados com a Itália no campo da cooperação econômica.

No âmbito multilateral, o Brasil passou a ocupar, este ano, assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o qual fora eleito em 1987. Contribuiu, assim, para o tratamento de várias questões que interessam à paz mundial, tendo desempenhado, inclusive, no exercício da presidência daquele órgão, papel de destaque no encaminhamento da solução do conflito entre o Irã e o Iraque. Voltou o Brasil, por outro lado, a ser eleito para o ECOSOC, órgão de indiscutível relevo no trato da temática econômica e social.

Com a presença do Presidente da República na Terceira Sessão Especial sobre Desarmamento da Assembléia Geral da ONU, deixou patente o Brasil, uma vez mais, seu interesse na discussão dos temas vinculados ao desarmamento, que, em nosso entender, não podem ficar restritos às grandes potências.

Com a Reunião de Representantes dos Países da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, celebrada no Rio de Janei-

ro, deu-se um passo a mais na implementação dos propósitos que inspiraram a iniciativa brasileira acolhida pela Assembléia Geral da ONU, com reflexos positivos para o maior entendimento e aproximação entre os povos da América do Sul e da África.

No âmbito da OEA, cabe destacar a ratificação, pelo Brasil, do Protocolo de Reformas da Carta da Organização, que a tornará mais ágil e apta a responder às necessidades e interesses dos países-membros. Em uma clara demonstração de apoio à sua gestão, o Embaixador João Clemente Baena Soares foi reeleito, por unanimidade, para novo mandato como Secretário-Geral da Organização.

As iniciativas previstas para 1989, no campo da política externa, deverão incidir nas mesmas questões políticas e econômicas que compreendem nossos interesses prioritários no cenário internacional. Os esforços em favor do desarmamento mundial, da consolidação do clima de distensão, da democratização dos processos de tomada de decisão no plano internacional e da solução pacífica dos conflitos continuarão a ser apoiados e incentivados. No plano econômico, maiores atenções permanecerão voltadas para a solução do problema da dívida, as conversações no âmbito da Rodada Uruguai, a conquista de nossa autonomia científica e tecnológica, a cooperação com os demais países em desenvolvimento, a promoção de nossas exportações e o encaminhamento, por meio da negociação, das pendências comerciais com as nações industrializadas. Continuar-se-á, dentro de nossa tradição diplomática, a reclamar o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, que atenda de forma justa e equitativa às legítimas aspirações dos países em desenvolvimento.

Seguir-se-á intensificando as relações com a América Latina, com particular ênfase no andamento das iniciativas em prol da integração econômica e da concertação política. A prioridade africana será reforçada. Buscar-se-á desempenhar papel ativo na implementação dos acordos de paz na África Austral. Continuar-se-á a oferecer uma efetiva contribuição à proposta de convocação de uma conferência internacional para resolver a crise do Oriente Próximo. Intensificar-se-ão também os laços com a Ásia e o leste europeu, conforme a orientação, já em prática, de desvendar novos horizontes para a política externa, e de ampliar o diálogo e a colaboração com os países industrializados. No mesmo espírito, revigorar-se-á nossa presença nos organismos multilaterais.

Ao mesmo tempo, o Brasil continuará dedicando especial atenção a problemas como o tráfico de drogas, o meio ambiente e a proteção dos direitos humanos, os quais vêm despertando interesse crescente, também na comunidade internacional. São questões que envolvem, em maior ou menor grau, a responsabilidade de todas as nações, para cujo tratamento o Brasil está preparado para seguir dando sua contribuição, à luz de seus legítimos e intransferíveis interesses nacionais.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Em 1988, o principal objetivo das ações do Ministério da Fazenda foi a reversão do processo inflacionário sem, no entanto, comprometer o nível de atividade econômica, o abastecimento interno e o desempenho do setor externo.

Política Monetária e Creditícia

Dentro de um contexto inflacionário de tendência explosiva, coube às autoridades monetárias, ao longo de 1988, executar uma política de taxas de juros reais positivas como forma de inibir, tanto quanto possível, as pressões sobre a demanda agregada, evitando-se, assim, que a oferta de moeda contribuísse para maior agravamento do desequilíbrio da economia nacional. Desse modo, os saldos dos principais agregados monetários (Meios de Pagamento e Base Monetária) evoluíram, até agosto, a taxas mensais muito inferiores aos níveis da inflação. A partir de setembro, contudo, observou-se relativa folga na liquidez da economia, com o comportamento dos agregados monetários, influenciado pelo aumento do volume das transações econômicas, apresentando crescimento mensal mais próximo à elevação dos preços.

A expansão acumulada estimada dos Meios de Pagamento, medida em fim de período, alcançou 580%, o que representa uma redução real de 34% em relação a 1987. A evolução da Base Monetária, após o esboço de ligeira aceleração ao final do primeiro trimestre, mostrou taxas de crescimento bem inferiores aos índices de preços apurados no período, apresentando uma expansão anual de 622%, o que mostra que as emissões primárias andaram na esteira do crescimento dos preços, não podendo, portanto, ser responsabilizadas pela explosão do processo inflacionário no período.

O saldo dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado, até novembro, alcançou NCz$ 39 bilhões, com acréscimo nominal de 703% no exercício, distribuídos entre o sistema monetário, com NCz$ 15,4 bilhões, e o sistema não monetário com NCz$ 23,6 bilhões.

As operações de crédito do sistema monetário (Banco do Brasil e bancos comerciais) tiveram um incremento nominal de 645% no ano; com o Banco do Brasil respondendo por 17,2% do crédito total, e os bancos comerciais por 22,3%. A maior parcela dos empréstimos do Banco do Brasil foi dirigida para o setor rural e financiada, principalmente, com recursos da caderneta de poupança rural, que teve notável crescimento real (150%) no período.

No sistema não monetário, o saldo das aplicações, até novembro, de NCz$ 23,6 bilhões, representa uma expansão nominal de 747%. Neste segmento, o desempenho das financeiras (412%) e dos bancos de investimento (576%) refletem a retração da demanda por crédito em função do nível desestimulador das taxas nominais de juros. O crescimento do crédito das instituições de fomento foi mais expansivo, com o BNCC apresentando um acréscimo de 897%, seguido dos bancos estaduais de desenvolvimento com 727% e, finalmente, do BNDES com 681%. Da mesma forma, foi significativo o crescimento das aplicações das entidades do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, direcionadas para o crédito habitacional, com as caixas econômicas apresentando um crescimento de 860% e as sociedades de crédito imobiliário/associações de poupança e empréstimo, um crescimento de 734%.

Política Fiscal

A proposta do Orçamento Geral da União (OGU) para 1988, enviada ao Congresso Nacional em agosto de 1987, apresentou, pela primeira vez, a programação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito.

Com a incorporação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, passaram para o OGU as contas de natureza fiscal que vinham sendo financiadas com recursos de suprimentos específicos do Banco Central do Brasil. Esta medida, além de conferir maior transparência aos gastos públicos, tornou possível àquela instituição exercer melhor as suas funções de banco central clássico, de controle das políticas monetária e cambial.

O Orçamento das Operações Oficiais de Crédito compreende as receitas e desembolsos relacionados com os programas de crédito, subsídios creditícios, aquisição e venda de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos e a formação de estoques reguladores.

Este orçamento destina, também, recursos para saneamento de instituições financeiras federais e estaduais em regime de administração especial temporária, refinanciamento de dívidas da União, Estados e Municípios com avais do Tesouro Nacional, e da micro, pequena e média empresa.

A partir da definição dos principais parâmetros macroeconômicos, e de acordo com a Lei nº 7.632, de 3 de dezembro de 1987, o Governo estimou a Receita em NCz$ 4.545,2 milhões, e fixou a Despesa da União em igual importância para o exercício financeiro de 1988. Tal proposta orçamentária foi elaborada com amplas modificações, incorporando a execução de um orçamento unificado e a administração da Dívida Pública pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Assim, a execução orçamentária de 1988 detém uma abrangência superior à de anos anteriores.

A partir da autorização legal, e com base, tanto nas metas consubstanciadas nos cronogramas de desembolso dos diversos ministérios e órgãos federais, como na previsão das receitas de tributos, taxas e contribuições, o Governo promoveu uma política de liberações compatível com as metas de política econômica adotada. Para esse objetivo foi muito importante o esforço da administração orçamentária e financeira exercida pelos ministérios e órgãos junto às unidades orçamentárias e gestoras e a sedimentação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Tal sistema, com maior utilização pelos usuários, culminou na implantação da conta única, permitindo, por um lado, a agilização do fluxo de recursos, o aprimoramento dos controles contábeis e o desenvolvimento de informações gerenciais, e, por outro, ao Banco Central do Brasil executar com melhor eficiência sua política monetária, visto que o impacto das contas do Tesouro junto ao público é, agora, previamente conhecido.

A Programação Financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1988, cujas diretrizes foram estabelecidas pelo Decreto nº 95.519, de 21 de dezembro de 1987, foi executada com base em cronogramas de desembolso, propostos pelos órgãos setoriais do Sistema, através do próprio SIAFI, simplificando rotinas e criando condições aos ministérios e órgãos equivalentes, de utilizarem suas dotações com maior eficiência.

Ainda nesse decreto, foram incluídas disposições pertinentes à execução do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, por se tratar do primeiro Orçamento Geral da União totalmente unificado.

Aplicando-se para 1987 o mesmo critério do orçamento unificado vigente em 1988, estima-se um déficit de caixa do Tesouro Nacional, em termos reais, 35% inferior ao obtido no ano passado.

A contribuição maior para tal desempenho em 1988 concentra-se nas receitas do Tesouro, estimadas em NCz$ 9.310,8 milhões, que, apesar da exacerbação do processo inflacionário no exercício, apontam um crescimento real de 1,8% em relação a 1987. Este crescimento é resultado, principalmente, de medidas como:

a) ações administrativas implementadas pela Secretaria da Receita Federal no sentido de esforço fiscal;

b) redução de prazos de recolhimento de alguns impostos, evitando-se, assim, perdas maiores como resultado da defasagem existente entre o fato gerador do tributo e seu efetivo recolhimento;

c) alteração de alíquotas de tributos e contribuições; e

d) incorporação de alguns itens de receita ao Tesouro Nacional, como, por exemplo, a contribuição ao PIS/PASEP.

O tributo de maior arrecadação, o Imposto de Renda, apresentou um aumento real de 13,3% em relação a 1987, contribuindo com NCz$ 3.773,1 milhões, o que representa 42,2% do total arrecadado. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apresentou uma queda real de 13,5% em relação a 1987, com uma arrecadação de NCz$ 1.733,6 milhões, representando 19,3% do total.

As liberações do Tesouro Nacional, por sua vez, são estimadas em NCz$ 15.229 milhões em 1988, sendo NCz$ 10.156 milhões para atender ao Orçamento Fiscal, e NCz$ 5.073 milhões para o Orçamento das Operações Oficiais de Crédito.

No Orçamento Fiscal, o maior item de despesa é o pagamento de pessoal e encargos sociais, que atingiu cerca de NCz$ 3,1 bilhões em 1988, registrando crescimento real de 19,3% em relação ao observado em 1987, mesmo com a suspensão da URP referente aos meses de abril-maio/88. Tal comportamento deveu-se, basicamente, aos aumentos reais de salário concedidos a partir de outubro de 1987 e aos aumentos especiais obtidos por diversas categorias de trabalhadores (juízes, procuradores, professores, etc.).

O resultado de caixa do Tesouro, medido pela diferença entre as receitas correntes e as despesas efetivas, deverá ter registrado um valor negativo aproximado de NCz$ 4,8 bilhões em 1988, ficando cerca de 35%, em termos reais, inferior ao obtido no ano anterior.

Esse valor foi financiado com ingressos provenientes das operações de crédito internas e externas, autorizadas pelo Congresso Nacional, no montante de NCz$ 5,85 bilhões, restando NCz$ 1,05 bilhão para reforço das disponibilidades. Estas fe-

charão o ano com NCz$ 1,42 bilhão (43,4% inferiores, em termos reais, àquelas registradas em 1987), resultado do saldo inicial de NCz$ 0,37 bilhão e o fluxo positivo assinalado de NCz$ 1,05 bilhão. Grande parte dessas disponibilidades será utilizada em 1989 para a cobertura de despesas referentes ao ano de 1988 (Restos a Pagar/1988).

Com a aprovação do programa estabelecido para 1988, foi fixado em 4% do PIB o limite máximo de expansão do déficit público para o exercício. Compatível com essa meta, o déficit de caixa do OGU não poderia, então, ultrapassar NCz$ 4.438,4 milhões (2,6% do PIB). Cabe dizer que a expectativa de inflação embutida nesta programação era de estabilização ao nível de 17% a.a.

Porém, a despeito das medidas tomadas no sentido de alcançar esse objetivo, no decorrer do segundo semestre do ano as variáveis macroeconômicas ocorridas diferiram bastante das estimativas utilizadas quando da elaboração da programação. Os principais desvios ocorreram nas projeções da inflação para os últimos meses do ano, o que influiu diretamente na estimativa dos valores nominais dos diversos agregados de receita e despesa.

Mesmo assim, o déficit de caixa do OGU em 1988, ao atingir NCz$ 4.780,3 milhões, ficará apenas 7,7% acima do programado, em termos nominais. Se descontarmos o diferencial de inflação, entre a programada na época e a efetivamente ocorrida nesse ano, o déficit de caixa deverá situar-se dentro da programação estabelecida.

Política de Abastecimento e Preços

O ano de 1988 apresentou uma produção agropecuária em nível elevado, graças a uma safra recorde no período, para a obtenção da qual muito deve ter concorrido a prática de preços devidamente reajustados. Em conseqüência, tornou-se possível a suspensão das importações de alimentos pelo Governo e a redução do grau de intervenção no abastecimento interno.

No que concerne aos preços agrícolas, grande realce deve ser dado à efetiva implantação das chamadas "regras de comercialização" consignadas no Decreto nº 95.457, de 10 de dezembro de 1987, e na Portaria MA nº 36, de 22 de fevereiro de 1988, que determinaram a intervenção do Governo nos mercados agrícolas através da compra e da venda dos estoques governamentais e da liberação das importações, sempre que os preços extrapolarem uma faixa previamente definida.

Essa faixa de livre mercado tem como piso os preços mínimos aprovados para a safra e, como teto, os preços de referência de cada produto, obtidos através da média dos últimos 60 meses de preços reais, ao nível de atacado, contados até noventa dias do início do plantio, acrescido de uma margem percentual de 12% para o arroz e o milho, e de 17% para o feijão.

Relativamente aos produtos lácteos e à carne bovina, programou-se e executou-se uma política de estoques reguladores, visando a manter abastecido o mercado de leite pasteurizado, bem como a aumentar a oferta de leite em pó integral para as Regiões Norte e Nordeste. Paralelamente aos estoques reguladores públicos, procurou-se beneficiar, com faixas de financiamento específico, as indústrias de laticínios, visando à formação de estoques próprios para atender ao abastecimento regional.

Apenas alguns produtos, cuja importação já se tornou tradicional por parte da iniciativa privada e pelo Governo, para complementar o abastecimento nacional, tiveram aquisição no exterior: o trigo da Argentina, com base no Protocolo nº 2; o arroz do Uruguai, amparado em acordos oficiais que permitiram a algumas empresas adquirirem o produto naquele País vizinho, além de pequena quantidade de milho comprado da Argentina sob o amparo do sistema *drawback*.

Em relação aos preços e tarifas do setor público, procurou-se recuperar a defasagem acumulada nos últimos anos, de forma a recompor a capacidade de poupança e investimentos dos setores atingidos e reduzir a pressão sobre o déficit público. Assim, foram concedidos aumentos reais aos preços e tarifas de produtos siderúrgicos, serviços portuários, transportes aéreos, transportes ferroviários, cabotagem, energia, telecomunicações, etc.

A questão relativa ao abastecimento e preços dos produtos ditos industrializados apresentou certa complexidade no ano de 1988.

Tanto os produtos químicos denominados especialidades farmacêuticas quanto os medicamentos da linha humana e veterinária obtiveram reajustes significativos, posto que todo o setor farmacêutico encontra-se numa fase de recuperação de preços (bastante defasados desde o "Plano Cruzado"). Já no primeiro semestre de 1988 adotou-se uma política de reajustes mensais para os produtos farmacêuticos em geral, o que permitiu fechar-se o ano sem maiores problemas de abastecimento nessa área.

Registre-se, de outra parte, uma situação de quase normalidade no difícil controle de abastecimento e preços de insumos como a borracha, o ferro, o aço, o alumínio, o estanho, o cobre e a celulose. Note-se que estes produtos, em sua maioria, se encontram com os preços alinhados em termos de repasse de custos. Nesse sentido, a política de exportação tem se preocupado em determinar prioridades para o abastecimento do mercado interno, com vistas a evitar que os preços do mercado externo provoquem situações de desabastecimento e/ou prática de cobrança velada de ágio em desobediência ao tabelamento oficial.

Política do Setor Externo

POLÍTICA CAMBIAL

A continuidade da política de minidesvalorização diária do cruzado, no decorrer do ano de 1988, desempenhou papel importante para o comportamento das contas externas, contribuindo no sentido da manutenção da competitividade dos nossos produtos no mercado internacional, do que resultou o excepcional desempenho das exportações brasileiras naquele exercício.

Ao final de dezembro de 1988, o dólar norte-americano foi fixado em Cz$ 761,49 para compra e Cz$ 765,30 para venda, acumulando, no ano, desvalorização de 959,22%, 25,6 pontos percentuais acima da inflação (IPC).

DÍVIDA EXTERNA

A dívida externa brasileira totalizou US$ 114,9 bilhões em 1988, dos quais US$ 104,4 bilhões corresponderam a débitos de longo prazo (dívida registrada). Esta estimativa não considera os

efeitos por conta das flutuações das paridades do dólar norte-americano que prevaleceram durante o ano. Tal resultado revela um decréscimo de 5,1% relativamente à posição de 1987.

A dívida de curto prazo (US$ 10,5 bilhões) reduziu-se de forma considerável comparativamente ao registro de dezembro de 1987 (US$ 13,7 bilhões), devido, basicamente, ao pagamento aos bancos privados internacionais dos juros atrasados e do empréstimo-ponte, ambos de 1987.

A dívida registrada de médio e longo prazos apresentou redução de 2,9%, resultante de ingressos de novos recursos, saídas relativas às conversões formais, aos pagamentos em cruzados, e a outros pagamentos.

Quanto à renegociação da dívida externa, algumas etapas foram parcialmente concluídas em 1988. Em junho, o Brasil solicitou ao Fundo Monetário Internacional 1.096 milhões de DES – Direitos Especiais de Saques, na forma de um acordo *stand-by* de 19 meses, tendo recebido, em agosto, o primeiro desembolso do FMI, no valor de US$ 469,8 milhões.

Foi concluído, em julho, com os credores governamentais, o acordo de reescalonamento dos empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos de agências governamentais ou por elas garantidos, contratados até 31.3.83, com vencimentos entre 1.1.87 e 31.3.90, totalizando US$ 3,9 bilhões. Adicionalmente, foram renegociados US$ 1,1 bilhão, relativos a juros vencíveis no período de 1.8.88 a 31.3.90.

O pagamento do principal refinanciado dar-se-á em dez anos, com cinco de carência, da seguinte maneira:

– US$ 1,9 bilhão (relativo aos vencimentos entre 1.1.87 e 31.7.88) em dez prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em 1.8.93 e a última 1.2.98;

– US$ 2 bilhões (relativos à estimativa de vencimento entre 1.8.88 e 31.3.90) em dez prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em 1.4.95 e a última em 1.10.99.

O pagamento dos juros refinanciados obedecerá ao seguinte esquema: 15% em abril de 1990, 15% em abril de 1991, e 70% em dez prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em 1.4.95 e a última em 1.10.99.

As taxas de juros serão negociadas bilateralmente entre o Governo brasileiro e cada um dos países credores participantes do Clube de Paris.

Foi assinado, em setembro, o acordo plurianual de renegociação com os bancos comerciais, cujos aspectos mais relevantes são:

a) reescalonamento de 94% da dívida vincenda de médio e longo prazos, no período de 1987 a 1993 (considerados inclusive os vencimentos de 1986), no valor de US$ 60,6 bilhões, por vinte anos, com oito de carência;

b) estabelecimento de um novo *spread* de 13/16% a.a. (0,8125%) sobre a Libor, a vigorar a partir de 1.1.88, para os depósitos no Banco Central (BFA – Deposit Facility Agreements) e, a partir de 1.1.89, para toda a dívida do setor público. Eliminação da opção pela taxa *prime* em todos esses contratos;

c) reprogramação do pagamento de juros aos bancos, de trimestral para semestral, a partir da data de vigência do acordo;

d) recursos novos no montante de US$ 5,2 bilhões, com prazos de doze anos e cinco de carência;

e)prorrogação das linhas de curto prazo (comerciais e interbancárias), no total de US$ 14,1 bilhões, por dois anos e meio, a contar da data da efetividade do novo acordo;

f) transferência de US$ 600 milhões anuais da linha de projeto interbancário para as linhas de comércio, de 1988 a 1990, e

g) permissão aos bancos credores para reempréstimo dos recursos novos e dos depositados no Banco Central (DFA). Os reempréstimos do dinheiro novo para o setor privado terão prazo mínimo de seis anos, com três de carência, enquanto os recursos depositados no Banco Central (DFA), sete anos, com cinco de carência. Para o setor público, esses reempréstimos dependerão de prioridades e só poderão ser utilizados para rolagem da dívida com prazos mínimos de repasse de doze anos, com cinco de carência.

Em outubro, o País efetuou o pagamento do restante dos juros devidos de 1987 e depositados em nome dos bancos estrangeiros no valor de US$ 3.079,1 milhões, sendo US$ 1.079,1 milhões das próprias reservas de US$ 2 bilhões desembolsados do acordo interino com os bancos credores.

A primeira parcela de US$ 4 bilhões do acordo firmado com os bancos, em 22 de setembro último, foi desembolsada em novembro, e no mesmo mês foi pago o montante de US$ 2.995,1 milhões relativos ao acordo interino.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

O Balanço de Pagamentos para 1988 foi reestimado, apresentando superávit de US$ 8,1 bilhões.

Este resultado permitirá a liquidação das obrigações a curto prazo da Autoridade Monetária, possibilitando a elevação das reservas internacionais em cerca de US$ 2,3 bilhões.

Para alcançar esse resultado, estima-se que a balança comercial tenha apresentado um superávit de 19 bilhões, com exportações da ordem de US$ 33,8 bilhões (crescimento de 28,9%), e importações de US$ 14,8 bilhões (redução de 1,7%).

Os serviços foram reestimados em US$ 14,5 bilhões, saldo de US$ 2,5 bilhões superior ao observado em 1987, devido ao pagamento esperado de US$ 9,9 bilhões de juros líquidos, comparativamente aos US$ 8,8 bilhões verificados em 1987.

Os gastos líquidos com os demais serviços deverão se situar em US$ 4,6 bilhões, superiores em US$ 1,3 bilhão ao ocorrido em 1987, enquanto as remessas líquidas de lucros e dividendos deverão aumentar, passando de US$ 0,9 bilhão, em 1987, para US$ 1,7 bilhão, em 1988.

As transações correntes deverão alcançar um superávit aproximado de US$ 4,6 bilhões, enquanto em 1987 essa rubrica assinalou um déficit de US$ 0,8 bilhão.

O ingresso líquido de capitais foi projetado em US$ 3,6 bilhões, devido basicamente à entrada de US$ 4,6 bilhões de dinheiro novo de bancos estrangeiros.

No que concerne aos investimentos diretos líquidos, deverão totalizar US$ 2,3 bilhões, computados os novos aportes de US$

200 milhões, e as conversões de dívida externa em investimentos, calculadas em US$ 2,1 bilhões.

Mercado de Capitais

No início do ano, as cotações dos títulos transacionados em bolsas encontravam-se bem abaixo de seus valores intrínsecos (valores patrimoniais), devido à forte retração do mercado ocorrida no ano anterior. No entanto, medidas como a criação e regulamentação dos fundos de investimento de capital estrangeiro, e a resolução nº 1.460, do Conselho Monetário Nacional, trouxeram novo alento ao mercado. Essa Resolução modificou o regulamento do programa de conversão da dívida externa, eliminando a restrição que vinculava as operações de conversão à captação no exterior de bônus do Governo brasileiro, dando início, assim, aos leilões mensais de conversão nas bolsas de valores.

No que se refere à internacionalização do mercado, até outubro havia sido aprovada a constituição de 72 Fundos de Conversão – Capital Estrangeiro, sendo 11 em áreas incentivadas, e o restante em áreas livres. Aprovou-se também a constituição de 27 Fundos de Investimento – Capital Estrangeiro. Desses últimos, 17 já estão em funcionamento, com patrimônio líquido agregado em 208,2 milhões de dólares. Quanto aos Fundos de Conversão, existem 13 em funcionamento, com patrimônio líquido de 76,4 milhões de dólares.

O mercado dos títulos de renda variável, nos onze primeiros meses de 1988, teve comportamento inverso ao de igual período de 1987, pois tanto o montante negociado nas duas principais bolsas de valores (BOVESPA e BVRJ), quanto os índices que medem a valorização média dos papéis transacionados, situaram-se em níveis acima da inflação.

O volume de negócios atingiu, em onze meses, a cifra de NCz$ 3.477,3 milhões, contra NCz$ 321,6 milhões no mesmo período de 1987, observando-se crescimento real de 18% em 12 meses. Com relação aos preços, o IBV e o IBOVESPA tiveram expansão real de 92,8% e 96,9%, respectivamente. Vale observar que os índices apresentaram crescimento contínuo em suas pontuações mensais, excetuando-se uma contração de 2,4% na bolsa paulista, em agosto. O IBOVESPA e o IBV médios, partindo de 1.627 e 6.704 pontos, no início do período, atingiram 21.391 e 79.100 pontos em novembro, respectivamente.

No mercado primário, houve lançamentos de ações e debêntures, no valor equivalente a 39.087 mil OTN e 310.310 mil OTN, contra 29.704 mil OTN e 2.594 mil OTN, respectivamente, realizados em 1987.

Política de Seguros

O ano de 1988 veio consolidar o processo de desregulação no mercado segurador, principal diretriz emanada da política nacional traçada para o setor.

Os novos dispositivos constitucionais extinguiram a sistemática de cartas-patente e todas as distorções conseqüentes. Em substituição, foram fixados critérios estabelecendo que o ingresso de novos participantes na indústria dependa de comprovada condição econômico-financeira, capacitação técnico-gerencial e probidade, segundo parâmetros fixados pelo interesse público. A mesma norma prevê, ainda, estímulos à especialização e regionalização das atividades, com benefícios a todos os segmentos envolvidos.

O Decreto nº 96.904, de 3.10.88, dispondo sobre a nova estrutura da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), veio a institucionalizar todas as práticas implementadas a partir de 1985, com o objetivo de transformar a autarquia em agência governamental moderna e apta a assumir, com alto nível de eficiência, todas as responsabilidades que a lei lhe confere.

Quanto aos recursos financeiros necessários ao custeio de suas atividades, decidiu-se observar os padrões internacionais. Através de iniciativa pioneira no âmbito do setor público, adotaram-se procedimentos pelos quais o setor privado, através da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, direciona recursos que contribuem significativamente no total de receitas, com vistas à manutenção do nível de eficiência e modernização necessários ao desempenho de suas funções institucionais.

Estima-se que a arrecadação de prêmios atinja no final de 1988 a cifra de NCz$ 878 milhões, acusando crescimento real de 3% sobre o ano anterior. Trata-se de um bom desempenho, decerto alcançado em função da extensa prática do seguro indexado, fórmula introduzida nas operações do mercado a partir do último trimestre de 1987.

Perspectivas para 1989

As políticas a serem implementadas pelo Ministério da Fazenda em 1989 estão indicadas tanto na proposta orçamentária para 1989 quanto no conjunto de medidas de combate à inflação, anunciadas pelo Governo no dia 15.1.89.

Em relação à política fiscal, o Governo pretende, no próximo exercício, acelerar o processo de ajuste fiscal, reduzindo a zero as Necessidades Líquidas de Financiamento do Setor Público e, conseqüentemente, a colocação adicional de títulos da dívida pública. Para isso, além da realização da chamada "Operação Desmonte", que consistiu em excluir da programação orçamentária de 1989 tanto as despesas financiadas com as transferências negociadas como as contrapartidas de empréstimos externos para custear projetos de interesse de Estados e Municípios, e da redefinição de prioridades orçamentárias para 1989, o Governo propôs uma série de medidas que foram referendadas pelo Congresso Nacional. As principais são:

a) eliminação de incentivos fiscais para aplicação em florestamento, reflorestamento e ações da EMBRAER;

b) elevação da alíquota do IRPJ para pessoas jurídicas que tinham tratamento fiscal favorecido;

c) criação da contribuição social sobre o lucro de pessoas jurídicas; e

d) criação de mecanismos institucionais destinados a coibir a evasão de impostos e a aumentar a eficiência da administração tributária.

Na área monetária, a política deverá ser contracionista, uma vez que foi aumentado o percentual do depósito compulsório e deverá ser mantida a política de juros elevados.

A política creditícia será de forma a desincentivar o consumo, através da diminuição de prazos para pagamentos e fixação de limites para endividamento.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

O Ministério dos Transportes tem privilegiado e valorizado o planejamento. O Programa de Desenvolvimento do Setor de Transportes (PRODEST) versão 1988/91 – coordenado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), evoluiu do tratamento de corredores de transportes para a consideração de rotas, resultando um maior grau de detalhamento e de confiabilidade. A constante ampliação da participação de diversos segmentos neste processo tem-lhe conferido maior integração, efetividade e transparência.

Dentro do espírito da Reforma Administrativa preconizada pelo Governo Federal, tiveram continuidade os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Institucional procurando identificar os modelos, tanto no âmbito do próprio Ministério quanto nos seus órgãos e entidades vinculados, que melhor atendam aos interesses dos usuários dos transportes de cargas e passageiros; adaptando-se, em paralelo, à Política Nacional de Transportes (PNT) em fase de reformulação, acompanhando as posturas da nova Constituição. Estes trabalhos têm, também, um forte componente voltado para a descentralização e para a privatização, diretrizes básicas do atual Governo.

O planejamento integrado e a reforma administrativa somam-se na busca da melhor eficácia dos transportes no País, tanto na vertente econômica como social da Nação.

Investimentos em Programas de Transporte em 1988

As principais ações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) concentraram-se na administração do patrimônio rodoviário federal, com a aplicação da parcela maior de recursos na restauração e conservação das rodovias sob sua jurisdição, sem descurar-se da operação e da continuidade das obras em andamento.

Foram restaurados aproximadamente 2.100km; executados serviços de conservação em 63.000km; implantados cerca de 470 km e pavimentados 750km de rodovias federais.

Os investimentos em rodovias vicinais permitiram a realização de trabalhos de revestimento primário e de pavimentação em cerca de 460km.

Objetivando a segurança nas estradas, realizaram-se obras de sinalização em 23.500km de rodovias.

Fator inibidor no ano foi provocado pela necessária reformulação do orçamento fiscal. A escassez de recursos se fez sentir principalmente a partir do terceiro trimestre, quando foram paralisadas as execuções de obras e serviços rodoviários contratados.

No que tange ao transporte ferroviário de cargas, os programas e projetos executados tiveram por objetivo básico a capacitação de rotas e sistemas operacionais da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), para alcançar níveis de produção compatíveis com seu novo perfil empresarial, em implementação.

Com a aplicaçao de recursos da ordem de 54,5 milhões de cruzados novos, a produção da empresa atingiu, em 1988, 80 milhões de toneladas úteis, correspondentes a 37 bilhões de toneladas-quilômetro úteis.

Além da restauração e remodelação de trechos e da renovação do material rodante, a RFFSA continuou com o programa da expansão de vias férreas, ressaltando-se o prosseguimento da construção da Ferrovia do Aço e da Variante Costa Lacerda-Capitão Eduardo, e a elaboração do Projeto Final de Engenharia da Ferrovia Transnordestina.

Ainda no que se refere ao transporte ferroviário de cargas, a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. concluiu um trecho de 100km no início do ramal norte da Ferrovia Norte-Sul e elaborou o projeto básico e parte do projeto final de engenharia do seu ramal sul.

Na área dos transportes públicos urbanos sobre trilhos, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), os investimentos deram continuidade ao programa de modernização dos sistemas de trens metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo e à construção do trem metropolitano de Belo Horizonte.

No Nordeste, a CBTU, ampliando seu raio de ação ao receber os serviços de trens urbanos da RFFSA, concentrou a aplicação de recursos na recupeação dos sistemas deteriorados de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, apresentando já resultados positivos.

A CBTU opera em 10 capitais brasileiras, tendo transportado, durante o ano, 507 milhões de passageiros.

Ainda na área de transportes urbanos, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), reincorporada, em setembro de 1988, ao Ministério dos Transportes, manteve-se direcionada para a efetivação de ações relacionadas ao planejamento e gerenciamento do Sistema Nacional de Transportes Urbanos, e à capacitação das administrações estaduais e municipais, reafirmando uma política de descentralização.

Abrangendo todas as capitais estaduais e regiões metropolitanas, bem como a maioria das cidades de porte médio, nas intervenções físicas praticadas enfatizaram-se construção de terminais rodoviários, recuperação, implantação e pavimentação de vias urbanas e sinalização.

Outra atividade relevante, notadamente pelo seu aspecto multiplicador, consistiu no treinamento e capacitação de recursos humanos para o setor, na ordem de 10.000 treinandos num total de 196 eventos nacionais e regionais.

Nesse ano, foram investidos recursos da ordem de NCz$ 51,7 milhões, envolvendo a celebração de 94 convênios de melhoria do sistema de transporte em nove Regiões Metropolitanas e mais 54 Municípios, beneficiando cerca de 52 milhões de habitantes.

A Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS) pautou seus trabalhos na busca de melhoria da eficiência e da rapidez das operações portuárias, tendo movimentado, no ano, 360 milhões de toneladas de cargas. Esse volume, que colocou o Brasil em terceiro lugar na movimentação de cargas portuárias no mundo, só

abaixo dos Estados Unidos e Japão, representou 98% das exportações brasileiras, e correspondeu a um valor recorde de 34 bilhões de dólares.

O Programa de Reaparelhamento dos Portos foi desenvolvido com a contratação de *porteineres* para diversos portos e negociação de financiamento para aquisição de equipamentos leves.

Vultosos investimentos foram canalizados para terminais especializados e de carga geral, destacando-se o terminal de *containers* de Paranaguá, o cais de Valongo-Paquetá, o cais de granéis líquidos de Santos, o terminal de granéis sólidos de Aratu e obras em Recife, Natal, Itaqui, Itajaí, Vila do Conde e Luiz Correia.

No campo da Pesquisa e do Desenvolvimento de Recursos Humanos registram-se os trabalhos do Instituto de Pesquisa Hidroviária (INPH) e a consolidação do Curso Superior de Portos.

Quanto à navegação interior, salienta-se a realização do Plano Hidroviário Nacional, que se faz pela primeira vez no Brasil e que deverá estar concluído em 1989.

Foram desenvolvidos trabalhos em todas as grandes bacias hidrográficas do País: sinalização do Rio Madeira; retomada da construção da Eclusa de Tucuruí; estudos de navegabilidade pelo comboio-tipo no Araguaia-Tocantins; melhorias na dragagem e sinalização do São Francisco; obras do Porto de Ibotirama; duplicação das instalações de Porto Velho, entre outras.

Destaca-se também a atenção à hidrovia Paraguai-Paraná, importante eixo de integração com os países da Bacia do Prata, cujo estudo de viabilidade está em fase de elaboração, envolvendo a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai visando a uma operação integrada e mais eficiente.

No que concerne à navegação e à Marinha Mercante, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) desenvolveu atividades normativas e de controle pertinentes ao transporte aquaviário. Foram homologados diversos acordos entre armadores nacionais e estrangeiros e dada continuidade ao programa de transferência do controle da União para os Estados das travessias fluviais.

A coordenação e o controle da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) passaram a ser exercidos pela SUNAMAM, que já pôs em prática a sua partilha, conforme as disposições do Decreto-lei nº 2.404/87.

Utilizando-se os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) – administrado pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) – foram entregues 26 embarcações, totalizando 19.500 Toneladas de Porte Bruto (TPB); foram lançadas 33, correspondendo a 342.000 TPB; assinaram-se contratos para a construção de mais 27 embarcações, perfazendo 335.000 TPB e aprovaram-se pedidos de prioridade para a obtenção de financiamento de mais 101 embarcações, num total de 1.200.000 TPB.

Na área internacional, registre-se a participação ativa do Brasil na integração com a América Latina. Destaca-se, aqui, a cooperação bilateral Brasil-Argentina, com protocolos assinados, merecendo relevo o Protocolo nº 14, referente a transportes terrestres, voltado à mais eficiente operação rodoviária e ferroviária.

As reuniões de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul tiveram em novembro de 1988, em Canela (RS), um dos seus momentos mais importantes: foram firmados 14 acordos, abrindo perspectivas para o crescimento do transporte dentro das novas bases de integração continental.

Perspectivas para 1989

O Programa de Desenvolvimento do Setor Transporte (PRODEST), elaborado para o período de 1988/91, deverá, em sua revisão, pautar-se pelos novos preceitos constitucionais, a fim de manter a sua função básica de interação entre as relações do sistema de transporte e o contexto político e sócio-econômico do País.

Para a melhoria do transporte ferroviário de cargas, dar-se-á continuidade ao programa de modernização e recuperação da malha ferroviária da RFFSA, com destaque para os trechos constantes do projeto BIRD/RFFSA, relacionados aos corredores do Paraná, de Minas Gerais e Goiás.

A Ferrovia do Aço deverá entrar em operação comercial em seu trecho prioritário de Jeceabá a Saudade.

A Ferrovia Transnordestina e a Estrada de Ferro Paraná-Oeste (FERROESTE), poderão ter suas obras iniciadas; esta última, com participação predominante da iniciativa privada, assim como a Ferrovia Leste-Oeste.

O primeiro trecho do ramo norte da Ferrovia Norte-Sul deverá entrar em operação comercial. Iniciar-se-á a construção de novos trechos, estimando-se a conclusão de 200km em 1989.

Será aberta concorrência internacional para a construção de ferrovia para trens de alta velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro.

No transporte ferroviário urbano, a CBTU deverá aumentar sua oferta de transporte nos subúrbios do Rio de Janeiro e de São Paulo, para o que dirigirá esforços para a recuperação do material rodante. Será dada continuidade às ações voltadas para a melhoria das condições de segurança, regularidade e confiabilidade dos seus sistemas operativos.

Com relação aos portos, prevê-se a elevação da demanda de movimentação portuária das atuais 360 milhões de toneladas para 600 milhões no ano 2000. A adequação e modernização dos portos é, portanto, tarefa primordial da PORTOBRÁS e demandará vultosos recursos financeiros. Com a extinção da Taxa de Melhoramento dos Portos (TMP), espera-se que esses recursos sejam obtidos através do Adicional da Tarifa Portuária (ATP) – Lei nº 7.700 – sancionada em dezembro de 1988.

Para 1989, novos projetos estão contemplados, todos voltados para áreas críticas de operação portuária. Entre eles destacam-se: ampliação dos terminais de *containers* de Rio Grande, Santos e Rio de Janeiro; construção do terminal graneleiro de São Francisco do Sul; ampliação do terminal de grãos em Santos; construção de dois berços em Sepetiba para produtos siderúrgicos e petroquímicos; ampliação do terminal de fertilizantes de Santos; novo berço em Praia Mole para produtos siderúrgicos; construção dos *piers* petroleiros de Ilhéus, Itaqui e Maceió, e ampliação do Porto de Manaus.

No desenvolvimento da navegação interior, serão investidos recursos em todas as principais bacias, tanto na melhoria das condições de navegabilidade quanto em instalações e frotas.

O Ministério dos Transportes se empenhará na eliminação da situação de inadimplência das empresas de navegação para com o Fundo da Marinha Mercante, o que permitirá, em 1989, a retomada do processo de renovação da frota brasileira. Dará, ainda, continuidade aos estudos para o dimensionamento da frota mercante nacional, com base nas necessidades do transporte marítimo.

Na área internacional, serão intensificadas as consultas com autoridades marítimas estrangeiras, colimando a ampliação e melhoria das condições de participação da Marinha Mercante no transporte internacional.

Terá, também, prosseguimento, a elaboração do Estudo de Viabilidade Econômica da Hidrovia Paraguai–Paraná, mantendo-se o Brasil na coordenação dos trabalhos.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Em 1988, o País colheu cerca de 66 milhões de toneladas de grãos, o que marcou um recorde pelo segundo ano consecutivo, e tal feito foi alcançado com redução significativa dos subsídios à agricultura.

O financiamento agrícola encontrou na Caderneta de Poupança Rural sua principal fonte de recursos. O Banco do Brasil, que foi o primeiro a operar com esse instrumento, fechou o ano com saldo de NCz$ 3 bilhões de depósitos totalmente aplicados.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A expandindo suas atividades, conquistou, em 1988, importantes segmentos do mercado financeiro, elevando o nível de atendimento ao sistema cooperativista. A Caderneta de Poupança foi o carro-chefe para as aplicações do Banco, notadamente em relação ao crédito para irrigação, capital de giro e investimentos, com saldos de NCz$ 25 milhões em 31.12.88.

Vultosos investimentos foram aplicados em 1988 na modernização do Instituto Nacional de Meteorologia, com instalação de equipamentos avançados de computação e satélites, permitindo a recuperação da Meteorologia Brasileira e melhorando, significativamente, os índices de acerto da previsão do tempo, com enormes benefícios para a Defesa Civil e Agricultura.

Para garantir a sanidade dos rebanhos brasileiros foi celebrado com o Banco Mundial um contrato de empréstimo para implantação do projeto "Controle das Doenças dos Animais". Para sua execução, foram celebrados convênios com 15 Estados contemplados no projeto, repassando recursos no valor de NCz$ 738,8 mil. Foram liberados, ainda, recursos no valor de NCz$ 3,9 milhões para a recuperação da rede de laboratórios e construção de estações quarentenárias.

Para proteger as principais culturas de interesse econômico do País, contra a incidência de pragas e doenças, entre outros, o Ministério executou diversos programas. Destacam-se o de combate ao gafanhoto nos Estados de Mato Grosso e Paraíba, e o monitoramento das moscas da fruta, através da instalação de armadilhas nos aeroportos e portos, com vistas à detecção da presença do inseto e a adoção de medidas para evitar a sua expansão no Território Nacional.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias, grupos e comunidades rurais, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – (EMBRATER), atendeu prioritariamente aos pequenos e médios produtores rurais, 96% de um total de 1.270.000 agricultores atendidos, em 3.220 municípios, cerca de 92,8% dos municípios brasileiros, com exceção de São Paulo.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com seus 27 (vinte e sete) centros de pesquisa, 9 (nove) unidades de âmbito estadual e 2 (dois) serviços especiais, coordena a atividade, a nível nacional, envolvendo ainda os órgãos Estaduais, Fundações, Institutos e Universidades, num sistema cooperativo de pesquisa agropecuária. Ao longo do ano de 1988, a entidade aplicou recursos da ordem de NCz$ 27,2 milhões no desenvolvimento de 48 (quarenta e oito) Programas Nacionais de Pesquisas, desdobrados em 4.200 (quatro mil e duzentos) Projetos.

Nas operações de compra e financiamento de produtos agrícolas, amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), aplicou NCz$ 438,65 milhões de cruzados, tanto em Aquisição do Governo Federal (AGF), como no financiamento à comercialização e estocagem por meios dos Empréstimos do Governo Federal (EGF), envolvendo um total de 15,16 milhões de toneladas de produtos. A nova política de preços mínimos permitiu assegurar aos produtores remunerações satisfatórias, estímulo essencial para as boas safras conseguidas.

Para atender os objetivos sociais do Governo na área de abastecimento, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), através do fornecimento a micro e pequenos varejistas de áreas periféricas, beneficiou 41 milhões de pessoas em 1.149 cidades, aplicando cerca de NCz$ 11,9 milhões.

A COBAL, como um dos responsáveis pela execução da Política de Estoques Reguladores do Governo, aplicou, no exercício de 1988, NCz$ 34,2 milhões na aquisição de produtos básicos, em particular de leite em pó desnatado e de *butter oil* utilizados nos programas sociais do Governo, num volume de 52.085,4 e 17.641,3 toneladas, respectivamente.

Principais Ações Previstas para 1989

Para 1989, estão previstos e aprovados, no Orçamento Geral da União, vários projetos, com destaque para o PROVÁRZEAS, que prevê a incorporação de, pelo menos, 120.000 novos hectares em todo o País, beneficiando cerca de 100.000 produtores.

A EMBRAPA, em seus 48 Programas Nacionais de Pesquisa, desenvolverá 4.500 projetos, envolvendo cerca de 12.000 experimentos ou atividades de pesquisa.

A organização do Arquivo Zootécnico Nacional, com o apoio decidido da Associação de Criadores, englobando bovinos de leite e corte, suínos e caprinos, aumentará a disponibilidade de material genético de qualidade, permitindo a melhoria do efetivo pecuário. Pretende-se controlar e avaliar geneticamente 700 mil bovinos leiteiros e 5,8 milhões de bovinos de corte.

Será dada continuidade à campanha contra a utilização do mercúrio nos garimpos, visando coibir os abusos que venham a

ser cometidos. A pesca irregular e predatória será amplamente combatida, principalmente com um trabalho de conscientização da comunidade pesqueira, em relação ao meio ambiente.

As previsões iniciais para a safra 88/89 indicam uma produção de grãos e oleaginosas superior a 68 milhões de toneladas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação, no exercício de 1988, associou-se ao extraordinário esforço de mobilização e de participação de todos os segmentos organizados da sociedade brasileira nas discussões, nos seminários, conferências e grupos de estudo, visando a oferecer sua contribuição ao processo de elaboração da nova Carta Constitucional, cujos dispositivos estão a delinear os rumos da educação no País.

O esforço foi direcionado para assegurar educação para todos, em nível de ensino de 1º grau e superar as deficiências quantitativas e qualitativas, que permeiam todos os níveis, da pré-escola à universidade.

Assim é que, com base nos princípios de democratização, de participação, de descentralização, bem como de redução das desigualdades sociais, o MEC desenvolveu os seguintes programas:

Ensino Básico

– Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, mediante cooperação técnica e financeira para construção, treinamento de docentes, distribuição de material de ensino-aprendizagem e consolidação de propostas pedagógicas inovadoras. Foram transferidos aos municípios recursos no montante de NCz$ 1,9 milhão. Em nível estadual, o programa aplicou NCz$ 765 mil, o que resultou na criação de 72.810 novas vagas e na construção de 899 salas, tendo beneficiado 819.181 alunos. Foram treinados 12.294 professores.

– Na Expansão e Melhoria do Ensino de 1º grau, prestou-se assistência técnica e financeira a Estados e municípios, cujas programações foram direcionadas para a ampliação da oferta de vagas, correção do fluxo escolar e defasagem idade-série, mediante emprego de medidas pedagógicas e formas alternativas de superação das dificuldades no processo de alfabetização.

No bojo desse esforço conjunto, foram, também, apoiadas iniciativas de aperfeiçoamento do processo de planejamento e de gerência educacional, buscando conferir-lhes eficiência e racionalidade.

A aplicação de recursos globais, no valor de NCz$ 31,3 milhões, permitiu a construção de 19.799 salas; a criação de 254.130 novas vagas, tendo beneficiado 17.115.470 alunos. Receberam treinamento 232.949 professores.

Para as ações de subvenção e auxílios foram transferidos NCz$ 36,8 milhões, que beneficiaram 2.822 entidades particulares.

A aquisição de vagas – bolsas de estudo - recebeu NCz$ 3,7 milhões.

– No Programa de Alimentação Escolar foram aplicados recursos no valor de NCz$ 59,3 milhões, dos quais NCz$ 82 mil destinaram-se à construção e reforma de armazéns; NCz$ 33 mil para equipamento de cantinas escolares e NCz$ 19 mil para capacitação de recursos humanos.

– O Programa Nacional do Livro Didático aplicou recursos no montante de NCz$ 2,2 milhões que permitiram a distribuição de 30.267.503 livros, beneficiando 27.807.011 alunos, 148.495 escolas e 4.151 municípios.

– O Programa Nacional de Material Escolar atendeu a 11.103.075 alunos, 397.925 professores e 111.575 escolas. Foram beneficiados 2.014 municípios. Os recursos globais foram de NCz$ 1,7 milhão.

1.6 – O Programa Salas de Leitura atendeu a 47.820 escolas e aplicou NCz$ 2,4 milhões.

Ensino de 2º Grau

Na expansão e melhoria do ensino de 2º grau, buscou-se ajustar a oferta às exigências do processo de desenvolvimento e assegurar novas alternativas de formação, com vistas ao cumprimento da meta de instalação de duzentas escolas técnicas, industriais e agrícolas, permitindo, inclusive, a pré-qualificação em nível de 1º grau. Foram implantadas 57 escolas técnicas de 2º grau e reformadas 18 escolas, também de 2º grau, que entrarão em funcionamento em 1989, com recursos da ordem de NCz$ 3 milhões. A implantação de 76 escolas de 1º grau levou à criação de 17.280 novas vagas, sendo aplicados NCz$ 829 mil. Além dessas ações, foram transferidos recursos às unidades da Federação para revitalizar os cursos de formação de educadores para o 1º grau, para o que se aplicou o montante de NCz$ 6,9 milhões.

Ensino Superior

Ao Programa Integrado de Desenvolvimento do Ensino Superior, que objetiva fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi destinado o montante de NCz$ 18,2 milhões. Já o Programa de Apoio a Instituições Universitárias não Federais, aplicou a soma de NCz$ 2,3 milhões nas instituições públicas e NCz$ 4,9 milhões nas demais instituições. O Programa de Construção, Equipamento e Instalação, que abrange recuperação e manutenção da infra-estrutura física e de equipamentos, recuperação de hospitais universitários e a transferência e absorção de tecnologia ótica, absorveu recursos no valor de NCz$ 27,6 milhões.

Pós-Graduação e Pesquisa

Na Formação de Recursos Humanos de Alto Nível, na Institucionalização da Pós-Graduação e da Pesquisa na Universidade e na Consolidação e Melhoria dos Cursos de Pós-Gradução e da Pesquisa na Universidade foram aplicados recursos no valor de NCz$ 32,7 milhões, o que resultou na concessão de 8.675 bolsas de mestrado, 4.711 de doutorado e 3.016 outras bolsas.

Ensino Especial

O Setor de Ensino Especial dedica-se à expansão da oferta de serviços educativos a portadores de necessidades especiais, na

linhà da interiorização, visando a alcançar as populações periféricas e rurais. Foram aplicados NCz$ 863 mil, atendendo 109 órgãos públicos e 929 entidades particulares, beneficiando 231.742 alunos.

Educação de Jovens e Adultos

Para o apoio e fomento a alternativas metodológicas de educação básica de jovens e adultos, mediante cooperação técnica e financeira, foram aplicados NCz$ 9,6 milhões. Os resultados se expressam no incremento de 60% de pessoas alfabetizadas, alcançando, no biênio 87/88, 1.676.391 alfabetizados, e no estabelecimento de convênio com 3.473 órgãos públicos e com 1.698 entidades privadas.

Educação Física e Desporto

As ações nesta área estiveram voltadas para a integração das atividades de educação física aos componentes curriculares, incluindo a preparação de recursos humanos e a implementação de centros de ensino e supervisão da educação física, e para o desenvolvimento do esporte não formal e de rendimento. Foram aplicados nesses programas recursos globais no valor de NCz$ 219 mil, obtendo-se os seguintes resultados:

alunos atendidos	67.472
população mobilizada	6.720 pessoas
atletas beneficiados	3.600

Ações Previstas para o Exercício de 1989

A premissa básica para o direcionamento das ações no próximo exercício se alicerça nos dispositivos da nova Constituição, com base nos quais serão retomados programas e mantidas atividades já em andamento, conferindo-lhes foco especial. Isto significa ampliar a execução de determinados programas.

Nessa perspectiva estão previstas:

– a expansão da oferta de educação pré-escolar;

– a continuidade dos esforços para erradicação do analfabetismo e universalização do atendimento em nível de 1º grau;

– a expansão do ensino de 2º grau nas modalidades de educação geral, técnica e de suplência profissionalizante;

– a extensão da oferta de ensino especial às populações periféricas e rurais;

– o apoio ao desenvolvimento integrado das instituições de ensino superior; e

– a intensificação da prática de educação física escolar e do desporto.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

O ponto mais importante a ressaltar em 1988 é que o nível de emprego manteve-se em trajetória ascendente.

Pode-se constatar este comportamento através dos dados de registro administrativo – Lei nº 4.923/65 – que indicam um crescimento de 3,59% no período de janeiro a outubro de 1988. Este resultado, comparado com o ocorrido em idêntico período do ano anterior (1,35%), reflete uma melhoria expressiva. Em números absolutos, de janeiro a outubro de 1988 foram criadas 738,3 mil novas oportunidades de trabalho, número superior às 287,3 mil geradas no mesmo período do ano anterior.

Apesar da evolução favorável no corrente ano, tal desempenho ainda é inferior ao apresentado em 1986 (1.072 milhão).

A nível setorial, cabe registrar que a performance do emprego formal, de janeiro a outubro, foi propiciada por todos os setores, com destaque para Serviços (4,46%), Indústria de Transformação (2,38%), Comércio (3,16%) e Construção Civil (8,41%). O bom comportamento do emprego no ano de 1988 é corroborado pelas estimativas do IBGE para pessoal ocupado na Indústria de Transformação que apontam uma variação positiva de 2,71% (out/87-out/88).

Com relação aos salários, o ano de 1988 caracterizou-se por uma contínua perda do poder aquisitivo dos salários, porém menos acentuada, se comparada com a do ano anterior.

De acordo com os índices de salários de contratação elaborados pelo Ministério do Trabalho, com base nas informações do Cadastro de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65 – os salários médios dos admitidos na Indústria de Transformação caíram 6,63% de janeiro a setembro, comparando-se com o mesmo período de 1987. Note-se que o salário real médio de 1987, nesse setor de atividade, já havia caído cerca de 13% em relação à média de 1986. O setor da Construção Civil apresentou uma evolução negativa ainda mais acentuada, uma vez que os salários médios dos admitidos sofreram uma depreciação de 10,11% no mesmo espaço de tempo. Isto é, até setembro de 1988, os setores Comércio e Serviços assistiram a uma perda real de 8,39% e 4,88%, respectivamente.

Segundo a FIESP, os salários dos trabalhadores na indústria paulista reduziram-se apenas 0,69% no primeiro semestre de 1988, frente ao mesmo período do ano anterior, enquanto as pesquisas realizadas pelo DIEESE apresentaram uma perda de 5,33%. As informações fornecidas pela Pesquisa Mensal de Empregos na Região Metropolitana de São Paulo (FIBGE) mostraram, igualmente, uma redução – desta vez de 0,28% no mesmo período.

Embora as informações relativas aos últimos meses do ano passado ainda não estejam disponíveis, é de se esperar que as médias anuais (em termos reais) dos indicadores citados encontrem-se abaixo dos níveis de 1987.

O Piso Nacional de Salários não teve a evolução desejada, embora a intenção do Governo fosse a de recompor o seu poder de compra de modo a elevar o salário de base da economia. Na verdade, o PNS experimentou uma leve redução no primeiro semestre de 1988, frente aos mesmos de 1987: 0,6%. Considerando-se a evolução do Piso Nacional ao longo de todo o ano, observa-se como resultado final uma pequena recuperação de 2,42% da média *vis-à-vis* à média do ano anterior.

Finalmente, as previsões preliminares acerca do comportamento da massa salarial, que mostrarão o desempenho conjunto dos níveis de emprego e dos salários ao longo de 1988, apontam para uma tênue recuperação em relação ao ano anterior. Tal evo-

lução resulta da performance positiva dos níveis de emprego, dado que os salários encontram-se estagnados ou numa tendência de descenso.

Durante o ano de 1988 cerca de 1.400.000 trabalhadores dispensados requereram o benefício do seguro-desemprego. Destes, aproximadamente 1.020.000 tiveram seus requerimentos deferidos. Este resultado implicou emissão de 4,2 milhões de cheques no valor global de NCz$ 51,4 milhões.

No mesmo período foram emitidas 13,7 milhões de carteiras de trabalho.

Na área de intermediação de mão-de-obra, realizada através do SINE, foram feitas 650 mil inscrições e 190 mil colocações, devendo-se ressaltar, também, que o Sistema Nacional de Empregos operou como suporte, a nível de atendimento e orientação, para o seguro-desemprego, atendendo cerca de 700 mil trabalhadores.

No setor informal do mercado de trabalho, o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) beneficiou cerca de 85.000 pessoas através da implantação de 46 oficinas comunitárias artesanais e da realização de uma feira nacional e duas regionais.

O Sistema Federal de Inspeção do Trabalho fiscalizou, até outubro, 335.216 estabelecimentos que empregam aproximadamente 18,2 milhões de trabalhadores. No contexto dessa ação foram expedidos 63.188 autos de infração que redundaram na imposição de multas na ordem de NCz$ 3,7 milhões.

No que se refere à Segurança e Medicina do Trabalho, a tônica da ação administrativa centrou-se no aprimoramento e especialização dos técnicos da área e na intensificação da fiscalização, principalmente, em empresas que desenvolvem atividades de alto risco à segurança, higiene e saúde do trabalhador.

No campo da formação profissional, o Ministério do Trabalho deu continuidade às ações desenvolvidas nos anos anteriores, treinando, através da rede operacional do SENAR, cerca de 91.000 trabalhadores rurais. Desse total, 64.000 são trabalhadores rurais autônomos e cerca de 27.000 são trabalhadores assalariados, tendo sido dada prioridade à Região Nordeste, onde estão cerca de 33% do total de trabalhadores treinados.

Através da Lei nº 6.297/75, que concede incentivos à formação profissional, foram treinados cerca de 3,8 milhões de trabalhadores vinculados a 2.800 empresas.

Na área social, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), criado pela Lei nº 6.321/76, beneficiou, em 1988, cerca de 5 milhões de trabalhadores vinculados a 23.000 empresas. No contexto do Programa, 2.000 empresas fornecedoras de alimentação foram credenciadas, tornando cada vez mais ampla a rede do PAT.

Prioridades para 1989

A principal prioridade do Governo na área do Trabalho será dar seqüência prática às novas determinações constitucionais, notadamente no que diz respeito às relações de trabalho, tarefa que exigirá a elaboração de anteprojetos de leis e de decretos, visando adaptar a legislação trabalhista à nova Carta Constitucional.

Pretende-se, ademais, expandir de forma significativa o seguro-desemprego, tanto em termos do valor do benefício como em número de beneficiários. Esta expansão será possível graças à vinculação dos recursos da contribuição para o PIS/PASEP ao Programa do Seguro-Desemprego determinado pela Constituição.

Para tanto, especial cuidado será dispensado à modernização do Programa, com ênfase no uso de recursos de informática e, também, através da consolidação e expansão das atividades de recolocação e reciclagem do trabalhador beneficiário do Programa.

Quanto à Identificação do Registro Profissional, a atividade mais significativa será o desenvolvimento e a implantação do Cadastro Nacional do Trabalhador, cujo projeto está em fase de conclusão. Esse cadastro será feito e operado em condomínio (Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência e Assistência Social e Caixa Econômica Federal) e objetiva consolidar em um só arquivo as informações da vida profissional do trabalhador. O Cadastro Nacional constituir-se-á na base de dados do trabalho e seguridade social, mediante o qual serão concedidos ao trabalhador benefícios garantidos por Lei.

Na área de Segurança e Medicina do Trabalho, serão intensificadas ações que visem à ampliação da fiscalização e à promoção de campanhas educativas voltadas para a prevenção dos acidentes do trabalho e doenças profissionais, bem como a conscientização da população jovem.

Atendendo aos preceitos constitucionais (art. 7º, XXXIII, e art. 227, § 3º), o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, coordenado pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra e integrado pela Secretaria de Mão-de-Obra, SENAI, SENAR e outras entidades de formação profissional, implementará programas de preparação do jovem para o trabalho, buscando o equilíbrio entre a demanda e a oferta de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Tais ações contarão com aporte financeiro do Contrato de Empréstimo nº 2.810/BR-BIRD, que permitirá a capacitação profissional de aproximadamente 500.000 pessoas.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica, no cumprimento de sua missão constitucional, procurou fortalecer o poder aeroespacial nos seus múltiplos segmentos, com vistas a assegurar a capacidade de pronta resposta da Força Aérea alicerçada no reequipamento e em seu constante adestramento, bem como em progressiva independência tecnológica.

São descritas, a seguir, as principais realizações desse Ministério, na amplitude de sua ação militar e civil, nas seguintes áreas: na atividade-fim da Força Aérea, no campo científico e tecnológico, na indústria aeroespacial, na infra-estrutura aeronáutica, na aviação civil e no campo social;

– a Força Aérea, contando com Unidades Aéreas de elevado grau de eficiência, distribuídas por todo o Território Nacional, realizou diversos exercícios com a Marinha e o Exército brasileiros, além de operações com forças armadas de outros países;

– no campo científico-tecnológico, através do Centro Técnico Aeroespacial, foram desenvolvidas fases vitais de vários projetos, destacando-se: Motor Ciclo Otto a Etanol; Motor Aeronáutico a Pistão, com combustão alternada de querosene de aviação; Materiais Cerâmicos Especiais; Reatores Especiais; Alerta Radar, para a instalação em aeronaves; e Imageador de Infravermelho Termal, para reconhecimento tático;

– na área aeroespacial, foram desenvolvidos componentes, equipamentos e materiais para aplicação no Veículo Lançador de Satélites-VLS, tendo sido dada continuidade, também, à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA):

– a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) consolidou a venda de seus produtos no mercado internacional. A aeronave EMB-120 "Brasília" atingiu a marca de 361 unidades comercializadas e o EMB-312 "Tucano", considerado o melhor avião de treinamento militar de sua categoria, 600 unidades, equipando várias forças aéreas do mundo;

– o Avião de Combate AMX, caça tático de última geração, projetado em consórcio com a indústria aeronáutica italiana, encontra-se em início de fabricação, com a primeira aeronave de série devendo voar no primeiro semestre deste ano, garantindo significativa parcela de nacionalização de nossa aviação de combate e permitindo substancial absorção de tecnologia de ponta;

– a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) desenvolveu importantes realizações, visando à manutenção e à modernização dos aeroportos sob sua administração;

– no tocante ao Sistema de Proteção ao Vôo, destacam-se a criação do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III), em Recife, e a ativação da fase operacional do CINDACTA II, em Curitiba. Deu-se continuidade, também, à transferência gradativa dos serviços de telecomunicações para a empresa vinculada Telecomunicações S.A. (TASA);

– no Sistema de Aviação Civil, foi estimulada a prestação de serviços aéreos às regiões longínquas do Território Nacional, visando a atender as comunidades menores, tendo sido, também, incentivada a participação dos Estados e municípios na administração e na exploração de aeródromos;

– grande apoio e incentivo foi propiciado à área aerodesportiva com a aquisição de aeronaves argentinas AEROBOERO-115; e,

– a Força Aérea teve participação efetiva em diversos programas de assistência às comunidades indígenas, em colaboração com a FUNAI, participando ainda de muitas outras missões humanitárias em diversas regiões do País, assim como no desenvolvimento do Projeto Calha Norte.

Principais Ações para 1989

O Ministério da Aeronáutica dará ênfase às atividades que tenham por finalidade:

– elevar a capacidade de combate e de pronta-resposta da Força Aérea, através da prontidão operacional e do aumento da capacidade de duração em combate das Unidades Aéreas;

– assegurar a continuidade do reequipamento e da modernização do material aéreo;

– intensificar, no campo científico-tecnológico, a pesquisa, o desenvolvimento e a incorporação do máximo de tecnologia aeroespacial, para diminuir o nível de dependência externa;

– incentivar a produção da indústria aeroespacial brasileira;

– assegurar a continuidade da produção da Aeronave AMX, que representa um poderoso instrumento para a Força Aérea;

– garantir o prosseguimento da implantação do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA), aumentando os níveis de segurança de vôo;

– incentivar o crescimento ordenado da aviação civil e assegurar-lhe o aprimoramento técnico-operacional;

– criar condições para que o nível de eficiência e de economicidade se reflita em melhor serviço para os usuários, com tarifas compatíveis com a realidade econômica do País;

– intensificar o transporte aéreo, com o objetivo de atender às pequenas comunidades e às regiões mais longínquas do País;

– propiciar a continuidade do programa de construção, reequipamento e modernização da rede aeroportuária nacional; e,

– assegurar a participação da Força Aérea Brasileira no desenvolvimento e na integração do País.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Introdução

O Ministério da Saúde, integrado na filosofia do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde – SUDS, procura desenvolver suas ações em conjunto com as Secretarias de Saúde dos Estados, com a finalidade de estabelecer a regionalização e hierarquização dos serviços, bem como a garantia de acesso à população a todos os níveis de assistência.

Isto significa um extraordinário trabalho de apoio institucional a todas as unidades federadas no sentido de prepará-las para assumir o planejamento e a execução de suas ações de saúde.

Execução Financeira

Os recursos do Ministério da Saúde, para o ano de 1988, foram de NCz$ 332,6 milhões.

Ações Desenvolvidas

PLANO NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS

O Plano Nacional de Sangue e Hemoderivados sistematiza políticas setoriais permitindo um programa de expansão da rede e controle de qualidade do sangue e seus derivados. Assim, a readequação física e a qualificação de pessoal dos hemocentros em funcionamento foram promovidas, e também a construção, equipamento e operacionalização de 5 novos hemocentros em Campo Grande, João Pessoa, Cuiabá, Porto Velho e Goiânia, além de outras 24 unidades hemoterápicas. O controle de qualidade do sangue a ser transfundido é feito de rotina e inclui a pesquisa de

sífilis, AIDS, malária, dengue e hepatite B. Em 1988, foram realizados 1.385.947 exames. Pretende-se em 1989 continuar a ampliação de rede com o término da construção de pelo menos um hemocentro de referência em todas as capitais, além de núcleos de hemoterapia em municípios do interior de diversas unidades da federação. Hoje, estão em funcionamento 45 regionais, assim distribuídas: 9 na Região Norte, 13 no Nordeste, 6 no Sudeste, 11 no Sul e 6 no Centro-Oeste. No combate à AIDS, definiu-se uma política para fazer face à doença, viabilizando-se o atendimento médico-hospitalar aos pacientes de AIDS em todas as unidades federadas, treinando-se 1.252 técnicos para a assistência e diagnóstico laboratorial e elaborando-se manuais para orientar o atendimento ambulatorial, hospitalar e domiciliar. Continuou-se a veicular na imprensa a campanha de comunicação sobre AIDS, visando alertar e informar a população sobre os grupos de risco, cadeia epidemiológica e métodos preventivos.

ATENÇÃO À CRIANÇA

Na área de atenção à criança, foram desenvolvidas ações concernentes ao controle das doenças diarréicas, das infecções respiratórias agudas, promoção da vacinação, e acompanhamento da curva de crescimento da criança.

Para tanto, ao lado de ampla campanha de mobilização da população, lançada através da Sociedade Brasileira de Pediatria, a rede básica de saúde desenvolveu um intenso trabalho educativo com apoio de mensagens de rádio, veiculação de filmes e distribuição de 350.000 cartazes. Foram concluídos 2 (dois) estudos de morbimortalidade. o primeiro sobre diarréia e o segundo sobre doenças respiratórias agudas.

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Na área de alimentação e nutrição, o Ministério da Saúde, através do INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, atendeu cerca de 6,2 milhões de beneficiários entre gestantes, nutrizes e crianças, através do fornecimento de 22,7 mil toneladas de alimentos. Além disso, foram ampliados e consolidados os programas de combate ao Bócio Endêmico e de estímulo ao Aleitamento Materno.

PLANO NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

Foram obtidos expressivos resultados no Plano Nacional de Imunizações que continuou mantendo cobertura superior a 60% entre os menores de 1 ano, no que concerne à vacinação contra difteria, tétano, coqueluche, sarampo e tuberculose. No que se refere à poliomielite, o compromisso de erradicá-la até 1990 fez com que fosse obtida uma cobertura superior a 90% nos menores de 5 anos, por ocasião dos dias nacionais de vacinação.

Para dar suporte ao Plano Nacional de Imunizações (PNI), o Ministério da Saúde implementou o programa de auto-suficiência em imunobiológicos e não tem poupado esforços na modernização das instalações e gerenciamento dos laboratórios produtores, de forma a garantir, até 1991, a quantidade de soros e vacinas necessários aos programas oficiais. Integram este programa sete laboratórios produtores e um laboratório de referência em controle de qualidade.

Cerca de NCz$ 4,1 milhões foram investidos neste programa, o que permitiu, em 1988, a produção de 4 milhões de doses de toxóide tetânico, pelo Instituto Butantã; de 1;2 milhão de doses de vacina anti-rábica humana e 14 milhões de vacinas caninas, pelo Instituto de Tecnologia do Paraná; de 12 milhões de doses de BCG, pela Fundação Athaulpho de Paiva; de 180 mil ampolas de soro antiofídico, pela Fundação Ezequiel Dias. Biomanguinhos, da Fiocruz, produziu 5 milhões de doses de vacina contra o sarampo, 42 milhões contra a febre amarela (7,5 exportadas), 3 milhões contra meningite, 50 mil doses de vacina anticolérica e 100 mil contra a febre tifóide.

ATENÇÃO À MULHER

Em relação à mulher, as ações foram orientadas para a assistência à gestação, parto e puerpério, ao planejamento familiar, à prevenção do câncer ginecológico e das doenças sexualmente transmissíveis.

DOENÇAS ENDÊMICAS

As doenças endêmicas constituem ainda importante problema de saúde em nosso País.

A malária permanece em ascensão; no entanto, o seu incremento anual acompanha o crescimento demográfico ocorrido nas zonas de alta transmissão da Amazônia.

Pode-se admitir que não houve agravamento do problema, embora tenha sido registrado um aumento no número de exames positivos para Plasmodium. Preocupa, contudo, o predomínio do P. falciparum em várias unidades federadas assim como a dispersão de cepas resistentes desse parasito, para todas as regiões brasileiras. Dados preliminares indicam que foram borrifados cerca de 2,5 milhões de domicílios, realizados 3,5 milhões de exames laboratoriais e detectados 565.484 casos em 1988, significando um aumento de 11% em relação ao número de casos do ano anterior.

A doença de Chagas vem apresentando uma redução na transmissão vetorial graças ao combate aos transmissores domiciliados, encontrando-se em vigilância cerca de 25% dos municípios da área endêmica. Em 1987/1988, os progressos foram pequenos devido ao remanejamento de servidores para a luta antiaegypti (cerca de 40 por cento do efetivo do programa).

Quanto à esquistossomose, as atividades de controle foram reduzidas em razão da utilização de grande parte dos servidores no combate ao vetor urbano da febre amarela. Não obstante, não se registrou nenhuma alteração na situação da esquistossomose – as formas graves são em número reduzido e nenhum foco novo foi detectado em 1988.

No âmbito do controle da febre amarela e dengue, a SUCAM defronta-se atualmente com sério desafio: o Aedes Aegypti é encontrado em quatro macrorregiões brasileiras (sal-

vando-se apenas a Região Norte), infestando 11 (onze) Estados e cerca de 345 municípios.

Por outro lado, o Aedes Albopictus está presente em todos os Estados do Sudeste, em 150 municípios. Grande esforço terá de ser desenvolvido não só para interromper a expansão destes mosquitos como para diminuir sua densidade; para, posteriormente, iniciar-se um programa objetivando sua eliminação nas áreas infestadas. Simultaneamente, providências deverão ser tomadas para evitar o recrudescimento do dengue e da febre amarela selvática; esta última apresentando-se com baixo nível de incidência, apenas 177 casos no decorrer da última década. Em 1988, foram registrados apenas 97 casos de dengue contra 90 mil em 1987.

DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS

Os programas de controle das doenças crônico-degenerativas ganharam especial dimensão. São 6 (seis) os principais programas em curso, todos enfatizando a importância do autocontrole como fator da prevenção primária e do preparo e treinamento dos profissionais, tentando, dessa forma, reverter o quadro grave através da mudança de hábitos de vida e costumes nocivos à saúde.

O programa de educação e controle do diabetes mellitus, o programa nacional das doenças cardiovasculares que engloba além da hipertensão arterial, a febre reumática, miocardiopatia, e coronariopatia, o programa nacional de saúde ao idoso, o programa nacional de combate ao câncer, o programa do esporte em saúde e o programa nacional de combate ao tabagismo foram objeto de cuidadosa atenção. Destaques especiais devem ser feitos para a viabilização do Centro de Transplante de Medula Óssea, no Instituto Nacional do Câncer. Também merecem destaque as ações de combate ao tabagismo, com a realização de duas grandes Campanhas de Comunicação Social e a regulamentação da Portaria disciplinando a propaganda de cigarros nos veículos de comunicação e dando um prazo de 120 dias para que os maços de cigarros passem a exibir a seguinte frase: fumar é prejudicial à saúde.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Em 1988, o Ministério da Indústria e do Comércio pôde concretizar inúmeras ações, fruto de esforços que vinham sendo desenvolvidos em anos anteriores. A Nova Política Industrial, a criação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), o saneamento financeiro do setor siderúrgico estatal são exemplos marcantes destas ações.

Há que se mencionar também a continuidade de um estilo administrativo, que privilegia a participação do setor privado, a desregulamentação e desburocratização, a redução da máquina administrativa, a transparência, a privatização e a liberalização de mercados.

Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI)

O Conselho de Desenvolvimento Industrial foi reorganizado para servir de suporte institucional à implementação da Nova Política Industrial, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988, que objetiva assegurar ao País um parque industrial moderno e competitivo, adequado às suas necessidades e características.

A preocupação em integrar as ações do Governo e as da iniciativa privada na área industrial orientou a criação da Comissão Consultiva, composta somente de representantes de segmentos privados, e das Câmaras Setoriais, fórum de discussão onde participarão Governo e empresários.

Com a adoção da Nova Política Industrial e a conseqüente criação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial, foram extintos o Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER) e a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI).

De acordo com a sistemática preconizada pela Nova Política Industrial, o CDI aprovou a abertura de 7 Programas Setoriais Integrados (PSI), nas áreas têxtil, de curtumes, calçados e artefatos de couro, siderurgia, de máquinas-ferramenta, de fertilizantes, de papel e celulose e de petroquímica.

Dentro da sistemática anterior, foram aprovados, em 1988, 196 projetos, envolvendo investimentos de cerca de US$ 3,2 bilhões, com a geração de 15.068 novos empregos. Ao final do ano, achavam-se em análise outros 113 projetos com previsão de investimentos da ordem de US$ 5,7 bilhões.

Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas de Exportação (BEFIEX)

O Programa BEFIEX foi aperfeiçoado, racionalizado e desburocratizado, tendo, inclusive, o seu grau de flexibilidade ampliado para se adaptar à Nova Política Industrial.

Em 1988, foram aprovados 48 projetos, prevendo novas exportações de US$ 4,4 bilhões. Ao encerrar-se o ano, 401 projetos estavam em execução, cujos compromissos de exportação totalizam US$ 89,3 bilhões.

As exportações decorrentes dos projetos aprovados pelo BEFIEX representaram, em 1988, cerca de 48% do total das exportações brasileiras de manufaturados.

O apoio do BEFIEX à pequena e média empresa foi efetuado através do Programa CIEX que, ao final de 1988, contava com 80 projetos, prevendo exportações de US$ 1,2 bilhão, em um prazo médio de 3 anos.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Em decorrência da estratégia de descentralização do sistema e da maior racionalização dos serviços, o INPI, em 1988, analisou 144.055 pedidos de marcas e 7.150 de patentes, ampliando significativamente sua atuação em relação ao ano anterior.

Incentivou-se a utilização e ampliou-se o acervo do banco de patentes, tendo, inclusive, sido fornecidas perto de 200.000

cópias de documentos de patentes dos países industrializados a 130 empresas cadastradas.

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)

O INMETRO, em 1988, instituiu vários programas nacionais, com a finalidade de melhorar a qualidade na produção de bens e serviços.

Neste ano, merece destaque a atuação do Instituto em atividades relacionadas à formação de pessoal especializado e à racionalização dos serviços prestados junto à comunidade técnico-industrial, com o intuito de intensificar a utilização de normas técnicas e de controle de qualidade.

Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRÁS)

A produção de aço bruto do Sistema SIDERBRÁS atingiu, em 1988, cerca de 16 milhões de toneladas, com crescimento de 6,7%, em relação ao ano anterior. Mereceu destaque a USIMINAS, que, ao realizar a produção de 4,2 milhões de toneladas de aço, superou em 20% sua capacidade instalada, gerando, assim, uma receita extra de US$ 300 milhões.

As exportações de produtos finais alcançaram 6,2 milhões de toneladas, representando um crescimento de 10,7% em relação a 1987 e US$ 1,8 bilhão em geração de divisas.

O mercado interno foi plenamente abastecido, absorvendo 6,9 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos fabricados pelo sistema SIDERBRÁS, o que propiciou um faturamento de US$ 2,4 bilhões.

Foram investidos US$ 300 milhões em projetos de manutenção, otimização e expansão da produção em diversas usinas integrantes do Sistema.

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)

Com o objetivo de incrementar tanto o turismo interno, como a busca de turismo receptivo, a EMBRATUR desenvolveu, em 1988, diversos projetos e deflagrou várias campanhas promocionais no Brasil e no exterior.

Dos projetos desenvolvidos, merecem destaque, dentre outros, o "Passaporte Brasil", através do qual foram comercializados 370.000 pacotes turísticos; o "Albergue Juventude", cujo número foi aumentado para 69 em todo o País; o "Clube da Maior Idade"; e o "Turismo Cultural", com roteiros que valorizam o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico das destinações turísticas.

Em 1988, foram aprovados pela EMBRATUR/CNTur 44 projetos de empreendimentos turísticos, representando investimentos de cerca de US$ 96 milhões, que proporcionarão a construção de 3.006 novas unidades habitacionais e a criação de 7.200 empregos diretos e indiretos.

Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC)

O CDC tem mantido suas funções consultivas e de acompanhamento do setor comercial. Com o advento do Decreto nº 95.863/88, foram desreguladas inteiramente as atividades ligadas à realização de feiras e exposições no País, transferindo-se ao setor privado qualquer iniciativa em relação ao sistema expositor brasileiro, antes realizadas pelo CDC.

Tal decreto criou a Comissão Consultiva de Promoção Comercial, composta pelos diversos segmentos envolvidos na atividade de promoção comercial, que será o foro para apreciar sugestões sobre temas variados subjacentes à política do setor.

Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE)

Dentre os programas previstos pelo CEBRAE em 1988, destaca-se o Programa de Geração de Emprego e Renda em Comunidades de Baixa Renda, fruto de convênio do CEBRAE com o BIRD, que atende comunidades carentes através de empreendimentos agroindustriais voltados para o aproveitamento de insumos locais. Após um ano do início deste programa, foram executados 77 projetos em 19 Unidades da Federação, com o valor financiado de aproximadamente US$ 1.350.000, atendendo a 11.224 beneficiários diretos e 25.000 indiretos.

No que concerne ao atendimento do empresariado de pequeno porte, constatou-se que 96.000 consultas foram feitas através do Balcão do Empresário, demonstração expressiva da importância do Programa.

Instituto Brasileiro do Café (IBC)

Em conseqüência das diretrizes governamentais, foram implementadas medidas relacionadas à reforma institucional do setor cafeeiro, sobretudo no que diz respeito à contenção e racionalização dos gastos públicos, busca de autonomia financeira, redução da ingerência estatal e a crescente participação do setor privado na formulação da política cafeeira.

No tocante aos resultados operacionais já obtidos, cumpre destacar:

– "enxugamento" do quadro de pessoal, de 4.600 para 3.300 funcionários;

– desativação de quatro projeções no exterior (New York, Hamburgo, Milão e Bogotá) e dez agências no País;

– redução dos cargos de direção e assessoramento (DAS e DAI) de 959 para 418;

– redução da frota de veículos, de 313 para 103; e

– alienação de uma aeronave (em curso).

As exportações de café atingiram o total embarcado de 17,5 milhões de sacas, representando receita próxima a US$ 2,3 bilhões.

Vale destacar que, durante o ano de 1988, todas as aquisições de café para os estoques do setor foram feitas pelo FUNCAFÉ, com recursos provenientes da arrecadação da quota de

contribuição e dos valores pagos em leilões para a obtenção do Direito de Registro de Declaração de Venda (DRDV), o que significa aquisição aos produtores sem qualquer pressão sobre o Tesouro Nacional.

Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)

Foram produzidos, em 1988, 8,1 milhões de toneladas de açúcar e 11,6 bilhões de litros de álcool, mantendo praticamente o nível de produção do ano anterior.

As exportações de açúcar atingiram 1,6 milhão de toneladas, correspondentes a US$ 322 milhões.

O IAA vem passando por ampla reformulação estrutural e reesquematização de suas atividades, com melhor aparelhamento dos meios materiais e humanos, com ênfase nas áreas de planejamento e fiscalização.

Superintendência da Borracha (SUDHEVEA)

Em 1988, a SUDHEVEA aplicou cerca de NCz$ 3,9 milhões na manutenção, no acompanhamento e no controle dos contratos de financiamentos de seringais de cultivo. Para a regulação e organização do mercado nacional de borrachas e látices, foram alocados NCz$ 2,0 milhões.

Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)

Em junho de 1988, através do Decreto-lei nº 2.452, o Poder Executivo foi autorizado a criar Zonas de Processamento de Exportação, com o objetivo primordial de buscar reduzir as disparidades regionais, incentivando e direcionando investimentos nacionais e estrangeiros para a implantação de indústrias voltadas para a exportação, nas Regiões Norte e Nordeste.

Em 1988, aprovou-se a criação das ZPEs de Macaíba (RN), Maracanaú (CE), Suape (PE) e Parnaíba (PI). Ao final do ano, encontraram-se em análise as propostas enviadas pelos Estados do Pará, Paraíba e Sergipe.

Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC)

Em 1988, foi concluído o primeiro módulo de projeto de automação dos serviços do registro do comércio, tendo sido realizados os trabalhos de adequação institucional das Juntas Comerciais dos Estados do RS, SC, MS, MT, GO, BA, PE, CE e do DF para a incorporação de novos recursos tecnológicos.

A microfilmagem do acervo documental das juntas também recebeu o apoio técnico e financeiro do DNRC em vários Estados.

Com relação à racionalização e simplificação de atos e procedimentos do registro empresarial, foram desenvolvidos vários programas: o Registro Instantâneo das Empresas, que reduziu para 1 hora o tempo utilizado para o registro de firmas individuais; o Cadastro Simplificado para o Registro de Sociedades Limitadas; a Certidão Simplificada, que reduziu de mais de 5 dias para apenas 24 horas o prazo de fornecimento de documento para fins de prova perante terceiros; e a utilização de Microfichas para Autenticação de Livros Mercantis.

No biênio 1987/88, foram revistos, atualizados e consolidados 136 atos normativos baixados pelo DNCR nos últimos 20 anos, reduzindo-se formalidades processuais e procedimentos burocráticos.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

O Ministério das Minas e Energia procurou, no decorrer de 1988, dar especial ênfase ao suprimento de energia elétrica, sem, no entanto, se descuidar do necessário apoio às atividades de mineração no País. Assim é que, em 18.01.88, como conseqüência da implantação das obras previstas no Programa de Emergência instituído pelo Decreto nº 94.686, de 27.7.87, e também da melhoria das condições hidrológicas da bacia do rio São Francisco, foi possível encerrar o racionamento de energia elétrica que vinha ocorrendo em toda a Região Nordeste e parte da Região Norte do Brasil.

O Ministério das Minas e Energia tem como programação prioritária, para 1989, o desenvolvimento – dentre outras – das seguintes atividades:

– consolidar o Sistema Nacional de Alerta Hidrológico, através da operação, manutenção e otimização das centrais de redes termelétricas existentes, expandindo o atendimento para novas áreas, potencialmente críticas, bem como estimulando a participação de outras entidades, aos níveis federal, estadual e municipal;

– promover a melhoria da Hidrologia Operacional na Amazônia, através de treinamento de equipes técnicas, utilizando equipamentos e embarcações mais adequadas ao desenvolvimento dos trabalhos na região, bem como promover a implantação de um distrito, ou residência, em Manaus, para apoio e melhor controle dos serviços a serem realizados;

– implantar Modelo de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce, incluindo simulação de várias situações, em cooperação com o governo francês.

Energia Elétrica

O Setor Elétrico vem sendo objeto de constante preocupação do Governo Federal devido ao alto nível do investimento necessário e por causa da sua difícil situação financeira. Na tentativa de elevar a arrecadação do setor, em 1988 houve um aumento real de tarifas de 12% (comparando-se a variação da tarifa média entre 1988 e 87 com a variação do IPC), que permitiu que a remuneração global do setor atingisse 8% a.a., valor este ainda inferior à remuneração mínima legal.

Apesar da elevação da receita, o Governo transferiu no ano passado US$ 1,3 bilhão para o Grupo ELETROBRÁS. Do valor total investido no Setor Elétrico, US$ 6,05 bilhões, 55% foram gastos em geração, 28% em transmissão e o restante em distribuição e instalações gerais. Nota-se, portanto, considerando os problemas decorrentes da inflação e a forte intenção de conter o déficit público, que o Governo vem realizando um significativo esforço para manter o atendimento à demanda de energia elétrica.

Apesar dos problemas vividos pela economia nacional, o aumento do consumo de eletricidade em 1988 foi de 6,3%, ou seja, foram consumidos 190,8 TWh. A capacidade instalada do País alcançou 49.867 MW, o que representa uma ampliação de 6,1% em relação ao ano anterior. Além disso, foram construídos 2.884km de linhas de transmissão.

As principais unidades geradoras que entraram em operação em 1988 foram:

– UHE Itaipu (PR) – unidades 8, 9 e 13 (3 x 700 MW)
– UHE Itaparica (BA/PE) – unidades 1 e 4 (2 x 250 MW)
– UTE rio Madeira (RO) – 3 unidades (3 x 20 MW)
– UTE Presidente Médici (RS) – 1 unidade (1 x 160 MW)

Foram também energizadas as seguintes linhas da transmissão:

– LT 500 KV – Tucuruí – Presidente Dutra (2º circuito)
– LT 500 KV – Tijuco Preto – Cachoeira Paulista
– LT 500 KV – Ivaiporã – Londrina
– LT 600 KV – Foz do Iguaçu – Ibiúna (C. C. – 2º bipolo)

Além dessas grandes obras, o Setor Elétrico também realizou importantes avanços nos aspectos institucionais, como, por exemplo, a criação da RENCOR – Reserva Nacional de Compensação de Remuneração – e prosseguimento dos trabalhos da REVISE – Revisão Institucional do Setor Elétrico.

Para 1989, prevê-se um crescimento do mercado de energia elétrica de 6,4% e uma ampliação da capacidade instalada de 7,7%. Neste ano, deverão ser investidos no setor US$ 7,1 bilhões, dos quais US$ 3,0 bilhões deverão ficar a cargo do Grupo ELETROBRÁS.

As perspectivas para 1989 indicam dificuldades para a viabilização dos recursos necessários. Não obstante, as prioridades do setor, na área federal, para o próximo ano são as seguintes:

– início da construção da UHE Tucuruí II (7 x 330 MW) e da UHE Manso (4 x 53 MW), além do início de operação da UHE Balbina (5 x 50 MW), da UHE Samuel (5 x 44 MW) e das unidades 11 e 12 da UHE Tucuruí I, a cargo da ELETRONORTE;

– início da construção da UHE Pedra do Cavalo (2 x 300 MW), prosseguimento das obras do túnel de desvio da UHE Xingó (6 x 500 MW), início de operação das unidades 5 e 6 da UHE Itaparica e das unidades 3 e 4 da UHE Boa Esperança (2 x 63 MW), a cargo da CHESF;

– obras civis e montagem das UTN Angra II (1300 MW), obras civis da UHE Serra da Mesa (3 x 400 MW), túneis de desvio da UHE Corumbá (3 x 125 MW), construção das linhas de transmissão de 750 KV (2º circuito) de Itaipu, a cargo de FURNAS;

– obras civis e montagem das UTE Jorge Lacerda IV (350 MW) e Jacuí (350 MW), obras iniciais da UHE Itá (6 x 370 MW), estudos e projetos da UHE Machadinho (4 x 300 MW), a cargo da ELETROSUL;

– diversas linhas de transmissão e subestações, também a cargo das controladas da ELETROBRÁS;

– início da recuperação das instalações de transmissão, de subestações e distribuição da Light, no Rio de Janeiro, e prosseguimento da expansão da distribuição da Escelsa, no Espírito Santo;

– prosseguimento de diversas obras de geração de pequeno porte em capitais do Norte e de distribuição em Manaus.

As concessionárias estaduais também têm significativo programa de obras de ampliação de seus sistemas, inclusive na área de geração, destacando-se as UHE Segredo (4 x 237 MW) da COPEL; Nova Ponte (3 x 170 MW) e unidades de Jaguara, da CEMIG; ampliação de Cachoeira Dourada (190 MW) da CELG; continuação das obras de Porto Primavera (1800 MW) e Três Irmãos (640 MW), além das UTE a RASF (1050 MW) da CESP; UTE Candiota III (350%) MW) da CEEE. Finalmente, prevê-se o início de operação de mais 2 unidades de Itaipu, uma em 60 Hz e outra em 50 Hz.

Energia Nuclear

Em 1988, foram realizadas importantes mudanças na estrutura do programa nuclear do País.

O estabelecimento dessa nova política veio possibilitar a integração, em nível nacional, dos marcantes êxitos alcançados pelos técnicos brasileiros no desenvolvimento do uso da tecnologia nuclear.

Dentro desse processo de integração foi transferida, pelo Decreto-lei nº 2.464, de 31.08.88, a responsabilidade pela conclusão da construção de Angra 2 e 3 para o setor elétrico, que já era responsável pela operação destas usinas. Também, a partir do mesmo decreto, ficou a cargo do setor elétrico o processo de desenvolvimento da engenharia de usinas nucleares.

Assim, a nova política nuclear seguirá os seguintes princípios básicos:

– estabelecimento de um Programa Integrado que além de otimizar o processo de decisão, possibilitará, ao Congresso Nacional, um melhor controle das decisões tomadas;

– estímulo a uma maior participação do setor privado no programa nuclear;

– desativação de companhias ineficientes acompanhada de melhor utilização do pessoal técnico especializado e da racionalização dos custos;

– maior integração e participação da comunidade científica no processo de análise e decisão;

– estabelecimento de canais de comunicação que acelerem a industrialização dos processos e técnicas desenvolvidas pelos pesquisadores nacionais; e

– envolvimento do setor elétrico no processo de decisão da utilização da energia nuclear como alternativa energética para o País, além da participação direta do setor no processo de engenharia, construção e operação das usinas nucleares.

Petróleo e Gás Natural

O abastecimento de petróleo e derivados custou ao País, em 1988, cerca de US$ 2,8 bilhões de dispêndio líquido, representando um decréscimo de 17,1% em relação a 1987. Este decréscimo deu-se basicamente em função da redução do preço do petróleo bruto nos mercados internacionais. A produção de gás natural, por outro lado, atingiu 16,0 milhões de metros cúbicos/dia, registrando um crescimento de 0,6% em relação a 1987.

O consumo interno aparente dos derivados de petróleo de 1.123,3 mil barris/dia acusou um incremento de 0,8% em relação a 1987. O consumo de óleo diesel expandiu-se em 3,2% e sua participação relativa na demanda global passou de 36,6% em 1987 para 37,4% em 1988, enquanto o óleo combustível apresentou em 1988 uma ligeira redução em relação a 1987, passando a participar com 17% da demanda global. Os combustíveis do ciclo OTTO (gasolina e álcool carburante) apresentaram o seguinte quadro, queda de 5% no consumo de gasolina; crescimento de 6,5% no consumo de álcool. O gás liquefeito de petróleo apresentou um aumento no consumo de 8,1%, correspondendo a 12,7% da demanda global.

Foi necessário a importação, em 1988, de 639,6 mil barris/dia de petróleo. As divergências crescentes entre as estruturas de refino e da demanda de derivados exigiram a importação complementar de alguns destes produtos, no total de 86 mil barris/dia, correspondendo a US$ 400 milhões, com destaque para o óleo diesel e gás liquefeito de petróleo. Por outro lado, a exportação de gasolinas automotivas, óleos combustíveis e outros derivados, num total de 157 mil barris/dia, gerou receitas de US$ 1,0 bilhão.

A continuação das atividades de exploração elevou as reservas de óleo e líquidos de gás natural para 2.600 bilhões de barris ao final de 1988. As reservas de gás natural alcançaram 110 bilhões de metros cúbicos.

Os resultados mais significativos alcançados pela PETROBRÁS nas atividades de exploração foram os seguintes: perfuração de 1.091 mil metros, sendo 224 mil no mar e 867 mil em terra; descoberta de nova acumulação de hidrocarboneto ao sul do Campo de Marlim, ratificando a potencialidade da Bacia de Campos como província petrolífera, mormente em águas profundas.

Ainda nas bacias marítimas, foi também de alta relevância a descoberta do campo de Tubarão, localizado na Bacia de Santos, que, em fase de testes, apresentou uma vazão de 3.550 barris/dia de óleo, além de 290 mil metros cúbicos de gás natural.

Merece também destaque a entrada em operação do Campo de Uruçu que, ao término do ano, estará produzindo 1.500 barris/dia de óleo, transportados para processamento por balsas até a refinaria de Manaus.

O levantamento de linhas sísmicas alcançou cerca de 126.000 km, dos quais 85% executados no mar, retratando o esforço exploratório dispendido, que superou em 17,8% o executado em 1987.

Analogamente é fato significativo a entrada em operação, ao término do ano, do gasoduto Rio/São Paulo que, com 320 km de extensão e 56 cm de diâmetro, possibilitará o fornecimento à COMGÁS de 400 mil metros cúbicos de gás, em quantidade inicial, devendo alcançar 3 milhões de metros cúbicos/dia em 1992.

Pelas refinarias da PETROBRÁS foram produzidos 69,6 milhões de metros cúbicos de petróleo, equivalentes a 1.200 mil barris/dia, superando, em 23 mil barris/dia, o volume refinado em 1987.

O programa de investimentos da PETROBRÁS, para 1988, está orçado em US$ 3,2 bilhões.

Em 1989, a atividade de exploração continuará orientada de modo a compensar o natural declínio da produção dos atuais campos, possibilitar progressivo aumento na produção de óleo e gás natural, identificar os prospectos, bem como delimitar as jazidas descobertas, especialmente as situadas em águas profundas de até 1.000 metros de lâmina d'água.

Nos trabalhos de exploração e produção em 1989 serão perfurados 1.104 mil metros, sendo 825 mil metros em terra e 279 mil metros no mar.

Prevê-se a obtenção, em 1989, de uma produção da ordem de 664 mil barris/dia de óleo e LGN, ou seja cerca de 15,5% superior a de 1988. Esta expansão dar-se-á principalmente a partir da contribuição da implementação na Bacia de Campos do Sistema Definitivo de Linguado/Trilha/Badejo, do desenvolvimento do capo de Albacora (Fase I-A), os quais acrescentarão cerca de 60 mil barris diários à produção.

Deverão ser produzidos 20,8 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, ou seja, mais de 30% que em 1988, como resultado dos esforços que vêm sendo desenvolvidos no sentido de elevar a produção de gás nos próximos anos.

No Parque de Refino em 1989, terão prosseguimento obras de adequação da produção à demanda de derivados e melhoria de qualidade do produto, cabendo destacar a conclusão da Unidade de Hidrotratamento de QAV (Querosene de Aviação), na REDUC. Cabe registrar o início das obras de ampliação da RLAM de 20.000 m^3/dia para 35.000 m^3/dia e da REFAP de 12.000 m^3/dia para 30.000 m^3/dia.

No transporte marítimo, está previsto para 1989 a incorporação à frota da PETROBRÁS de nove navios, num total de 364.000 tpb (toneladas de porte bruto).

PETROQUISA

As empresas que compõem o sistema PETROQUISA estimam para 1989 uma produção de 6.924 toneladas, superior em 3% ao nível de 1988, e vendas de 6.312 mil toneladas, representando um crescimento de 2,8% em relação ao ano de 1988.

Os recursos previstos para investimento no ano de 1989 são de US$ 38,6 milhões, refletindo um crescimento de 69,4%.

PETROFÉRTIL

Para 1989, a expectativa das empresas do grupo PETROFÉRTIL é a de que as vendas físicas tenham crescimento da ordem de 20%, estando previstas 1.012 mil toneladas de nitrogenados e 618 mil toneladas de fosfatados. O programa de produção prevê elevação global de 9% devendo atingir 6.500 mil toneladas.

Já os investimentos estão orçados US$ 60 milhões e representam acréscimo de 9% em relação a 1988.

PETROMISA

Para 1989, a PETROMISA estima a produção de 200.000 toneladas, e vendas de 126 mil toneladas, de cloreto de potássio, representando, respectivamente, acréscimo em 115% e 45% em relação a 1988.

No tocante à salgema, a produção será de 650.000 toneladas, enquanto as vendas atingirão 378.999 toneladas, representando variação positiva de 110% em confronto ao ano anterior.

Os investimentos a serem realizados em 1989 deverão ascender a US$ 39,9 milhões, correspondendo a uma redução de 11% em relação ao ano de 1988.

BRASPETRO

Os investimentos da BRASPETRO em 1989, destinados à exploração da produção de petróleo e aquisição de equipamentos, totalizarão US$ 189,0 milhões, representando um crescimento de 45% em relação a 1988.

Na atividade exploratória, a BRASPETRO atuará tanto como operadora de consórcios, quanto em associação com outras empresas internacionais.

O orçamento operacional, com uma receita estimada para 1989 de US$ 585,0 milhões, continua a apresentar uma tendência de crescimento, resultante dos esforços da Companhia em aumentar a participação dos recursos próprios nos seus dispêndios globais e em contribuir positivamente para a balança comercial do País, inclusive com a exportação de materiais e equipamentos brasileiros, sempre presentes nas suas atividades.

Mineração

A indústria extrativa mineral realizou, em 1988, um crescimento físico de 10%, quando comparado com o ano anterior.

A balança comercial de bens minerais primários fechou o ano com saldo negativo da ordem de US$ 2,3 bilhões, inferior em 25% ao do ano anterior. Ressalte-se, contudo, que se excluídos os energéticos (gás natural e petróleo) desta comercialização, o déficit reduzir-se-ia para US$ 658 milhões.

As exportações geraram receitas de cerca de US$ 2,2 bilhões, 22% superiores às de 1987. Os minerais que mais contribuíram para este bom desempenho foram: minério de ferro, com crescimento da receita de 15%; bauxita, com crescimento de 70%. Destacaram-se, também, as exportações de granito, manganês, caulim, gemas, magnesita e grafita.

No tocante às importações, os dispêndios foram da ordem de US$ 4,6 bilhões, pouco inferior aos US$ 5 bilhões de 1987. As despesas de importação devem-se, principalmente, às compras de petróleo (73% do total) e carvão metalúrgico (10% do total).

Na área de pesquisa mineral, deu-se prosseguimento, em 1988, ao Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, cujos principais resultados foram:

– conclusão dos trabalhos em 36 folhas na escala de 1:100.000, em diversos Estados (RO, BA, MG, GO, SE, PI, PE, PB, RN e RR) e 2 folhas na escala 1:50.000, no Estado de MG. Prosseguimento dos trabalhos em 25 folhas na escala 1:100.000 em PB, PE, BA, ES, MG, GO, SC, RS, MS e MT e seis folhas na escala 1:50.000 em SC, RS e SP.

– conclusão de Mapas Metalogenéticos e de previsão de recursos minerais em 7 folhas na escala 1:250.000, nos Estados de BA, MG, RS e AM. Prosseguimento de elaboração destes mapas, referentes a 7 folhas na escala 1:250.000 em PA, BA, MG, RS e GO.

– continuação da elaboração de Mapas Metalogenéticos e previsão de recursos auríferos, referentes a 3 folhas na escala 1:100.000, abrangendo áreas dos Estados RO, PA, AL, SE, BA, ES, MG, MT e GO.

– continuação dos levantamentos aerogeofísicos do Projeto Carajás, envolvendo uma área de 31.160 km^2, com a obtenção de 40.000km de perfis, envolvendo uma área de 75.250km^2 no Projeto Extremo Noroeste do Brasil. Destaca-se, também, a conclusão do levantamento aerogeofísico no Estado do Amazonas (região da Cabeça-do-Cachorro).

Implementou-se definitivamente o Sistema de Informações Geológicas do Brasil – SIGA, em rede nacional computadorizada, com mais de 300.000 dados já informatizados.

Concluiu-se o mapeamento geológico – geoquímico de mais de 260.000km^2, em diversas regiões dos Estado de PA, RR, RO, MA, CE, PI, RN, PB, AL, SE, BA, MG, ES, SC, RS, GO e MT, com descobertas de zonas propícias à mineralização de chumbo, zinco, cobre, cromo, ouro, platina, carvão e argila especial.

Concluiu-se, também, o Mapa Geológico do Distrito Federal na escala de 1:50.000, em convênio com a Universidade de Brasília – UnB.

Na área de Geologia e Mineralogia, para 1989, pretende-se dar continuidade: ao Programa de Levantamentos Geológicos do Brasil; ao levantamento aerogeofísico de importantes regiões; à edição de Mapas Geológicos do AP, MT, PR, RJ, litoral do PR, SC, PI, PA, RR; à incrementação de dados do Sistema de Informações Geológicas do Brasil, de 300.000 para 450.000.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) investiu em 1988 cerca de US$ 251,0 milhões, valor 7% abaixo das inversões realizadas no ano anterior.

Destacam-se, a seguir, os principais eventos do ano:

– as vendas globais de minério de ferro e pelotas atingiram 92,7 milhões de toneladas em 1988. As exportações foram da ordem de 63,1 milhões de toneladas, gerando divisas no valor de US$ 983,1 milhões. No mercado interno, as vendas totalizaram 29,6 milhões de toneladas, resultando um faturamento de US$ 279,3 milhões;

– a venda de ouro da CVRD atingiu 823,7kg, com produção prevista, para 1989, de 3.100kg;

– desenvolvimento de Projeto de Planta Industrial de Concentrado de Titânio, com investimento, em 1988, de US$ 27,6 milhões.

– complementação de instalação e equipamentos do Projeto Ferro Carajás, com dispêndios de recursos, no ano, da ordem de US$ 17,2 milhões.

– investimento de US$ 34,2 milhões no Projeto Ouro.

– os investimentos correntes de reposição, no presente exercício, somaram US$ 120,0 milhões.

– a produção da ALBRÁS atingiu 170 mil toneladas de alumínio, com faturamento de US$ 356 milhões.

– a VALESUL encerrou o ano com uma produção de 92 mil toneladas de alumínio, faturando US$ 108 milhões.

– até o final de 1988, a MRN produziu 5.870 mil toneladas e comercializou 6.373 mil toneladas de bauxita, correspondendo a um faturamento de US$ 170 milhões.

– a CENIBRA encerrou o exercício com o total de 335 mil toneladas de celulose vendidas e um faturamento bruto da ordem de US$ 214 milhões.

O orçamento de investimento da CVRD para 1989 soma US$ 430,0 milhões, dos quais cerca de US$ 272,0 milhões são para projetos de instalação ou expansão da capacidade produtiva.

As principais metas de produção e venda da Companhia estão discriminadas a seguir:

– retração nas vendas totais de minério de ferro e pelotas para cerca de 87 milhões de toneladas;

– produção de 450 milhões de toneladas de alumínio pela ALBRÁS e VALESUL;

– vendas de 6.100 mil toneladas de bauxita, com faturamento estimado em US$ 170,0 milhões; e

– venda de 353 mil toneladas de celulose, propiciando faturamento de US$ 227,0 milhões.

Meio Ambiente

Como atividades inerentes à preservação do meio ambiente, o MME desenvolveu em 1988:

– estruturação do DNPM para atuar na área do controle ambiental da mineração;

– estudos sobre o uso do mercúrio na recuperação de ouro visando sua completa eliminação neste processo ou, pelo menos, minimizar sua utilização;

– estudos relativos à elaboração do projeto de preservação ambiental na área dos estoques de carvão em Tubarão-SC;

– instalação do Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico – COMASE; e,

– levantamento do quadro atual e estudos para o aperfeiçoamento dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto no Meio Ambiental – REIA e Relatório de Impacto no Meio Ambiente – RIMA, com relação ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos do Setor Elétrico.

Em 1989, está prevista a continuação dos estudos visando o desenvolvimento de projetos para a implantação e modernização de entrepostos de comercialização de carvão, bem como o desenvolvimento e implantação de projetos de preservação do meio ambiente.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

A nova Constituição brasileira confere um tratamento inédito à questão regional no Brasil, vertente principal da ação do MINTER. Em vários dispositivos, a Carta Magna estabelece as bases para uma atuação mais objetiva do Governo sobre um quadro de disparidades que, por injusto e inaceitável, cumpre enfrentar com determinação e firmeza. Importa salientar a ativa participação de órgãos técnicos do MINTER que, em esforço conjunto com parlamentares, apresentaram propostas ora integrantes do texto constitucional, destacando-se:

a) a determinação da regionalização dos orçamentos públicos, proporcional à participação das regiões na população total do País;

b) a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que passará a constituir-se em agente relevante para o adensamento da região;

c) a alocação de 3% dos recursos do Imposto de Renda e do IPI para aplicação, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em projetos dos setores produtivos.

Ainda em 1988, o MINTER adotou providências relativamente às determinações constitucionais em seu campo de atuação, aí incluídos também a criação dos Estados de Tocantins, Roraima e Amapá, e os estudos para a redivisão territorial do Brasil.

A par desse esforço, o Ministério prosseguiu no desenvolvimento de atividades voltadas para o propósito da correção das desigualdades na repartição espacial e pessoal de renda e de qualidade de vida. Para tanto, o Ministério, incluindo seus órgãos vinculados, contou com recursos da ordem de NCz$ 427,4 milhões. Entre as realizações mais significativas, executadas no período, merecem destaque:

Ações na Região Nordeste

SUDENE

As ações da SUDENE buscaram materializar a prioridade conferida ao Nordeste no contexto da política de desenvolvimento regional.

Até 25.11.88, a Superintendência liberou, para todos os Estados, recursos totais de NCz$ 111,6 milhões. Incluem-se aí a contrapartida de empréstimos externos (NCz$ 10,1 milhões), os encargos da dívida interna e externa (NCz$ 5,3 milhões) e os recursos relativos aos Programas Padre Cícero (NCz$ 21,4 milhões), de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Nordeste (PAPP), São Vicente, e de Recuperação de Áreas Atingidas pelas Enchentes. Para 1989, a SUDENE contará com recursos da ordem de NCz$ 367,7 milhões para o mesmo elenco de realizações.

No que concerne aos incentivos fiscais, até outubro de 1988, foram aprovados 117 projetos representando investimentos totais de NCz$ 125 milhões e a criação de 30 mil empregos diretos. As liberações de recursos do FINOR elevaram-se a NCz$ 68,7 milhões para o setor secundário, NCz$ 15,2 milhões para a agropecuária e NCz$ 16,1 milhões destinados aos demais setores. No período, foram ainda realizados 8 (oito) leilões especiais, com negociação de 3.085,2 milhões de ações, 81% dos títulos ofertados.

BNB

O saldo das aplicações do BNB elevou-se, em 31.12.88, a mais de NCz$ 1 bilhão, dos quais 80% correspondem a operações próprias de banco de desenvolvimento, através de empréstimos de médio e longo prazos aos setores agropecuário, industrial e de infra-estrutura. O crédito industrial representou 30,7% das aplicações totais, e o crédito rural 8,5%. Cumpre destacar que, em apenas 10 meses de operação, a caderneta de poupança rural alcançou um saldo de aplicações de NCz$ 29 milhões.

Na atual administração, o capital social do BNB elevou-se de NCz$ 3,1 milhões para NCz$ 15,7 milhões. Num esforço para atuar com banco múltiplo, foram implantadas a caderneta de poupança, mesa para operação no *open market*, conta-remunerada e emissão de certificados de depósito bancário. Mais recentemente, o banco foi autorizado a operar fundo de conversão da dívida externa.

Ações na Amazônia

SUDAM

No âmbito da política de incentivos fiscais, até setembro de 1988, a SUDAM aprovou 50 projetos, sendo 25 do setor agropecuário, representando investimentos totais de NCz$ 31,2 milhões, dos quais NCz$ 16,2 milhões do FINAM, prevendo-se a geração de 4 mil novos empregos diretos. Os recursos liberados no exercício totalizaram NCz$ 28,1 milhões.

No campo do planejamento regional, a Superintendência preparou estudos e elaborou diagnósticos, com a cooperação técnica da OEA, envolvendo os vales dos rios Trombetas (PA), Madeira (AM), Araguaia (AP) e Branco (RR). Foram desenvolvidos também outros estudos para a organização do espaço físico regional, incluindo a conclusão de mapeamentos de recursos geológicos, hídricos, agrícolas e florestais, a identificação das potencialidades amazônicas e a compatibilização da exploração econômica com a preservação ecológica.

Para 1989, a SUDAM contará com recursos da ordem de NCz$ 92,6 milhões (próprios e do Tesouro), para a execução dos programas sob sua responsabilidade.

SUFRAMA

A SUFRAMA aprovou, em 1988, 193 projetos industriais, dos quais 110 de implantação e 77 de ampliação/diversificação, envolvendo investimentos fixos de NCz$ 100 milhões e a criação de 38,1 mil empregos.

No tocante às exportações, até novembro/88, foram realizados 90 programas no montante de US$ 26,9 milhões, com acréscimo real de 107,2% sobre o exercício anterior. A quota global de importações elevou-se a US$ 800 milhões, 14% acima dos limites de 1987.

Em 1989, a SUFRAMA contará com recursos financeiros da ordem de NCz$ 37,8 milhões, para o desenvolvimento de suas atividades.

BASA

O saldo das aplicações do Banco da Amazônia atingiu, em 31.12.88, NCz$ 343,8 milhões. No que concerne ao crédito rural, as aplicações (até novembro) totalizaram NCz$ 7 milhões em 3.716 financiamentos. Quanto aos setores industrial e de infra-estrutura, as operações contratadas alcançaram NCz$ 2,8 e NCz$ 2,6 milhões, respectivamente.

O capital social do Banco elevou-se de NCz$ 602,9 para NCz$ 4.611,8 mil, no exercício, pela incorporação da reserva de correção monetária e subscrição de NCz$ 1.972,9 mil.

Ações na Região Centro-Oeste

SUDECO

As principais atividades da SUDECO relacionaram-se, em 1988, à continuidade das ações do POLONOROESTE e do PROCENTRO, a par da implantação do Programa de Preservação do Pantanal Mato-grossense e da elaboração do zoneamento de Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás. Somente nos três primeiros destaques, foram aplicados NCz$ 30,5 milhões em 1988. Além disso, a Superintendência destacou NCz$ 9,4 milhões para a construção de estradas vicinais em Mato Grosso e Goiás.

Para 1989, a SUDECO contará com recursos financeiros da ordem de NCz$ 48,3 milhões para o desenvolvimento de programas especiais na região.

Ações na Região Sul

SUDESUL

A SUDESUL deu prosseguimento aos programas de desenvolvimento da Lagoa Mirim, da bacia do Rio Mampituba e de controle da erosão no noroeste do Paraná. Merece destaque a participação técnica e financeira de US$ 3 milhões do BID para atualização e revisão dos estudos e projetos binacionais (Brasil-Uruguai) relativos à Lagoa Mirim.

Ações na Região Sudeste

SERSE

As ações do MINTER, na Região Sudeste, são orientadas para os bolsões de pobreza existentes na área. Em 1988, a SERSE aplicou recursos de NCz$ 765,4 mil em programas direcionados para o Norte Fluminense (PRODENOR), Vale do Jequitinhonha (PRODEVALE e PADVALE), Vale do Rio Doce (ES), litoral oriental do Rio de Janeiro, bacia do Paraíba do Sul e Pontal do Paranapanema.

Outras Ações

Mobilização Estudantil

A Fundação Projeto Rondon atuou em todas as Unidades da Federação, levando benefícios a cerca de 8,7 milhões de pessoas, de 984 municípios, através da participação de aproximadamente 18 mil estudantes de nível médio e superior.

ADMINISTRAÇÃO DE TERRITÓRIOS

O MINTER criou comissão especial para cumprir a determinação constitucional referente à transformação dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados. Os trabalhos da comissão encontram-se em andamento.

DEFESA CIVIL

A SEDEC contou com recursos da ordem de NCz$ 10,6 milhões, aplicados principalmente no atendimento às vítimas das enchentes nos Estados do Rio de Janeiro, Acre, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. A destacar também a continuidade do Programa de Abastecimento d'Água no Nordeste, através de 3.370 caminhões-pipa, a institucionalização do Sistema Nacional de Defesa Civil e a criação do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC. No total do exercício, foram assistidos 220 municípios e uma população de 937 mil pessoas.

Para 1989, a SEDEC contará com recursos da ordem de NCz$ 3,2 milhões, dando ênfase às seguintes ações:

– implantação do Sistema Nacional de Defesa Civil;

– Reformulação do Fundo Especial para Calamidades Públicas;

– Elaboração do Plano Nacional de Defesa Civil.

POLÍTICA AMBIENTAL

Em 1988, o Governo, através da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, visou consolidar o Sistema Nacional de Meio Ambiente, com a orientação explícita para sua implementação de forma descentralizada.

Nesse sentido foram encetadas as seguintes ações: fiscalização de reservas; desenvolvimento e elaboração de diagnósticos sobre poluição industrial, através da implementação do Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial – PRONACOP; apoio à capacitação laboratorial e à capacitação de recursos humanos, em todos os Estados da Federação, aquisição de equipamento para controle de poluição de veículos, dentro do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE; e término do Plano Nacional de Meio Ambiente que busca o fortalecimento institucional e tecnológico dos órgãos do Sistema.

O Governo, preocupado com os danos causados no meio ambiente pelo processo de ocupação da Amazônia, instituiu o Programa Nossa Natureza, com a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal.

O ano de 1989 será o ano em que o Governo buscará promover a utilização racional dos recursos naturais através da estratégia de ordenamento territorial, de modo a conduzir as atividades econômicas para áreas específicas, integrando o aproveitamento dos recursos naturais renováveis com os imperativos da proteção ambiental.

ASSISTÊNCIA AO ÍNDIO

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI continuou, em 1988, privilegiando o equacionamento da questão das terras indígenas.

Atualmente, o País conta com aproximadamente 40 milhões de hectares de áreas indígenas para uma população silvícola estimada em 220 mil indivíduos.

Em 1989, contando com recursos da ordem de NCz$ 78,5 milhões, a FUNAI continuará o trabalho demarcatório, buscando atender à determinação constitucional de que, no prazo de cinco anos, até 1993, o processo de demarcação de terras em todo o País esteja concluído.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Em 1988, o setor comunicações deu prosseguimento às ações voltadas para atendimento de maiores parcelas da população brasileira com serviços eficientes, conferindo ênfase particular ao papel social das telecomunicações, dos correios e da radiodifusão.

As orientações da política setorial embasaram-se na convicção de que as diretrizes estabelecidas para os serviços e para o desenvolvimento tecnológico e industrial do setor devem subordinar-se ao atendimento das grandes prioridades nacionais.

Sistema TELEBRÁS

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Apesar das restrições relativas aos investimentos e aos índices de reajustes tarifários, o Sistema Básico – conjunto de facilidades que suporta todos os serviços de telecomunicações (telefonia, telex, televisão, comunicação de dados, videotexto e outros) – apresentou considerável crescimento. O Sistema TELEBRÁS passou de 12,0 milhões de telefones instalados, computados ao final de 1987, para uma provável realização de 12,8 milhões, em dezembro de 1988. É importante salientar a existência de quase 2 milhões de terminais em implantação, o que permitirá, nos próximos anos, um aumento significativo da planta instalada

Os reflexos dessa ampliação dos meios de comunicação refletem-se não só na melhoria dos serviços telefônicos, como também na possibilidade de mais rápida integração de todo o País pelos serviços de telecomunicações. Esta ampliação de facilidades também deverá reduzir os índices de congestionamento, pela adição de meios de transmissão e de equipamentos de comutação telefônica em número mais condizente com as crescentes solicitações de tráfego.

O desempenho do Plano de Interiorização representa, sem dúvida, o resultado mais significativo alcançado pelo Sistema TELEBRÁS. Com o atendimento a 1.524 novas localidades (cidades, distritos e vilas) registra-se crescimento superior ao do ano de 1987, até então considerado o maior na história do Sistema TELEBRÁS (1.200 novas localidades atendidas).

O Plano de Popularização, voltado predominantemente para segmentos da sociedade que não geram demanda de terminais, em função de seu baixo poder aquisitivo, preocupa-se, numa primeira etapa, em tornar acessíveis os serviços de telefonia, com a implantação, em todo o País, de instalações de uso público de diversas espécies (telefones públicos urbanos e interurbanos, telefones semipúblicos, postos de serviço e outros). Ao final de 1988, haverá cerca de 204 mil telefones de uso público instalados pelas empresas do Sistema TELEBRÁS.

Em decorrência de diretrizes do Ministério das Comunicações (Portaria nº 53/88), passaram a ser destinados às atividades de pesquisa, desenvolvimento e fomento tecnológico do Sistema TELEBRÁS, recursos num montante equivalente a, no mínimo, 2,5% da receita líquida de exploração dos serviços. Foram, assim, alocados ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da TELEBRÁS, recursos em valor correspondente a US$ 58 milhões. Este montante mais que duplica a média anual dos valores investidos no CPqD em períodos anteriores.

EVOLUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

Relativamente à evolução da infra-estrutura de telecomunicações, destaca-se a ativação de 286 novas centrais de comutação que, adicionadas às ampliações realizadas em 1988, propiciaram um acréscimo de 550 mil novos terminais à planta instalada. A infra-estrutura do sistema TELEBRÁS passou a contar, assim com mais de 8,2 milhões de terminais instalados.

No período, foram também instalados 3.126 postos de serviço telefônico e 31.700 tolefones de uso público pelas empresas do Sistema TELEBRÁS, enquanto mais 1.524 novas localidades do interior do País passaram a dispor do serviço telefônico.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) deu continuidade, em 1988, ao programa de expansão de suas atividades dirigido, prioritariamente, ao atendimento das novas demandas da sociedade brasileira.

Com relação às atividades postais, observa-se, ao se comparar os exercícios de 1987 e 1988, um crescimento do tráfego postal (tráfego convencional, SED, SEDEX, CERCA e EMS) em torno de 10%, enquanto que o efetivo envolvido com o tratamento desta carga decresceu 3%.

Dentre as medidas adotadas com vistas ao desenvolvimento dos Correios e Telégrafos nas áreas urbanas, merece destaque a inauguração das instalações do Complexo Operacional da ECT em Rio Branco, no Acre, que se compõe da Agência Central de Rio Branco, Centro de Triagem, Centro de Distribuição Domiciliária, Centro Operacional CERCA, Sede da Zona Postal – 02 e Ambulatório Médico.

Novos serviços foram também lançados, como o EXPORT POST e a modalidade de Entrega no mesmo dia do Serviço de Encomenda Postal Nacional (SEDEX). O Export Post foi concebido especialmente para a exportação e importação de objetos cuja natureza requer declaração de valor, em regime de urgência. Atualmente, este serviço atende aos principais parceiros comerciais do Brasil, num total de 23 países.

Destaca-se, ainda, a criação do CF (Comprovante de Franqueamento), ou seja, de um novo selo, que não apresenta valor facial, a ser utilizado em correspondências nacionais até 20g. A grande vantagem desta ampla reformulação para o usuário é que o CF não perde o valor nas épocas de reajuste tarifário, pois vale sempre o preço da tarifa básica.

Outro serviço implantado pela Empresa foi a Poupança Postal; que a partir do convênio firmado com a Caixa Econômica Federal (CEF), permite que os poupadores realizem depósitos e abram cadernetas de poupança nas agências e postos dos Correios.

EVOLUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

O Plano de Ações e Metas da Empresa visou, em 1988, principalmente, à manutenção da qualidade operacional, que em 1987 atingiu o nível mais elevado da história dos Correios. Nesse sentido, considerando que no exercício anterior foi conferida especial atenção à fase de encaminhamento, em 1988 a Área Operacional deu ênfase às fases de atendimento e distribuição.

No atendimento, incrementou-se a penetração a baixo custo, através da criação de 673 postos de correio rural. Além disso, entraram em funcionamento 1.744 novos postos de venda de selos.

Visando à melhoria das instalações existentes, foram realizadas 51 obras, envolvendo a expansão do Serviço Postal Urbano, do Serviço do Processamento de Dados e dos Serviços Administrativos.

Unidades de Atendimento	Existentes em 1988 *	Variações ocorridas Quantidades	
		1988/87	1988/89
URBANAS			
Agências	5.379	19	338
Postos de Correio.....	2.093	57	(–112)**
Postos de venda de Selos.....	20.786	1.744	3.799
Caixas de Coletas.....	24.022	(814)	220
RURAIS			
Postos de Correio Rural.....	5.770	673	5.770

* estimativa
** a redução decorrente da transformação em Agência

No que se refere ao Encaminhamento, evidenciou-se o aumento da frota própria para 3.200 veículos e a elevação, em torno de 15%, do número de linhas de transporte, a fim de se assegurar a distribuição dos objetos no domicílio dos destinatários dentro dos prazos prefixados.

Ampliou-se, também, a quantidade de aeronaves utilizadas pela Rede Postal Noturna (RPN), composta, atualmente, de 46 ja-

tos, especialmente fretados para o transporte de carga postal. Em 1988, aproximadamente 65 mil toneladas de carga foram transportadas por via aérea, das quais 89% fazem parte de RPN. A carga transportada via superfície situou-se em 272 mil toneladas.

Com o objetivo de assegurar a qualidade dos serviços frente ao crescente aumento do tráfego postal, foram criados 5 novos centros de triagem, totalizando ao final de 1988, 62 unidades.

A quantidade de centros de tratamento destinados à distribuição elevou-se para 203 centros de distribuição domiciliária e 75 centros operacionais – CERCA.

Relativamente à qualidade dos serviços, o índice médio de correspondências distribuídas em até 24 horas após a postagem alcançou 89,7%, apresentando melhoria de 9% em relação ao ano anterior, quando o índice fixou-se em 81,3%.

Principais Metas para 1989

SISTEMA TELEBRÁS

Considerando que os projetos de telecomunicações geralmente maturam em prazos não inferiores a 3 anos, é preciso prever situações e antecipar-se ao futuro. Os atrasos mostram-se por vezes irrecuperáveis, quando se pretende alcançar e manter determinados padrões de atendimento e operação.

Os investimentos realizados nos últimos anos, embora significativos, mostram-se incompatíveis com as crescentes exigências do mercado que o sistema TELEBRÁS se propõe a atender. Por isso, grande parte do esforço gerencial está voltada para obtenção de maior produtividade nos investimentos, redução dos custos de implantação e ampliação da faixa de participação do Sistema TELEBRÁS nos dispêndios governamentais. A consecução desses três itens fundamentais constitui uma das bases indispensáveis à ação eficiente do Sistema TELEBRÁS nos próximos anos.

Para 1989, estima-se um investimento da ordem de US$ 2,3 bilhões, prevendo-se, em termos físicos:

– instalação de um milhão de novos telefones;

– integração de 1.600 novas localidades ao Sistema TELEBRÁS;

– implantação de 52,7 mil novos telefones de uso público;

– contratação de 300.000 terminais;

– acréscimo de 22.700 novos terminais telex.

Com relação ao Sistema Brasileiro de Telecomunicações Doméstica por Satélite (SBTS), cabe mencionar que a segunda geração de satélites, com aquisição prevista para 1989, será constituída também por 2 satélites, que serão lançados em 1993 e 1994 para ativação comercial entre 1995 e 1997 em substituição aos satélites hoje existentes Dentre os novos Serviços via Satélite que serão implantados a partir de 1989, ressaltam-se o TV SAT REGIONAL (repetição de televisão para cobertura regional específica) e transmissão de dados em baixa velocidade nas modalidades interativa ou de difusão.

Relativamente ao programa de desenvolvimento científico e tecnológico, está sendo previsto um investimento de cerca de US$ 75 milhões em 1989.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT)

A execução das atividades da ECT em 1989 tem como principal estratégia o estabelecimento de uma administração transparente, participativa e integrada, voltada para o usuário e para o empregado, que são os elementos essenciais ao crescimento da Empresa:

– prosseguir com os esforços de interiorização dos serviços postais e telegráficos, nas áreas urbana e rural, e de melhoria das instalações;

– promover a total integração dos recursos disponíveis para execução dos serviços postais e telegráficos;

– redirecionar a política de transporte para execução com meios próprios;

– reequipar as unidades operacionais dotando-as de condições adequadas em termos de funcionamento e conforto;

– implantar nas diretorias regionais a comissão de relações trabalhistas;

– estudar formas de participação dos empregados no processo decisório, através de incentivos e oportunidade de crescimento profissional a fim de torná-los mais produtivos;

– criar grupos de profissionais responsáveis pelo atendimento individualizado de grandes clientes;

– ampliar o quadro de profissionais especializados em *marketing* através de identificação e do treinamento de empregados interessados em atuar na área;

– promover a divulgação e a imagem institucional dos Correios, através da contratação de serviços de publicidade e propaganda;

– elaborar o Plano Diretor de Mecanização Postal, procurando expandir o projeto de automação das atividades de atendimento, tratamento de cartas, mensagens telegráficas, malotes e encomendas.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Introdução

A seguridade social, na forma conceituada pela Constituição de 1988, insere-se doutrinariamente nas políticas de bem-estar e justiça sociais, compreendendo os direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social, reunidos no conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

Essa conceituação e a característica de atuação como conjunto integrado de políticas sociais revelam a busca do aperfeiçoamento do nosso sistema de proteção social, dentro das diretrizes de universalização e eqüidade, que refletem, de certa forma, a evolução do seguro social no Brasil.

De outra parte, convém considerar que a integração funcional intra e intergovernamental para as ações de seguridade social acrescentará novos estímulos à modernização das relações capi-

tal-trabalho, possibilitando a ampliação da interlocução dos trabalhadores nas decisões maiores de política e ações para solução de problemas do seu cotidiano.

Está certo o Governo de que as suas ações na área de seguridade social desenvolvidas em 1988, em especial as do Ministério da Previdência e Assistência Social, anteciparam-se mesmo à promulgação da Nova Constituição e estiveram direcionadas para a descentralização de poderes, recursos e responsabilidades, com a transferência de atividades para os governos estaduais e municipais, notadamente na área da assistência médica, com a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

Tais propósitos exigiram a revisão de mecanismos para a reorganização e aperfeiçoamento da coordenação federal, objetivando a melhoria dos serviços prestados à população brasileira.

Execução Financeira

Os recursos do SINPAS foram da ordem de NCz$ 4,4 bilhões. Houve uma elevação real de recursos de cerca de 27,6% com a implantação do Sistema Unificado e Descentralização de Saúde (SUDS).

Do total de recursos, NCz$ 3,2 bilhões foram dispendidos nos programas de concessão de benefícios e de assistência médica.

Vale ressaltar que dos recursos do SINPAS apenas NCz$ 146 milhões são derivados de transferências do Tesouro Nacional e aplicados em despesas de custeio (pessoal e administração).

Previdência Social

O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), direcionou suas ações principalmente para a recuperação do valor real das aposentadorias e pensões, combate às irregularidades na concessão e modernização do atendimento do segurado, de certa forma iniciando processo de adequação às novas rotinas constitucionais da seguridade social.

O orçamento do INPS foi contemplado no exercício, com recursos da ordem de NCz$ 2,2 bilhões.

O Programa de Concessão e Manutenção de Benefícios Previdenciários propicia aposentadoria e/ou pensão a 12,7 milhões de segurados. O total de novas aposentadorias pagas na área urbana abrangeu 180.289 pessoas; dessas, 43% por invalidez, 27% por tempo de serviço, e 30% por velhice. Na área rural, foram concedidas 79.327 novas aposentadorias por invalidez. No que se refere às pensões, foram contempladas 54.526 pessoas, sendo 55% na área rural.

Saúde e Assistência Médica

Na área da assistência à saúde, o MPAS implementou uma estratégia de modelo médico-assistencial para melhoria do padrão de atendimento à população brasileira, consubstanciado no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

O MPAS destacou, em 1988, recursos da ordem de NCz$ 1,7 bilhões para desenvolvimento dos programas na área de saúde, com ênfase na implantação do SUDS através de gestão colegiada e descentralizada, integrando os recursos disponíveis no setor saúde dos Estados e Municípios. Foram assinados convênios com todas as unidades federadas, compreendendo a transferência de NCz$ 740,9 milhões para execução através das Secretarias de Saúde dos Estados.

Recursos adicionais da ordem de NCz$ 358,2 milhões foram diretamente aplicados pelo MPAS no SUDS para assistência médico-hospitalar prestada através das Autorizações de Internações Hospitalares (AIH) em hospitais privados, filantrópicos e universitários, integrantes do sistema de prestação de serviços.

Na prestação de assistência de saúde em unidades próprias do INAMPS e alguns hospitais federais, inclusive administração de sistema foram aplicados cerca de NCz$ 600 milhões.

Destacam-se, em seguida, os principais serviços prestados pelos órgãos componentes do SUDS, através de financiamento do MPAS/INAMPS na área de saúde: 311,7 milhões de atendimentos básicos; 262,3 milhões de consultas médicas ambulatoriais; 55,5 milhões de atendimentos odontológicos; 8 milhões de internações; 11 milhões de radiodiagnósticos; 62,6 milhões de exames de patologia clínica; 6,5 milhões de outros exames especializados; 194 mil pacientes foram submetidos a diálises; 5,8 milhões de outras terapias especializadas.

No Programa de Investimentos, o INAMPS voltou suas ações para o reaparelhamento e o reequipamento das unidades existentes, buscando aprimorar as condições de funcionamento de suas unidades assistenciais próprias, aplicando recursos da ordem de NCz$ 19,7 milhões.

Assistência Social

Na área de assitência social deu-se a transferência da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) para o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, através do Decreto nº 96.891, de outubro/88. Apesar disto, seus orçamentos e execuções financeiras permaneceram sob a supervisão do MPAS até dezembro, tendo-lhes sido destacados NCz$ 202,9 milhões.

Enquanto vinculada ao MPAS, a LBA, com um orçamento de NCz$ 172,2 milhões, deu ênfase à continuidade de programas direcionados ao atendimento do menor carente e à promoção social do indivíduo e da família.

Nas mesmas condições, a FUNABEM, com um orçamento de NCz$ 30,7 milhões, atendeu 919.012 menores, distribuídos por 1.300 Municípios.

Programa para 1989

O Programa de Trabalho para o exercício de 1989, na área do MPAS, persiste na trilha do aperfeiçoamento da seguridade social, visando à melhoria do atendimento à clientela previdenciária; a desburocratização de procedimentos; a otimização do de-

sempenho institucional; a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços urbanos e rurais; e a irredutibilidade do valor dos benefícios. Quanto à assistência médica e hospitalar, especial referência merece o esforço a ser desenvolvido para a efetiva consolidação do SUDS e a realização da unificação de saúde no nível federal.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Nestes primeiros anos de existência o Ministério da Cultura dedicou-se, do ponto de vista administrativo, à definição do seu perfil e da estruturação das instituições a elé vinculadas, com o objetivo de modernizá-las e adaptá-las à sua missão institucional. Neste sentido, partiu-se para o desdobramento de suas entidades, vocacionando cada uma delas para um campo específico de atuação. Assim, em 1988, o Ministério implantou mais três Fundações, quais sejam:

– Fundação Nacional Pró-Leitura,

– Fundação Nacional de Artes Cênicas, e

– Fundação do Cinema Brasileiro.

O Ministério é hoje uma presença fecunda tanto no campo da expressão popular como no das manifestações eruditas.

Acervos Museológicos

Garantir a participação da comunidade museológica nacional na definição da política para o setor é a diretriz do Sistema Nacional de Museus. Dentro de suas funções básicas, de conservação, restauração, pesquisa, organização de exposições temporárias ou permanentes, os museus vinculados ao Ministério da Cultura garantiram à comunidade o maior acesso à utilização dos bens culturais. O principal evento nessa área foi a realização do Seminário "Museus Nacionais – Perfil e Perspectivas".

Apoio à Produção Cultural

ARTES CÊNICAS

A Fundação Nacional de Artes Cênicas aprofundou, ao longo do ano de 1988, sua política de democratização da cultura, no tocante a teatro, circo, dança e ópera, merecendo realce os seguintes projetos:

– apoio à circulação de espetáculos, buscando a visita de produções de melhor porte às regiões menos privilegiadas;

– Programa de Formação e Reciclagem do Artista Cênico, gerando opções para socializar um conhecimento que, sem a ação de um organismo federal, ficaria restrito aos grandes centros;

– Prêmio Minc-Troféu Mambembe – entregue anualmente aos melhores do teatro do Rio e de São Paulo, em doze categorias diferentes, na área do Teatro Adulto e Infantil, perfazendo um total de 48 premiados.

Além de apoiar mostras nacionais e internacionais, garantindo a presença de grupos brasileiros no exterior, a Fundação Nacional de Artes Cênicas publicou livros e pesquisas, promoveu cursos, oficinas e seminários, além de dar tratamento a mais de dois milhões de itens de seu acervo, facultando maior acesso à informação de estudiosos e pesquisadores nacionais e internacionais.

ARTES PLÁSTICAS, MÚSICA, FOTOGRAFIA E ARTES GRÁFICAS

Nestas áreas, a atuação do Ministério da Cultura se dá através da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), que, com seus institutos, dedica-se a apoiar e a incentivar a criação e difusão de bens culturais. Sob este enfoque, são desenvolvidos os mais diversos projetos, cabendo destacar:

– Projeto Macunaíma – Através da Galeria Macunaíma, cede-se um espaço para artistas jovens de todo o País, combinando a representatividade nacional com a qualidade das exposições. Em 1988 foram promovidas 15 mostras individuais;

– Concurso Silvio Romero de Monografias – de âmbito nacional, seus objetivos são o estímulo e a difusão na área do folclore e da cultura popular;

– Projeto Marc Ferrez – no apoio e incentivo à realização de trabalhos na área do ensaio fotográfico, documentação e pesquisas sobre fotografia, foi realizado o III Concurso Marc Ferrez com a concessão de prêmios a produtores individuais;

– Programa de Apoio a Orquestras Brasileiras e à Difusão de Autores e Intérpretes Brasileiros – editou 29 títulos de discos já esgotados, de obras consagradas de autores brasileiros, e lançou a coleção de arranjos corais, com 19 títulos;

– Apoio a Bandas de Música – entendidas como importante fator de difusão cultural, – objetivou-se o seu fortalecimento e a formação de novas bandas com a distribuição de cerca de 500 instrumentos musicais;

– Entre outros eventos, foram promovidos cursos, seminários, exposições itinerantes e edição de livros.

DIFUSÃO DO LIVRO E DA BIBLIOTECA

O setor do livro alcançou, dentro do Ministério da Cultura, uma nova dimensão com a criação da Fundação Nacional Pró-Leitura, integrada pela Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro, e responsável pela difusão e preservação da produção literária e bibliográfica nacional.

O Instituto Nacional do Livro, presente em quase todos os eventos nacionais e internacionais voltados para a difusão da produção literária, oferece ainda apoio bibliográfico para a instituição do acervo de mais de cinqüenta mil bibliotecas em todo o território nacional. A Biblioteca Nacional – que é a mais antiga instituição cultural do País – desenvolveu, por sua vez, estudos e pesquisas bibliográficas, captação e ampliação do acervo, com especial ênfase no programa de microfilmagem de periódicos brasileiros.

Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico

A política de recuperação e preservação de bens históricos e artísticos ampliou-se desde a criação do Ministério da Cultura.

Assim, 1988 foi marcado como o ano do inventário na área do patrimônio histórico e artístico nacional, ampliando o conhecimento de todos os bens culturais, móveis, imóveis, integrados ou documentados.

Dentre as obras de restauração de bens imóveis concluídas em 1988, destacam-se: a Igreja Catedral Basílica de Salvador, o Sobrado da Rua Miguel Calmon nº 8, um dos mais significativos imóveis integrantes do conjunto arquitetônico e paisagístico de Lençóis/BA, e a Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Ouro Preto.

Destacam-se ainda, em 1988, os tombamentos da Serra da Barriga, um marco na história da resistência negra ao regime da escravidão e do Centro Histórico de Cuiabá.

Dentro do projeto "Missões trezentos Anos", promovido em articulação com o Governo do Rio Grande do Sul, foi comemorado o cinqüentenário de tombamento das antigas missões jesuíticas.

Lei Sarney

Por intermédio da Lei nº 7.505/86, a sociedade pôde concorrer com recursos decisivos para o desenvolvimento dos mais variados projetos culturais. Em dois anos e meio, a Lei Sarney evidenciou a sua eficácia, multiplicando aplicações que, em termos reais, significam hoje mais de NCz$ 70 milhões.

Por outro lado, foram canalizados para o Fundo de Promoção Cultural NCz$ 635 mil, beneficiando instituições que não têm acesso à participação direta dos recursos oriundos de incentivos fiscais.

Usufruindo dos benefícios da Lei Sarney, a Fundação Nacional Pró-Memória lançou o programa "Adote um Monumento", conseguindo significativos recursos para a área de preservação, patrocinados por empresas privadas.

Direito Autoral

Adequando a atual Lei Autoral nº 5.988/73 aos mandamentos da nova Constituição, o Ministério da Cultura, através do Conselho Nacional de Direito Autoral, elaborou o anteprojeto de lei que regulamenta os direitos do autor, cuja filosofia básica é não só a de colocar em primeiro plano a obra e seu autor, mas igualmente possibilitar uma ampla discussão sobre a matéria.

Centenário da Abolição

As comemorações do Centenário da Abolição, durante o exercício de 1988, deram ênfase à reflexão sobre a herança africana em nossa identidade e às lutas contra as formas veladas de discriminação.

Os diversos eventos e projetos foram executados em articulação com Estados, Municípios e representantes da sociedade civil, destacando-se como ponto alto das comemorações a solenidade ocorrida em 21 de abril, Dia Internacional da Raça Negra, quando o Presidente da República enviou mensagem ao Congresso Nacional, propondo a criação da Fundação Palmares e baixou decreto declarando Monumento Nacional o Sítio Histórico de Serra da Barriga.

Ações para 1989

Dois grandes eventos estão previstos para 1989: as comemorações do Centenário da República, propiciando a abertura ao público do Museu da República, e o Bicentenário da Inconfidência Mineira.

Com o início dos trabalhos da Fundação Palmares, propõe-se o Ministério da Cultura a implantar uma política efetiva e permanente de estudos na área da comunidade negra.

Assim, estão previstas:

– a instalação, na cidade do Rio de Janeiro, da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, e da sede da Fundação Nacional de Artes Cênicas;

– a inauguração da Casa Brasil-França, de propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao ensejo das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa;

– a reabertura do "Mambembão", um dos mais importantes projetos na área do teatro, que garante espaço, em diferentes locais, à produção teatral de todo o País;

– a realização, em novembro, da VIII Bienal da Música Brasileira Contemporânea, reunindo um contingente do 600 músicos e

– a restauração dos grandes Museus Nacionais.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E DO BEM-ESTAR SOCIAL

O Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social foi criado originalmente, em 1985, como Ministério de Desenvolvimento Urbano – MDU, tendo-lhe sido atribuídas as diretrizes nas áreas de política habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e de meio ambiente. Em janeiro de 1986, com a vinculação da EBTU, foi-lhe transferida também a política de transportes urbanos.

Em 1987, com a transferência para o Ministério da Caixa Econômica Federal – CEF, este assumiu também as funções de execução das políticas de habitação e infra-estrutura. Finalmente, em setembro de 1988, o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social ganhou sua configuração final, ao ser-lhe atribuída a coordenação das ações governamentais para a área social, tendo recebido a Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, a Fundação Brasileira de Assistência – LBA e a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, e, perdendo as funções de estabelecimento de políticas nas áreas de transportes urbanos e meio ambiente, com as saídas do Ministério, da EBTU e da SEMA.

Atividades Desenvolvidas

Grande parte dos recursos orçamentários do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social foram descentralizados, particularmente para as Prefeituras Municipais, na execução de seus projetos/atividades. Em 1988, foram compromissados aproximadamente NCz$ 54,3 milhões, tendo sido celebrados cerca de 850 convênios/contratatos nas áreas de atuação do MBES.

Habitação

A política habitacional desenvolvida visa a reduzir o déficit de moradias existente nas camadas de populações de baixa renda, a atender a demanda de novas moradias, a urbanização de áreas e a melhoria de habitações.

Merece destaque a construção de novas moradias para a população de menor renda, através do sistema "Mutirão", com a intensa mobilização comunitária. Nesta área foram investidos NCz$ 3,6 milhões.

Desenvolvimento Urbano Integrado

As ações desenvolvidas pelo MBES no que tange ao desenvolvimento urbano integrado, estiveram voltadas ao acompanhamento da execução do Projeto Grande Recife (Acordo de Empréstimo 2170-BR) e do Projeto da Região Metropolitana de Salvador (Acordo de Empréstimo 2681-BR), envolvendo os setores de Limpeza Urbana; Sistema Viário Metropolitano; Manutenção de Equipamentos Urbanos; Construção de Mercados; Recuperação de Habitações Populares, Restauração do Centro Histórico. Nestes dois projetos foram investidos NCz$ 20,6 milhões.

Por outro lado, dentro do Projeto Cidades de Porte Médio – CPM II, foi prevista a liberação em 1988 de NCz$ 2 milhões, correspondentes a 8 programas de atendimento na área de infra-estrutura e apoio institucional.

Assistência Social/Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)

As ações básicas desenvolvidas em 1988 pela Coordenadoria tiveram como objetivo a integração Governo e Sociedade dentro de uma nova postura em relação às pessoas portadoras de deficiência.

As linhas básicas de atuação constaram de adequação de legislação à atual Constituição e reformulação das ações governamentais. Foram desenvolvidos programas de conscientização, prevenção, atendimento e inserção profissional, nos quais foram aplicados NCz$ 721 mil.

Caixa Econômica Federal (CEF)

A Caixa Econômica Federal participa do desenvolvimento econômico social do País, ocupando posição de relevo no Sistema Financeiro Nacional, como órgão operante, inclusive com atuação no Conselho Monetário Nacional.

Os saldos dos depósitos em caderneta de poupança e do FGTS atingiram, em 1988, NCz$ 22 bilhões. Tais recursos possibilitaram a contratação de empréstimos para financiar a aquisição/construção de 240.000 unidades habitacionais. Na área de saneamento e desenvolvimento urbano a CEF realizou 443 contratos, no valor global de NCz$ 1.667,4 milhões, desembolsando, em 1988, NCz$ 596,7 milhões. Além de atividades bancárias ordinárias, a CEF arrecadou NCz$ 251 milhões através de loterias e outros jogos e financiou 620 projetos (nas áreas de educação, saúde, previdência, desenvolvimento urbano, geração de empregos), envolvendo NCz$ 215,8 mil, do FAS.

Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC)

A Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC foi criada com o objetivo de envolver as comunidades na busca de soluções não convencionais para seus problemas, com redução de custos e desperdícios.

A atuação da SEAC fez-se presente desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, contando já com expressivo número de entidades cadastradas: 14.700 que participam ativamente dos projetos, beneficiando dezenas de milhões de pessoas de baixa renda.

Os projetos executados com a supervisão e financiamento da SEAC foram:

– Fala Favela, beneficiando cerca de 5 milhões de pessoas, com reparos e moradias, obras de melhoramento e centros comunitários;

– Apoio ao Pequeno Produtor Rural, beneficiando em torno de 60 mil pessoas, distribuídas em 223 municípios, mediante a construção de silos e armazéns, postos de saúde, estradas vicinais, implementos agrícolas e redes elétricas;

– Ação Comunitária – PAC, mediante o apoio a centros de lazer, bibliotecas, hortas e pomares, creches, pontes, estradas, através de 1.996 projetos, beneficiando cerca de 39 milhões de pessoas, em 1.971 municípios;

– Escolas Rurais, objetivando aprimorar a mão-de-obra do campo, para reduzir o êxodo campo-cidade. Beneficiou 16.304 trabalhadores em 351 municípios,

– Mutirão Habitacional, visando dar teto a quem não tem. Voltado à população carente, beneficiou cerca de 2.600.000 pessoas, em 1.435 municípios com 430.000 moradias;

– Leite para Crianças Carentes, para combater a subnutrição. Os benefícios atingem 7 milhões de crianças entre zero e cinco anos.

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), vinculada ao Ministério, é um órgão definidor e executor das políticas de bem-estar do menor. A sua clientela abrange crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social – 7 a 18 anos; e crianças de 0 a 6 anos sob tutela judicial.

As ações desenvolvidas em 1988 constam de: apoio ao desenvolvimento comunitário rural; ocupação de fronteiras; descentralização do Sistema de Atendimento Direto do Rio de Janeiro; atendimento ao menor portador de deficiência em situação de risco; apoio ao Juizado de Menores; apoio à profissionalização e geração de renda.

Foram aplicados NCz$ 19,1 milhões e assistidos 929.012 menores em todas as Unidades da Federação, beneficiando cerca de 1.300 municípios.

Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA)

Em 1988 a LBA desenvolveu programas de: Registro Civil e Assistência Judiciária; Localização de Instituições e Organi-

zações Comunitárias; Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência; e Programa Primeiro a Criança.

Neste último Programa, através de uma rede com 29.000 creches, distribuídas em 3.083 municípios, foram atingidas 2.000.000 crianças/mês. Ademais, cerca de 1,9 milhão de crianças/mês receberam apoio nutricional e os 38 bancos de leite da LBA atenderam a 15.000 crianças. Ações básicas de saúde foram implantadas em 662 municípios, beneficiando cerca de 1,5 milhão de pessoas.

A LBA desenvolveu, também, ações complementares nas seguintes áreas:

– apoio à pessoa idosa, cobrindo 815 municípios e auxiliando cerca de 175.000 pessoas/mês;

– auxílio econômico e financeiro a cerca de 110.000 pessoas;

– educação social, atingindo a 742 municípios;

– formação de reciclagem profissional, beneficiando 450.000 pessoas, em 1.807 municípios; e,

– apoio à produção, com o atendimento a 45.000 micro-unidades produtivas;

– desenvolvimento comunitário, através do apoio a 11.000 projetos comunitários, beneficiando 2.500 pessoas em 451 municípios; do fortalecimento de instituições sociais, beneficiando 2.500 entidades; e da promoção do lazer e esportes comunitários (Recriança), com o atendimento a 700.000 pessoas;

A LBA investiu, em 1988, nos seus diversos programas, recursos financeiros da ordem de NCz$ 139;8 milhões.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), cabe destacar a instalação, em 1988, do Conselho de Ciência e Tecnologia, órgão máximo de formulação da política para o setor, e a realização de importantes ações em áreas estratégicas, através da implantação das Secretarias de Novos Materiais, Química Fina e Mecânica de Precisão; da Consolidação da Secretaria de Biotecnologia e do aperfeiçoamento da Secretaria Especial de Informática.

Dentre as ações regionais promovidas pelo MCT, destacam-se o apoio à implantação e consolidação dos Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia e o auxílio aos Parques de Alta Tecnologia, que constituem importantes pólos de integração universidade-empresa.

Na área internacional, a busca de novos parceiros para cooperação resultou na celebração de acordos relevantes, como os realizados com a China e com a União Soviética, destacando-se, no primeiro caso, o projeto de construção do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto. O MCT vem também reorientando seus programas de cooperação bilateral com vistas a enfatizar os aspectos tecnológicos, especificamente nas áreas estratégicas, destacando-se o início da implementação do programa de cooperação com os Estados Unidos. No campo da cooperação multilateral, o MCT tem tentado ampliar a participação do Brasil nos programas dos organismos internacionais e nos foros especializados.

Atuação nas Áreas Estratégicas

BIOTECNOLOGIA

A Secretaria de Biotecnologia tem apoiado a realização de estudos em diversos Estados da União, bem como o levantamento nacional de instituições e empresas atuantes no setor, com vistas à formulação de programas baseados no potencial existente e no interesse do setor produtivo local.

Em 1988, consolidou-se a implantação do Sistema Integrado de Biotecnologia (SIB) nas áreas de química e engenharia de proteínas, desenvolvimento de "kits" de diagnóstico para viroses vegetais e microbiologia, com o objetivo de viabilizar a incorporação de processos biotecnológicos ao setor produtivo, através do estabelecimento de redes de cooperação técnico-científica.

Destaque-se ainda, a nível nacional, o apoio à Feira Nacional de Biotecnologia Florestal, no âmbito internacional, a consolidação do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, através do qual foram contratados 9 projetos binacionais e realizados diversos treinamentos.

NOVOS MATERIAIS

Foi implantado o Programa Bienal 87/88, que propiciou a realização de diversos projetos nos segmentos de quartzo, silício, cerâmicas avançadas, compósitos, polímeros e materiais metálicos.

A cooperação com a França gerou a formulação de um programa conjunto de desenvolvimento tecnológico de pós-cerâmicos de alta pureza, a ser iniciado em 1989, com possível ampliação para outras áreas.

MECÂNICA DE PRECISÃO

Em 1988, o MCT apoiou a realização dos seguintes eventos: 1º Simpósio Brasileiro de Mecânica de Precisão; 1ª Exposição Científico-Tecnológica de Mecânica de Precisão, com a participação de SINDIMAQ/ABIMAQ; e o 1º Encontro Internacional de Mecânica de Precisão, com a participação do SENAI. O MCT deu suporte à estruturação de Núcleos Técnicos Regionais em mecânica de precisão do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Carlos-SP, Campinas e São Paulo e promoveu também a primeira edição do catálogo brasileiro de fabricantes de componentes e sistemas prestadores de serviços em mecânica de precisão (documento informativo sobre 240 empresas industriais e instituições de ensino superior, técnico e de pesquisas).

QUÍMICA FINA

A atuação do MCT na área envolveu a elaboração do programa de ação de médio e longo prazos em química fina e a participação em grupos de estudos governamentais para análise conjunta de projetos e discussão de política industrial para o setor.

INFORMÁTICA

Em 1988, a Secretaria Especial de Informática (SEI) elaborou a proposta do II Plano Nacional de Informática e Automação

(PLANIN) e promoveu a regulamentação e operacionalização da Lei nº 7.646/87, referente a programas de computador. A SEI dedicou-se também à constituição da Sociedade Brasileira de Interconexão de Sistemas Abertos (BRISA) e à coordenação de redes locais de comunicação de dados. Ressalta-se, ainda, sua ação junto a fabricantes, visando à adoção de normas técnicas e padrões internacionais; ao acesso à tecnologia CAD/CAM, e à realização de pesquisas cooperativas.

Investimentos em Ciência e Pesquisa

Através de suas agências, o MCT fomentou a pesquisa e a formação de cientistas e quadros técnicos.

Em 1988, as ações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrangendo 76 programas básicos relacionados às principais áreas do conhecimento, viabilizaram a realização de 6.000 projetos de pesquisa, além de permitir avanços importantes na formação de quadros profissionais, mediante a ampliação do número de bolsas de estudo no País e no exterior, de 20.000 para 25.640 e de 1.300 para 3.500, respectivamente.

Na formação de recursos humanos em áreas prioritárias, destaca-se a concessão, em 1988, de 3.116 bolsas através do Programa de Recursos para as Áreas Estratégicas (RHAE), sendo 2.207 para o País e 909 para o exterior.

No plano da cooperação bilateral, o CNPq atuou no intercâmbio com mais de trinta países, com ênfase na cooperação Sul-Sul, destacando-se a criação da Escola Brasileiro-Argentina de Informática.

Registra-se, em 1988, a incorporação ao CNPq, do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e a instalação do Laboratório Nacional de Luz Sincroton, além da inauguração da Estação Ciência, que mantém um centro de difusão permanente em São Paulo-SP, visitado por cerca de 2.000 estudantes por semana.

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) apoiou, em 1988, projetos de pesquisa básica e aplicada realizados em universidades, centros de pesquisa e empresas privadas, com prioridade para áreas estratégicas, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional (ADTEN).

Na área de biotecnologia, a FINEP financiou pesquisas visando à obtenção de vacinas e soros para a imunização da população contra doenças infecciosas e parasitárias; apoiou o desenvolvimento de tecnologias para a produção de vacinas e "kits" para diagnósticos, com o objetivo de combater as principais doenças infecto-contagiosas que afetam aves, suínos e bovinos, e deu ênfase especial à utilização da tecnologia de cultura de tecidos *in vitro* para melhoramento vegetal.

A FINEP estabeleceu ainda prioridade para o desenvolvimento de *software*, eletrônica, microeletrônica e automação industrial. Foram implantados projetos de desenvolvimento de processos industriais para obtenção de silício grau eletrônico; beneficiamento do quartzo; produção de vidro ótico; cerâmicas para uso em supercondutividade; o aeromóvel de Porto Alegre; o carro econômico nacional da Gurgel; tornos com comandos numéricos; aperfeiçoamento dos aviões Tucano e AMX; robôs para prospecção de petróleo em águas profundas e propelentes para satélites. Ressalta-se também a implantação de um programa de pesquisa e desenvolvimento de produtos químicos e materiais para utilização na indústria eletrônica. Ainda na área química, foram aprovados importantes projetos visando à obtenção de catalizadores, à produção de fármacos e defensivos agrícolas.

Na área de pesquisa científica e tecnológica deve ser destacada a atuação do Centro Tecnológico de Informática (CTI), que, em 1988, concentrou esforços na formação de técnicos especializados para atuarem na linha de fabricação de máscaras (projeto que visa à produção de circuitos integrados no País) e no projeto Fábrica de *Software*.

O Instituto de Pesquisa Espacial (INPE) deu continuidade a pesquisas nas áreas de geofísica, astrofísica, radioastronomia e física solar, que resultaram em grande número de publicações em revistas nacionais e internacionais.

Dentre as realizações do INPE em 1988, destaca-se também a participação no Programa Antártico Brasileiro, em experimentos internacionais para observações da SUPERNOVA 1987A e no experimento GTE/ABLE 3A Ártico em colaboração com a NASA. Na área de sensoriamento remoto, foram concluídos projetos de aplicação em mapeamento e implantados novos laboratórios em Porto Alegre e Florianópolis. Na área de meteorologia, foram criados o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, o Centro de Aplicação de Satélites Ambientais e o Laboratório de Pesquisas Atmosféricas e Oceanográficas.

Em engenharia e tecnologia espacial, as ações do INPE se concentram no desenvolvimento de subsistemas para os satélites da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) e para o projeto do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

Dentre as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT) em 1988 destacaram-se: continuação do desenvolvimento de tecnologias para síntese de produtos de química fina, tais como aditivos, fármacos e produtos aromáticos sintéticos, compreendendo a pesquisa de catalizadores para estes processos; desenvolvimento do projeto de fabricação otimizada de cadeiras de roda para uso na vida diária e em atividades esportivas; atendimento a cerca de 1.000 solicitações de serviços de análises e ensaios, e fornecimento de informações tecnológicas a mais de 3.000 usuários.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) deu prosseguimento a estudos básicos e aplicados para enriquecimento do acervo científico sobre a Região Amazônica.

Em 1988, os estudos realizados pelo INPA concentraram-se nos seguintes temas: desmatamento da Amazônia; índice de contaminação por mercúrio do Rio Madeira; ampliação do acervo de espécies da flora e fauna; impacto ambiental de projetos de desenvolvimento dos ecossistemas da região; comportamento comprovado de resistência ao DDT por parte do vetor da malária; isolamento de mais de um vetor de leishmaniose na região do Rio Urucu; melhoria no desempenho pesqueiro no Estado de Rondônia; desenvolvimento de um secador solar de madeiras para uso em pequenas e médias empresas, reduzindo em seis meses o tem-

po de secagem, e obtenção de desova induzida de tambaqui e pirapitinga, conseguindo-se também a obtenção de híbridos.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Em 1988, o Governo conseguiu avanços fundamentais na Política Fundiária. Os assentamentos de trabalhadores rurais constituíram preocupação central da Reforma Agrária. Sua implantação vem sendo fortalecida pela efetiva integração das administrações estaduais neste processo. O Governo rompeu os entraves que limitavam sua atuação na obtenção e distribuição de terras para famílias de agricultores e consolidou mecanismos concretos de apoio às atividades produtivas das áreas reformadas, destacando-se o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), implantado pelo MIRAD em ação conjunta com o BNDES e a EMBRATER.

Outros elementos importantes da política posta em prática foram: o equacionamento de inúmeras desapropriações que se encontravam obstaculizadas, liberando extensas áreas marcadas por antigos conflitos de terras; a adoção de iniciativa visando melhoria da capacidade operacional do MIRAD, notadamente o aperfeiçoamento de seus sistemas cadastrais e tributários; a utilização de procedimentos normativos referentes à política de assentamento; e a adequação da legislação agrária à nova Constituição, através da preparação do anteprojeto de lei a ser submetido ao Congresso Nacional.

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade de terras para assentamento, foram obtidos em 1988 cerca de 2.437,8 mil ha. Do total especificado, 1.725,9 mil ha (71%) referem-se a áreas declaradas de interesse social para fins de desapropriação.

A desapropriação dessas áreas implicou emissão de 11,2 milhões de Títulos da Dívida Agrária (TDA), no valor total de NCz$ 144 milhões.

A intensificação do processo de obtenção de áreas possibilitou a criação de 186 novos projetos de assentamento, numa superfície total de 3.047 mil ha, beneficiando diretamente a 44.823 famílias. Com este resultado, o número de projetos de assentamento em fase de execução eleva-se para 479 unidades, atendendo diretamente a 89.570 famílias, em uma área de 5,2 milhões de hectares. Além disso, aproximadamente 2,5 milhões de hectares estão em fase final de aquisição e estima-se que poderão abrigar, no curto prazo, mais 300 projetos de assentamento, possibilitando o atendimento de outras 50.000 famílias.

Os componentes produtivos destes projetos mereceram elevada prioridade, tendo sido aplicados, através do PROCERA, recursos de crédito rural no valor de NCz$ 17,1 milhões, sendo NCz$ 10,5 milhões originários do Fundo Nacional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (FUNMIRAD) e NCz$ 6,6 milhões à conta do FINSOCIAL.

Esses recursos creditícios possibilitaram apoiar ações produtivas de 28.200 famílias de trabalhadores rurais, e 340 projetos de assentamento, com vistas a sua rápida emancipação. Viabilizou-se o financiamento de suas despesas com preparo de lavouras, comercialização, aquisição de rebanhos, além de máquinas, equipamentos e construções rurais.

O caráter singular do PROCERA tornou possível, em muitos casos, adoção de financiamentos grupais que desempenharam importante função pedagógica.

Práticas de descentralização no tocante a obras e serviços têm marcado a política de assentamento do MIRAD. A co-participação dos Estados foi efetivada através da realização de 38 convênios com Governos Estaduais, no valor total de NCz$ 40 milhões. Estes recursos foram repassados para atividades-fim nos setores de infra-estrutura física e social, notadamente construção de estradas, açudes, poços artesanais, prédios comunitários, escolas e postos de saúde.

Relativamente à Colonização, a política do MIRAD voltou-se para consolidar unidades existentes, bem como eximir o Governo da tutela sobre antigos empreendimentos, obtendo-se a emancipação de 34 projetos.

Visando o aperfeiçoamento de seus sistemas cadastrais e tributários, o MIRAD elaborou proposta técnica e firmou protocolo de intenções com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), além de ter firmado contrato de prestações de serviços com aquele Instituto e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), objetivando a utilização de técnicas de processamento literal e gráfico, sensoriamento remoto e processamento digital de imagens de satélites.

Paralelamente, foram atualizados dados cadastrais de cerca de 300.000 imóveis rurais em todo o país, e normatizada a revisão do lançamento do Imposto Territorial Rural (ITR), a partir dos valores de indenização verificados nos processos de desapropriação ou em acordos extrajudiciais.

Entre as demais realizações dignas de nota no exercício de 1988, cumpre destacar a cobertura aerofotogramétrica de 465 mil km e a realização de operações cadastrais em 1.281,7 mil hectares, obtidas no âmbito do projeto Nordeste. Estes levantamentos proporcionarão instrumentos úteis para planejamento urbano e rural em nível de Estados e Municípios, naquela região.

Prioridades para 1989

O fortalecimento das ações de Reforma Agrária dependerá, evidentemente, do diálogo e da negociação com administrações estaduais, favorecidos pela nova realidade tributária; com outros órgãos do Governo Federal, e com as demais forças sociais interessadas.

Estima-se que os resultados das negociações citadas poderão conduzir ao assentamento de 120.000 famílias em 1989, prevendo-se a criação de 760 novos projetos a serem estabelecidos em áreas superiores a 5,8 milhões de hectares, em todo o território nacional, sempre observando-se os cuidados que deverão nortear as intervenções sobre a posse da terra e o meio ambiente. As ações de Reforma Agrária obedecerão ao ordenamento territorial a ser apontado pelo programa "Nossa Natureza", conferindo especial destaque aos projetos de assentamentos extrativistas.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas, como órgão de coordenação superior, encarregado do preparo e emprego da estratégia nacional referente à expressão militar, prosseguiu, durante o ano de 1988, na formulação de política no campo militar com abrangência social. Suas principais atividades compreenderam:

– Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI);

– Projeto Missão Espacial Completa Brasileira;

– Sistema de Comunicações Militares por Satélite (CISCOMIS).

O Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI) visa a atender às populações carentes das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, através de ações integradas das Forças Armadas e de Ministérios civis, desenvolvendo atividades médicas e odontológicas nas áreas de saúde maternal, saúde da criança, assistência ao adolescente e ao adulto, vigilância epidemiológica, controle de doenças transmissíveis, saneamento e educação sanitária, com o aproveitamento de excedentes de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários convocados para prestação de serviço militar inicial.

As atividades do Programa, que cobriram inicialmente 50.000km^2 na região do Alto Solimões, foram expandidas em 1988 para outras regiões da Amazônia, abrangendo uma área de mais de 200.000km^2, englobando os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Atalaia do Norte, Tocantins (no Estado do Amazonas) e Mucajaí, Caracaraí, Alto Alegre e São João da Baliza (no Estado de Roraima).

Em 1989, o Programa será levado a outros municípios e seus benefícios deverão atingir os Estados do Pará, Acre e Mato Grosso.

O Projeto Missão Espacial Completa Brasileira teve prosseguimento no âmbito de seus três subprojetos. No tocante ao Veículo Lançador de Satélites (VLS), desenvolvido pelo Instituto de atividades Espaciais (IAE), do Ministério da Aeronáutica, foram realizados ensaios subsônicos no túnel de vento do IPD/CTA, ensaios, aerodinâmicos em regime subsônico e transônico, na ONERA/GME, na França, e foi concluído o desenvolvimento da metodologia de cálculo e análise aerotérmica. O Segmento Espacial e Segmento Solo, a cargo do INPE/MCT, apresentou as conclusões da integração e testes do modelo de identificação, das especificações do Segmento Solo, e das obras civis do prédio do Centro de Controle de Satélites, em São José dos Campos. E, durante o ano de 1988, prosseguiram as obras civis de infra-estrutura do Campo de Lançamento de Alcântara.

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (CISCOMIS) apresentou as seguintes atividades, durante o ano de 1988: implantação dos enlaces dos segmentos terrestre e satélite; término da construção dos prédios das estações terrestres; entrega das antenas parabólicas e instalação da de Brasília; e assinatura de termo de entendimento com o Minisério das Comunicações, visando à inclusão de um "transponder" para uso militar na banda X, na segunda geração de satélites brasileiros de comunicações.

Para 1989, estão previstas a continuação da implantação das estações terrestres da 1ª fase, a regulamentação da implantação, utilização e administração do Campo de Provas das Forças Armadas e a aplicação militar do sensoriamento remoto.

Merecem, ainda, citação os seguintes trabalhos desenvolvidos pelo Estado-Maior das Forças Armadas:

– continuidade do projeto do Sistema Militar de Comando e Controle, cuja parte computacional já se encontra em operação, desde meados do ano que passou;

– prosseguimento das atividades da Escola Superior de Guerra (ESG) na formação de assessores militares e civis de alto nível; e

– conclusão de protocolos de acordo com a República Popular da China, para o desenvolvimento conjunto de satélites de sensoriamento remoto, e com a União Soviética, para o estabelecimento de cooperação na área de pesquisa espacial.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A atuação da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e suas entidades vinculadas compreendeu, em 1988, um conjunto de atividades nas áreas de Planejamento e Orçamento, financiamento de longo prazo, articulação com estados e municípios, administração de fundos e programas especiais de desenvolvimento e de assistência social, de treinamento de recursos humanos, produção das estatísticas, privatização de empresas sob controle do setor público; administração do Programa Grande Carajás, e a sua reestruturação organizacional com a criação da Secretaria de Planejamento Econômico e Social (SEPES), com vistas a uma melhor adequação às funções requeridas pela nova Constituição, e extinção da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM), e da Secretaria Especial de Coordenação Econômico-Social (SECES).

A SEPES iniciou em 1988, entre outras atividades, a elaboração do Projeto da Lei de Diretrizes, com sua conclusão prevista para o primeiro trimestre de 1989. Também serão realizadas as seguintes atividades:

Planejamento

As atividades de Planejamento concentraram-se na análise, avaliação e dimensionamento da nova Constituição e de suas leis complementares, com o objetivo de embasar as medidas de adaptação das ações governamentais.

Nesse contexto, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) através do Instituto de Planejamento (IPLAN), buscou desenvolver suas atividades, cujas grandes linhas abrangeram:

1) Estudos de prioridades e perspectivas de longo prazo, no que toca à Política Econômica e Social.

2) Acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

3) Estudos ligados à formalização de políticas específicas.

4) Assessoramento em processo de tomada de decisão.

Nesse cenário, a perspectiva para 1989 consiste na conclusão do estudo "Prioridades e Perspectivas de Política Econômica e Social para a Década de 90", com análises setoriais consolidadas.

Tiveram prosseguimento no IPEA e assessorias da SEPLAN, os estudos e pesquisas de natureza econômica e social para o planejamento; a análise de projetos, e de solicitações de recursos; o exame de problemas setoriais e o acompanhamento da conjuntura econômico-social e das políticas fiscal e monetária.

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), deu continuidade ao seu programa de capacitação de recursos humanos na área de planejamento, orçamento e projetos.

Sua programação para 1989 dará ênfase a temas que se delineiam como os grandes desafios para a sociedade brasileira na década de 90: o crescimento econômico com eqüidade social, as necessidades e os limites de intervenção estatal, o financiamento do desenvolvimento e as tendências da economia mundial e brasileira.

Orçamento FINSOCIAL e FAS

A destinação dos recursos do FINSOCIAL, segundo setores prioritários, manteve em 1988 o mesmo perfil observado do ano anterior. As liberações globais do fundo somaram NCz$ 475,0 milhões, e tiveram a seguinte distribuição: Saúde, NCz$ 104,7 milhões; Habitação Popular, NCz$ 23,3 milhões; Apoio ao pequeno produtor, NCz$ 0,2 milhões; Educação, NCz$ 107,5 milhões; Reforma Agrária, NCz$ 89,1 milhões, e Programas Integrados, NCz$ 150,2 milhões.

Para 1989, os recursos do FINSOCIAL são destinados exclusivamente para atividades na área de seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social) conforme define a Nova Constituição.

No que concerne ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social–FAS, foram alocados, em 1988, NCz$ 117,4 milhões a programas e projetos de educação, saúde, desenvolvimento urbano, segurança pública e de crédito educativo, dos quais NCz$ 116,8 milhões através de operações de financiamento da Caixa Econômica Federal e NCz$ 698,8 mil, com recursos a fundo perdido.

PIN/PROTERRA

Foram alocados, através do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) em 1988, recursos no valor de NCz$ 111,6 milhões que beneficiaram projetos de desenvolvimento, a cargo do setor público, nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.

Esses recursos tiveram as seguintes destinações: Programa de Desenvolvimento Regional, NCz$ 63,1 milhões; Programa de Irrigação do Nordeste, NCz$ 28,2 milhões; Transportes, NCz$ 9,9 milhões; Reforma Agrária, NCz$ 9,2 milhões; e, Tecnologia, NCz$ 1,2 milhão.

O Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional prevê para 1989, aplicações globais de NCz$ 1.373,0 milhões alocados nas seguintes áreas: Programas de Desenvolvimento Regional, NCz$ 379,0 milhões; Transportes, NCz$ 142,8 milhões; Reforma Agrária, NCz$ [illegible]0 milhões; Irrigação NCz$ 587,4 milhões; e, Agri- [illegible] milhões.

Financiamento do Desenvolvimento – Sistema BNDES

No ano de 1988 os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram 617.161.500 OTN, sendo 89% oriundos de recursos ordinários e 11% de recursos vinculados. Deste total 29% destinaram-se à operação da FINAME, 10% para projeto no setor de insumos básicos e 13% para operações de repasses para bancos de investimento e outros agentes regionais de desenvolvimento.

As operações aprovadas alcançaram o total de 805.479.300 OTN apoiadas em 94% por recursos ordinários e destinaram-se sua maioria ao setor privado, aproximadamente 71% do total aprovado.

Ao longo de 1988 o Sistema BNDES apoiou significativamente os setores de papel e celulose com 10.639.900 OTN, o minero-metalúrgico com 11.080.000 OTN; o de complexo eletrônico, 7,7 milhões de OTN, o setor agrícola com 18.286.900 OTN; para o setor de infra-estrutura foram desembolsadas 30.073.200 OTN, destacando-se os Projetos hidrovia Tietê–Paraná e Ferrovia do Aço.

No setor de energia foi aplicado o total de 10.156.200 OTN. Neste setor destaca-se a ampliação da rede de distribuição de gás natural na região metropolitana da cidade de São Paulo.

No que se refere ao relacionamento com agentes o BNDES estabeleceu, no ano de 1988, uma sistemática mais objetiva através da criação de parâmetros mínimos de desempenho econômico-financeiro, a serem cumpridos pelos bancos que queiram manter-se credenciados. Institui-se um limite de risco do agente por empresa ou grupo econômico de modo a diversificar os riscos das operações de crédito realizadas com recursos repassados pelo BNDES.

Foi criada, em 1988, em condições favorecidas, uma linha de apoio ao desenvolvimento tecnológico, visando ao desenvolvimento de produtos e processos já executado por empresas, diretamente ou através de universidades e centros de pesquisa.

No âmbito do FINSOCIAL foram aplicados recursos no valor de 14.499.900 OTN correspondendo a 22% dos recursos vinculados.

Os desembolsos efetivos realizados pelo sistema BNDES, através do FINSOCIAL/PROTERRA, destinaram-se a: 36% ao pequeno produtor rural; 21% atendeu a programas na área de saúde de; 14% destinaram-se à habitação; 9% à educação; 7% à alimentação e 13% a diversos outros Programas Assistenciais.

No que se refere ao Fundo Nacional de Marinha Mercante foram realizados desembolsos no valor de 37.186.000 OTN referentes a 55% dos recursos vinculados.

A política de privatização de empresas do Sistema do BNDES, conduzida pelo BNDESPAR, permitiu a concretização de seis operações significativas que alcançaram o montante de 50 milhões de OTN.

O ano de 1988 caracterizou-se pela aceleração do processo de alienação das participações acionárias que, somadas às privatizações, alcançaram a cifra de 63.479.000 OTN.

Para o de 1989 a estratégia do Sistema BNDES contempla:

– participar ativamente do esforço de amadurecimento da sociedade brasileira na direção de um projeto de desenvolvimento

econômico e social que integre consistentemente a questão social, em particular o desafio das grandes cidades, a questão da infra-estrutura econômica e social e a modernização e capacitação tecnológica do parque produtivo visando à construção de um sistema econômico apoiado sobre a competitividade e elevação contínua da produtividade;

– reforçar sua atenção e ação sobre os aspectos sociais e ambientais dos projetos analisados;

– colaborar com a modernização do setor público, apoiando ações que favoreçam aumento de sua eficiência, participando do debate sobre os novos papéis do setor privado e do Estado e operacionalizando a privatização de atividades onde isso seja viável e desejável;

– identificar e apoiar ações voltadas para o aumento da competitividade no comércio internacional.

Dentro dessa estratégia, para o exercício de 1989, o Sistema BNDES deverá atuar no âmbito do Plano de Estabilização – Plano Verão – principalmente no que se refere à recuperação dos níveis de investimento.

Para tal, o orçamento do BNDES conta com NCz$ 4,4 bilhões para seus programas ordinários; que acrescidos aos recursos do FND (a serem aplicados pelo BNDES), no montante de NCz$ 862 milhões, perfazem uma disponibilidade global de recursos para financiamento de projetos de investimentos no total de NCz$ 5,3 bilhões, superior em 20% aos valores aplicados em 1988.

Transferências aos Estados e Municípios

Foram transferidos aos Estados e Municípios em 1988, NCz$ 23,9 milhões, através da extinta Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM) e posteriormente pela Secretaria de Planejamento Econômico e Social (SEPES).

Essas transferências correram, basicamente à conta dos Encargos Gerais da União NCz$ 625,4 mil; Reserva do Fundo Especial (RFE) NCz$ 21,547,0 mil e Projetos Especiais, NCz$ 1.702,8 mil.

Estatísticas e Informações para o Desenvolvimento

O IBGE deu prioridade aos programas de aprimoramento técnico e metodológico dos levantamentos estatísticos e das atividades na área de Geociências, conferindo ainda especial atenção às atividades preparatórias para o Recenseamento Geral de 1990. Paralelamente, com vistas a uma maior descentralização de procedimentos técnicos e administrativos, foram adotadas medidas no sentido da reestruturação e do reaparelhamento das Unidades Regionais, e também da melhor capacitação do pessoal dessas Unidades, bem como adotadas providências visando à utilização de tecnologias de informática mais avançadas e de recursos modernos nas atividades de disseminação de informações e de atendimento ao usuário.

Com vistas à realização, em 1990, do X Recenseamento Geral do Brasil, que compreenderá os censos demográfico, agropecuário, industrial, comercial e dos serviços, o IBGE vem se empenhando no trabalho de planejamento de todas as suas etapas, com vistas a assegurar uma melhor adequação dos dados censitários, à atual demanda da sociedade brasileira à redução do tempo de divulgação dos resultados.

Dentro do programa de planejamento do censo de 1990, foi realizado, em setembro de 1988, o Censo Experimental de Limeira (SP), com o objetivo de definir adequadamente os planos de pesquisa, as metodologias e os processos a serem adotados no próximo censo nacional. Foram realizados diversos seminários internos e reuniões com usuários externos, tratando de aspectos particulares da operação censitária.

Para 1989, dando continuidade às linhas de ação já mencionadas, cumpre destacar, entre as prioridades estabelecidas, o planejamento do Recenseamento Geral de 1990, a expansão e modernização das estatísticas econômicas, incluindo a implantação das Pesquisas Contínuas de Comércio, do Sistema de Contas Regionais e do Produto Interno Bruto trimestral, e o novo sistema de ponderação para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, resultante da pesquisa de Orçamentos Familiares; revisão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, visando ao seu aperfeiçoamento metodológico, para aplicação na década de 90.

Programa Grande Carajás

No período 1986/1989, foram realizados estudos básicos de planejamento regional, citando-se, em especial o Plano Diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás, com vistas ao estabelecimento de políticas de desenvolvimento a serem estabelecidas em 1989.

Foram ainda realizados Mapas de Ordenamento Territorial para as áreas de Marabá (PA) e Santa Inês (MA). A Secretaria-Executiva prestou apoio técnico-financeiro às Prefeituras de Marabá (PA) e Açailândia (MA), elaborando Planos Diretores Urbanos e o Cadastramento dos Imóveis para efeito de cobrança de IPTU.

A Secretaria-Executiva contribui também com o apoio técnico e financeiro aos Governos do Pará e do Maranhão, notadamente nos setores de institucionalização dos órgãos de floresta e meio ambiente.

Ao final do corrente ano, encontram-se integrados no Programa Grande Carajás 27 projetos no Estado do Pará, 29 no Maranhão e 1 no Tocantins, registrando-se a geração de 105.000 novos empregos e cerca de 110.000 a curto prazo.

Para 1989, está previsto o funcionamento das indústrias SIMARA – Siderúrgica Marabá Ltda., em Marabá (PA), com 60.000 t/a de ferro-gusa, FEMASA – Ferro do Maranhão Ltda., em Açailândia (MA), com 54.000 t/a, do mesmo produto, SIMASA – Siderúrgica do Maranhão Ltda., em Açailândia (MA), com 54.000 t/a de gusa, e METALMAN S.A., em Rosário (MA), para a produção de 20.000 t/a de manganês metálico. Ainda em 1989, será alcançada a capacidade plena de produção (35 milhões/t/a) de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, na Serra dos Carajás (PA). Além disso, ocorrerá o início da construção de miniaciarias tendo o ferro-gusa como insumo, e o prosseguimento da ampliação do parque de alumínio, em Barcarena (PA) e São Luís (MA), de 405.000 t/a para 700.000 t/a.

Secretaria de Orçamento e Finanças

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), órgão central do Subsistema de Orçamento, integrante da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, teve o seu Regimento Interno aprovado através da Portaria nº 199, de 3 de outubro de 1988 e sucedeu de fato e de direito aos encargos até então desenvolvidos pelo Instituto de Programação e Orçamento (INOR), do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA).

A competência primordial do órgão é coordenar e supervisionar a elaboração dos orçamentos fiscal e de Seguridade Social, assim como acompanhar sua execução.

Para que possa atingir seu objetivo a SOF promove estudos e análises, trabalhando os informes de modo a que se obtenha informações confiáveis, capazes de subsidiar o poder decisório no processo de mobilização de recursos e sua alocação, com vistas ao atingimento dos objetivos e a consecução das metas previstas pelo Plano de Governo.

A ação do órgão é mais ampla e bastante complexa, pois deve ainda:

– propor diretrizes para formulação das políticas governamentais;

– normalizar as ações e métodos necessários ao bom desenvolvimento do processo orçamentário;

– orientar o sistema de orçamento a nível nacional;

– revisar e atualizar os orçamentos da União;

– acompanhar e gerenciar a execução dos orçamentos da União, em seus aspectos físicos e financeiros;

– promover o aperfeiçoamento do sistema orçamentário da União através da adoção de novas metodologias, inclusive organizacionais e de informatização e a capacitação de seus recursos humanos;

– consolidar os orçamentos governamentais; e

– estabelecer normas orçamentárias de caráter geral, aplicáveis a todas as esferas de Governo.

Atividades Desenvolvidas em 1988

A principal atividade desenvolvida no período foi a elaboração do Orçamento da União para o exercício de 1989. Este trabalho foi de difícil execução, pois, no decorrer do período de elaboração da proposta, promulgou-se a nova Constituição Brasileira, a 5 de outubro de 1988, que concedeu ao Congresso Nacional novas prerrogativas e poderes na área orçamentária.

A tramitação deu-se de modo lento e penoso, e teve como característica principal o diálogo e a negociação, entre os poderes Executivo e o Legislativo.

A lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1989, que recebeu o nº 7.715, foi sancionada pelo Senhor Presidente da República, com vetos em 3 de janeiro de 1989.

A participação do Congresso Nacional no citado instrumento legal é substantiva. Este fato aumentou em muito sua responsabilidade, pois são de autoria do Legislativo inúmeras emendas no elenco de projetos/atividades, e no corpo da lei que disciplina a execução do Orçamento.

No que concerne ao Orçamento, referente ao exercício de 1988, deve-se destacar:

– adoção de nova metodologia de atualização periódica dos valores das dotações discriminadas na Lei de Meios (E.M. 192, de 20.6.88);

– elaboração de três atualizações do Orçamento, em momentos distintos visando proporcionar aos executores os recursos necessários à consecução de suas programações.

O exercício de 1988 foi atípico, fruto de um processo de transição, em que os métodos foram modificados, o poder sofreu deslocamento, e a forma de participação e apresentação do orçamento evoluiu.

Deve-se destacar que os recursos computacionais e os métodos de informática apresentaram grande progresso no período, proporcionando à SOF meios mais eficazes para o desenvolvimento do seu trabalho de análise e coordenação.

Outro fator importante a ser destacado é a profissionalização da mão-de-obra empregada, com o advento da implantação de um Plano de Carreira para o pessoal de Orçamento.

Atividades Programadas para 1989

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), dará prosseguimento aos estudos para elaboração das leis complementares, necessárias ao fiel cumprimento da Lei Magna, em seus aspectos que necessitem de maior clareza, em apoio ao Congresso Nacional.

Há grande interesse em estreitar as relações com o Poder Legislativo, prestando assessoria aos parlamentares e dirimindo dúvidas, porventura existentes.

Dever-se-á intensificar o intercâmbio com a Comissão de Orçamento, visando o aperfeiçoamento do processo orçamentário de modo que o mesmo flua de modo contínuo, com a eliminação de todas as arestas que porventura venham a surgir.

Os recursos humanos disponíveis deverão sofrer contínuas reciclagens e os de informática serão materialmente melhorados, assim como os métodos aperfeiçoados.

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), como núcleo do Subsistema de Orçamento da União, prosseguirá o seu trabalho de assistência técnica e assessoria aos órgãos componentes do sistema, em especial aos Setoriais.

Secretaria de Orçamento e Controle de Empresas Estatais (SEST)

Além da Programação de Dispêndios Globais para 1988, aprovada por Exposições de Motivos do Conselho de Desenvolvimento Econômico, em novembro de 1987, a SEST deu continuidade às atividades rotineiras a seu cargo, até o advento do Decreto nº 96.555, de 23.8.88, que transferiu a SEST e o CISE do Ministério da Fazenda para a SEPLAN.

Com o objetivo de tornar o orçamento SEST compatível com o Orçamento Geral da União, os programas de dispêndios globais foram elaborados a preços correntes até junho, para os

gastos do primeiro semestre, e constantes de junho, para os dispêndios de julho a dezembro, com vistas à posterior atualização pela variação que viesse a ocorrer efetivamente.

Além disso, foram elaborados o Orçamento SEST/Dispêndios Globais-1989, consolidando recursos e dispêndios das Empresas Públicas e Sociedades Mistas, e o Orçamento das Instituições Financeiras Federais, aprovados por Exposição de Motivos do Conselho de Desenvolvimento Econômico de 29.12.88.

Para 1989, em prosseguimento à decisão governamental, de restringir o processo de estabilização da economia, fortalecendo o setor privado, merece destaque a implementação do Programa de Disseminação de Ações de Empresas Estatais, em escala nacional, de forma a canalizar parcela substancial da poupança de pessoas físicas e jurídicas localizadas em cerca de 4.000 Municípios brasileiros.

Esta iniciativa constitui-se fonte alternativa de recursos para atender às necessidades financeiras requeridas pelos projetos de investimentos das empresas estatais, ante a indisponibilidade de caixa do Tesouro.

Ainda na linha de se buscar recursos alternativos para saneamento do setor estatal, por intermédio do Decreto nº 97.161, de 6.12.88, foram estabelecidos os procedimentos para a execução do Programa de Desmobilização de Bens, inclusive Participações Societárias, envolvendo os ativos operacionais não vinculados às atividades-fim das empresas.

Espera-se ainda a viabilização de fontes complementares de recursos em decorrência da agilização do processo de venda de empresas estatais, através do Programa de Desestatização.

Para atender requisito da Constituição, que determina encaminhamento ao Congresso Nacional de acompanhamento bimestral do Orçamento de Investimento das empresas estatais, a partir de 1990, a SEST vem desenvolvendo os procedimentos necessários, quando serão estabelecidas as normas para o acompanhamento sistemático dos investimentos das estatais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Principais Realizações em 1988

ANTECEDENTES

O diagnóstico efetuado sobre a Administração Federal, inicialmente pela Comissão Geral da Reforma Administrativa, e posteriormente pela própria Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP/PR), indicou um elenco de medidas jurídicas e administrativas necessárias e prioritárias para que se alterasse a feição organizacional do aparato estatal, visando a conferir-lhe agilidade de ação e eficácia nos resultados, exigidas por uma sociedade de contrastes ainda significativamente dependente da inicaitiva e do apoio do Poder Público.

A SEDAP desenvolveu no ano de 1988 trabalhos que abrangeram estudos para a Reforma Administrativa, ações para a profissionalização e aperfeiçoamento dos servidores, além de atividades de racionalização que corresponderam ao início de um plano de longo curso, de melhoria da qualidade dos serviços públicos.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No âmbito da Reforma Administrativa foram elaborados 2 (dois) anteprojetos de lei, dispondo sobre a instituição do Sistema de Carreira do Servidor Civil da União, dos Territórios, das Autarquias e das Fundações Federais, e outro sobre a instituição do Regime Jurídico Único para os Servidores da Administração Federal Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

Há que se destacar, também, a regulamentação do Decreto-Lei nº 2.403, de 21 de dezembro de 1987, e a elaboração do Dossiê da Reforma, de caráter consultivo, elaborado à guisa de subsídios à elaboração de um Plano de Carreira e à implantação de uma estrutura organizacional eficiente e moderna para a Administração Pública.

Dos serviços a cargo da SEDAP, merecem destaque:

Implantação da Central de Veículos Oficiais (CVO)

Planejada para uma implantação de forma gradual, a CVO atende, nesta sua primeira fase, os Ministérios da Indústria e do Comércio, da Agricultura, do Trabalho, dos Transportes, do Interior, da Saúde e a própria Secretaria de Administração Pública. Tal sistemática permitiu uma redução de 64% da frota de veículos, além de diminuir em 76% o custo operacional;

Implantação da Central de Mala Oficial (CMO)

Nesta sua primeira fase, a Central de Mala Oficial atende 84 (oitenta e quatro) órgãos da Administração Pública, recolhendo e distribuindo documentos e correspondências oficiais com um alto grau de eficiência, e a custos menores do que o verificado no sistema descentralizado. Adicionalmente, a CMO distribui diariamente mais de 6.000 (seis mil) unidades do *Diário Oficial* da União e da Justiça;

Plano Nacional de Auditoria

A Secretaria de Controle Interno realizou, no exercício de 1988, 9 (nove) auditorias em 2.000 processos e 21 tomadas de contas especiais;

Recuperação, Reaproveitamento, Movimentação, Alienação e Gestão de Material

A SEDAP buscou, através da Instrução Normativa nº 205, de 8 de abril de 1988, e com o advento do Decreto nº 96.141/88, estabelecer diretrizes no sentido de aumentar a longevidade dos materiais permanentes.

RECURSOS HUMANOS

Movimentação e Redistribuição do Pessoal Civil

O ano de 1988 foi pródigo em movimentação/redistribuição de pessoal civil da União, buscando dotar os órgãos carentes de

pessoal com servidores de órgãos com superlotação. Assim, foram movimentados e redistribuídos 5.459 servidores civis da União, e extintos 1.282 cargos e empregos em 23 órgãos da Administração Direta.

A Fundação Centro de Formação do Servidor Público, por delegação da SEDAP, realizou três concursos públicos em nível estadual, nas áreas de saúde, magistério e informática, selecionando candidatos para 23 diferentes categorias funcionais para atender aos Estados de Alagoas e Rio Grande do Norte;

O Centro de Desenvolvimento da Administração Pública, objetivando a valorização e profissionalização do servidor público, bem como a melhoria da eficiência e eficácia da máquina administrativa do Governo, firmou convênios, acordos, contratos e protocolos de intenções com 21 instituições, e pôde realizar 123 eventos que buscaram capacitar servidores civis da União. Foram ministradas 11.498 (onze mil, quatrocentas e noventa e oito) horas/aulas para um universo de 4.248 (quatro mil, duzentos e quarenta e oito) servidores e empregados.

A Escola Nacional de Administração Pública realizou o primeiro vestibular para o ingresso no Curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental, do qual participaram 69.989 (sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove) candidatos.

PRINCIPAIS AÇÕES PARA 1989

Está prevista para 1989 a ampliação dos serviços da Central de Veículos Oficiais, que deverá abranger os demais ministérios, proporcionando uma redução de 85% na frota de veículos e de 50% na quilometragem percorrida. O mesmo deverá ocorrer com a Central de Mala Oficial, expandindo o atendimento a mais 108 órgãos da Administração Federal.

Deverão, ainda, ser instituídos o Catálogo Nacional de Material, o Catálogo de Compras, o Catálogo de Serviços e o Cadastro Nacional de Fornecedores.

Dar-se-á continuidade ao processo de movimentação e redistribuição de servidores civis, e deverão ser implementados o Plano de Classificação de Cargos e o Estatuto do Funcionário Público, objetivando criar um regime jurídico único para os servidores públicos civis da União e das autarquias federais.

No que se refere à seleção, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, a Fundação Centro de Formação do Servidor Público dará continuidade às tarefas de recrutamento e seleção de pessoal para atender às demandas da Administração Federal, enquanto a Escola Nacional da Administração Pública deverá formar a primeira turma do Curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental e realizar o segundo concurso nacional para este curso.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE IRRIGAÇÃO

A irrigação representa para o Brasil uma alternativa muito concreta para aumentar a produtividade e a renda de nossa grande população rural. Em especial para o Nordeste, cujo desenvolvimento, historicamente, frustrou-se pelas grandes secas periódicas, a irrigação é a solução que se mostra mais viável para fixar o homem à Região, oferecendo condições para o emprego permanente e melhor remunerar milhares de trabalhadores, no campo e na agroindústria.

O PRONI – Programa Nacional de Irrigação prosseguiu, em 1988, com múltiplas ações voltadas para a expansão da agricultura irrigada. Como resultado da conjugação de esforços entre o setor privado e numerosas entidades públicas federais e estaduais, o País pôde incorporar, em 1988, mais 261 mil hectares à irrigação, dos quais cerca de 57 mil no Nordeste. Prosseguiram, neste ano, as obras de implantação de mais 68 mil hectares no Nordeste, mediante investimento de recursos públicos, destinados prioritariamente aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais da Região.

Em 1988, o Governo Federal desenvolveu importantes iniciativas de apoio ao setor privado, destacando-se, entre outras, a instalação de mais de 2.200km de linhas de energia elétrica, atendendo a 3.700 propriedades rurais e a ampliação da capacidade de armazenamento d'água no interior do Nordeste em cerca de 1,5 bilhão de m^3.

Entre os vários resultados alcançados, vale destacar que, somente em 1988, o PRONI gerou mais de 132.000 empregos diretos e 265.000 indiretos.

Em 1989, será dada seqüência à implantação de grandes projetos públicos no Nordeste, devendo ainda ser celebrado um novo empréstimo com o Banco Mundial, para o Programa de Apoio à Irrigação Privada no Nordeste, tendo como meta irrigar 70 mil hectares por ano, num total de 350 mil hectares, proporcionando um aumento da produção sob irrigação, em 5 milhões de toneladas de grãos, algodão, frutas e hortigranjeiros.

Com o apoio do Banco Mundial, serão investidos mais de US$ 400 milhões para a irrigação dos cerrados e expansão da infra-estrutura elétrica e hidráulica, das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, de forma a possibilitar a irrigação de mais de 500 mil hectares, que proporcionarão um incremento da produção agrícola de grãos de US$ 650 milhões, e de US$ 250 milhões em hortigranjeiros e frutas.

IV – APÊNDICE ESTATÍSTICO

TABELA I

Taxas de Evolução de alguns Indicadores Macroeconômicos 1980-1988

(Variação %)

Períodos	Inflação (1)	Produto Real (2)		Desemprego (3)	Massa de Salários Reais na Indústria Paulista (4)		Utilização da Capacidade Instalada(s) (5)
		Total	Per Capita		Salário Médio Real	Massa de Salários	
1980	94.6	9.1	6.5	..	5.3	9.1	84
1981	92.7	-3,3	-5.7	7.9	8.5	1.0	77
1982	103.3	0.9	-1.5	6.3	11.8	6 3	75
1983	164.4	-2.5	-4.9	6.7	-6 6	-13.9	74
1984	208 9	5.7	3.1	7.1	7.1	6 8	74
1985	233.7	8.3	5.6	5 3	1? 8	22.3	78
1986	62.4	8.2	5.6	3.6	14.1	25.4	83
1987	366.0	2.9	ND	3 8	-8.0	-5 2	81
1988	933.6	0.04	ND	4.0	7.7	5.5	80

Fontes. Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas e FIESP.

Notas: (1) Até 1985, taxas de inflação segundo a variação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elaborado pela Fundação IBGE. A partir de 1986, taxas de inflação oficiais segundo o IPC.
(2) Taxas de Crescimento anuais.
(3) Taxa média de desemprego em relação à População Economicamente Ativa (PEA) nas seis principais regiões metropolitanas do País. Dados de 1988 até novembro.
(4) Taxa de crescimento anual da massa de salários reais da indústria de transformação no Estado de São Paulo. Utilizou-se como deflator o Índice de Preços ao Consumidor de São Paulo, elaborado pela FIPE. Dados de 1988 até novembro.
(5) Nível de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação no Brasil, estimado pela Fundação Getúlio Vargas. Para 1988, utilizou-se como "proxy" os dados da FIESP.

TABELA II

Indicadores de Produção Industrial 1980-1987

(Variação %)

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(*)
Total	9,2	-10,2	-0,2	-5,2	7,4	8,5	10,9	0,9	-3,3
Extrativa Mineral	12,8	-2,5	7,1	15,3	29,9	11,5	3,7	0,7	0,9
Indústria de Transformação	9,1	-10,4	-0,4	-6,1	6,1	8,3	11,3	1,0	-3,5
Por Gêneros									
Minerais Não-Metálicos	7,7	-5,2	-2,8	-16,4	-0,1	7,9	18,2	2,3	-3,6
Metalúrgica	12,5	-17,0	-3,7	-2,6	13,8	7,3	11,8	0,5	-3,7
Mecânica	14,5	-19,7	-17,7	-13,0	18,6	10,3	21,6	4,1	-7,7
Material Elétrico de Comunicações	12,3	-15,4	2,9	-10,8	2,0	19,3	22,2	-2,3	-5,2
Material de Transportes	4,5	-22,9	-3,0	-6,6	4,6	11,7	12,5	-10,1	9,1
Papel e Papelão	11,2	-6,9	7,2	1,6	6,8	6,5	10,5	3,6	-2,2
Borracha	9,4	-14,6	-6,0	7,4	6,6	8,4	14,1	4,0	1,8
Química	5,0	-1,2	8,0	-2,2	9,6	6,2	1,6	5,4	-3,8
Farmacêutica	11,7	2,6	0,9	-7,5	8,8	5,2	22,3	3,6	-11,7
Perfumaria, Sabões e Velas,	9,1	1,4	3,5	1,3	-1,1	12,9	22,0	12,8	-6,9
Produtos de Materiais Plásticos	14,4	-20,9	7,7	-9,9	4,0	11,7	21,7	-4,2	-9,7
Têxtil	6,5	-13,7	4,9	-10,7	-3,8	13,6	13,5	-0,6	-6,4
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	10,7	-0,7	3,0	-12,6	2,2	6,8	6,4	-9,8	-7,1
Produtos Alimentares	8,4	2,7	1,3	2,6	-0,8	0,2	0,2	7,0	-0,9
Bebidas	2,0	-7,6	-2,5	-5,1	-0,5	11,2	23,2	-0,3	1,7
Fumo	-3,9	4,1	4,4	-1,7	3,3	11,7	7,4	2,1	1,5
Por Categorias de Uso									
Bens de Capital	8,6	-19,4	-14,9	-19,2	14,8	12,8	21,6	-1,8	-2,1
Bens Intermediários	9,2	-11,1	2,7	-2,5	10,2	7,2	8,4	1,1	-2,5
Bens de Consumo	7,5	-3,9	3,1	-4,3	0,3	9,2	11,0	0,2	-3,2
Durável	18,8	-24,9	8,0	-0,9	-7,5	15,4	20,3	-5,4	0,7
Não-Durável	5,3	1,2	2,1	-5,0	2,0	7,8	8,9	1,6	-4,1

Fonte. IBGE
(*) Últimos 12 meses terminados em novembro

TABELA III

Brasil. Indicadores Setor Externo 1982-1988

(US$ milhões)

Itens	1982	1983	1984	1985	1986	1987(1)	1988(2)
1 - Exportações	20.175	21.899	27.005	25 639	22 393	26 225	33 000
2 - Importações	19 395	12 429	13 916	13.153	14 044	15 052	14 800
3 - Balança Comercial (1-2)	780	6.470	13 089	12 486	8.349	11.173	19.000
4 - Juros (líquidos)	-11 353	-9 555	-10 203	-9.659	-9.093	-8 792	-10 100
5 - Outros Serviços e Transferências	-4.182	-3.057	-2.369	-2,525	-3.284	-3.193	-4 530
6 - Saldo em Conta Corrente (3+4+5)	-14.755	-6 142	517	302.000	-4.028	-812	4.570
7 - Conta Corrente/PIB (%)	-5,5	-3,0	0,2	0,100	-1,5	-0,2	1,3
8 - Investimentos Diretos (líquidos)	991	664	1.076	720	-108	531	2.330
9 - Hiato de Recursos (6-4+8)	-2.411	4.077	11.796	10.681	4.957	8.511	17.000

Fonte Banco Central do Brasil

Nota. (1) Preliminar
(2) Previsão

TABELA IV

Necessidade de Financiamento do Setor Público, Conceito Operacional 1986-1988

NCz$ mil

Discriminação	1986		1987		1988(*)
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Programação (% PIB)
I - Governo Central	58 041	1,52	354.722	2,77	3,3
II - Governos Estaduais e Municipais	35.045	0,92	197 696	1,55	0,6
III - Empresas Estatais	50.226	1,31	134.344	1,05	-0,4
IV - Agências Descentralizadas	-321	-0,01	-17.675	-0,14	0,1
V - Previdência Social	-9.548	-0,25	29.719	0,23	0,4
Total	133.443	3,49	698.806	5,46	4,0

Fonte Banco Central
(*) Refere-se à programação de Política Fiscal para 1988

TABELA V

Taxa de Desemprego Aberta por Regiões Metropolitanas (Médias Anuais) 1982-1988

(Porcentagem)

Ano	Regiões Metropolitanas						
	Recife	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Rio de Janeiro	Média
1982	7,50	5,58	5,25	6,18	6,24	6,54	6,35
1983	7,98	6,79	6,73	7,77	5,57	6,18	6,70
1984	8,58	6,80	6,98	8,30	7,75	6,76	7,12
1985	7,21	5,02	5,02	5,72	6,04	4,86	5,25
1986	4,39	3,34	3,34	3,71	4,54	3,49	3,59
1987(*)	5,27	3,84	4,00	3,98	4,09	3,32	3,81
1988(*)	5,77	4,20	3,76	4,19	4,63	3,24	4,01

Fonte Fundação IBGE
(*) Média até novembro

TABELA VI

Indicadores de Endividamento Externo
1980-1988

(US$ milhões e,%)

Anos	Dívida Bruta Registrada (A)	Reservas Interna-cionais 2/ (B)	Dívida Líquida (C=A-B)	Serviço da Dívida Amortizações 3/ (D)	Juros Líquidos (E)	Total (F=D+E)	Exportações (G)	Serviço da Dívida/ Exportações (%) (H=F/G)	PIB (Em Bilhões Dólares) 4/ (I)	Dívida Líquida/ PIB (%) (J=C/I)
1980	53 847	6 913	46.934	6 689	6.311	13 000	20 132	64,6	250,2	18,8
1981	61 411	7.507	53 904	7 496	9 161	16 657	23 293	71,5	275,9	19,5
1982	70 198	3 994	66 204	8.215	11 353	14.568	20 175	72,2	283,1	23,4
1983	81 319	4.563	76.576	5 294	9 555	14 849	21 899	67,8	208,3	36,9
1984	91 091	11.996	79 096	2.866	10.203	13 069	27 005	48,4	211,1	37,5
1985	95.587	11 608	84.249	2.344	9.598	11 983	25 639	46,7	227,0	37,1
1986	101 759	6 760	94 999	3 164	9 093	12.257	22.393	54,7	271,4	35,0
1987	107.514	7 458	114 972	3.105	8.792	11 897	26 225	45,4	325,0	35,4
1988 1/	104 430	9 758	94 642	6.590	9 900	16 490	33 800	48,8	350,0	27,0

Fonte: Banco Central do Brasil
(1) Previsão
(2) Conceito de Liquidez Internacional, definido como: reservas em ouro + DES + Posição no FMI + Divisas Conversíveis
(3) Não inclui amortizações refinanciadas, a partir de 1983
(4) Convertido pela taxa média de câmbio. Não reflete o poder paritário de compra.

TABELA VII

Exportações, Importações e Saldo Comercial
1984-1988

(US$ milhões e porcentagem)

Discriminação	1984		1985		1986		1987		1988(*)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Exportações	27.005,3	100,0	25.639,0	100,0	22.393,0	100,0	26.225,1	100,0	33.800,0	100,0
Produtos Industrializados	17 955,0	66,5	16.821,3	65,6	14.922,0	66,6	15.518,9	59,2	21.080,0	62,4
Café em Grão	2.564,1	9,5	2.369,2	9,2	2.006,0	9,0	1.958,0	7,5	2.100,0	6,2
Minerais Metalúrgicos	1.784,8	6,6	1.795,7	7,0	1 720,9	7,7	1.720,0	6,5	2.120,0	6,3
Outros prod. básicos	4.701,4	17,4	4.652,8	18,2	3.744,1	16,7	7.028,2	26,8	8.500,0	25,1
Importações	13 915,8	100,0	13 153,5	100,0	14 044,3	100,0	15 052,0	100,0	14.800,0	100,0
Petróleo e Derivados	6 877,0	49,4	5.749,2	43,7	3.004,3	21,4	4.123,0	27,4	3.700,0	25,0
Trigo	755,0	5,4	591,1	4,5	248,3	1,8	250,0	1,7	120,0	0,8
Demais importações	6.283,8	45,2	6.813,2	51,8	10.791,7	76,8	10.679,0	70,9	10 980,0	74,2
Saldo Comercial	13.089,5		12.485,5		8 348,7		11.173,1		19.000,0	

Fonte: CACEX, CIEF/MF
* Previsão

PLANO DE GOVERNO PARA 1989

SÍNTESE ECONÔMICA

1. A AMEAÇA DA HIPERINFLAÇÃO

Há pelo menos quinze anos, a sociedade brasileira tem convivido com taxas de inflação que crescem de forma quase ininterrupta, a ponto de ao final de 1988 a variação mensal de preços já corresponder a praticamente ao dobro da variação anual verificada em 197.. Caso fossem mantidas as variações no Índice de Preços ao Consumidor, registradas nos últimos meses de 1988, a inflação anual seguramente ultrapassaria a 1.500%.

É certo que existe um limite de tolerância do sistema econômico e da própria sociedade a elevações exacerbadas de preços. É igualmente certo que o País se aproximava cada vez mais desse limite, a partir do qual haveria a definitiva perda de controle sobre o processo inflacionário e, em consequência, se instalaria a hiperinflação, a total desorganização do sistema econômico e a ruptura do tecido social.

É importante salientar que aquele quadro de extrema gravidade foi o resultado de erros acumulados, ao longo dos anos, na gestão da política econômica, ademais de condições externas desfavoráveis.

Indiscutivelmente, corrigir os rumos da economia e evitar a hiperinflação constituem a tarefa mais urgente e relevante da realidade contemporânea brasileira. Postergá-la significaria pôr em risco o próprio projeto nacional de desenvolvimento, afora outras indesejáveis conseqüências associadas à hiperinflação. Por outro lado, a execução da tarefa impõe sacrifícios inevitáveis a toda a sociedade, porquanto não mais existem espaços que possam permitir a acomodação do processo inflacionário.

É nesse contexto que se insere o Plano de Estabilização Econômica, implementado pelo Governo a partir de 15 de janeiro de 1989.

2. OS OBJETIVOS DO PLANO DE GOVERNO PARA 1989

O Plano de Estabilização Econômica representa uma resposta enérgica e consistente à crise econômica brasileira e tem como objetivo principal deter a aceleração inflacionária, evitando, no mais curto espaço de tempo, a ameaça da hiperinflação.

Nesse sentido, foi conferida atenção prioritária à meta de redução do déficit público (entendido no seu sentido amplo, envolvendo as necessidades de financiamento do Tesouro Nacional e Banco Central), como condição necessária à reversão das tendências inflacionárias. Em segundo lugar, o efetivo controle da inflação exigiu, além do ajuste fiscal, a eliminação da indexação formal e generalizada da economia através do congelamento dos preços e de uma adequada política de rendas.

O Plano de Estabilização Econômica objetiva não apenas à estabilização macroeconômica de curto prazo, com redução expressiva da inflação, mas também lançar as bases para a retomada do crescimento econômico sustentado.

A economia brasileira não pode comprometer com baixos níveis de investimento seu potencial de crescer a taxas elevadas. A estabilização deverá ter um impacto altamente positivo, mas insuficiente para produzir o salto que se faz necessário na taxa de investimento da economia. Esse, o objetivo da Política de Investimentos que acompanha o conjunto de medidas voltado para o combate à inflação.

Em uma perspectiva de médio prazo, o reequilíbrio das finanças públicas, a queda significativa da inflação e a política de investimentos removerão os principais obstáculos à retomada do desenvolvimento, em bases sólidas sob a liderança do setor privado, e possibilitarão a atenuação das disparidades de renda entre pessoas e entre regiões. Para esses objetivos, deverá também concorrer a redução das transferências de renda para o exterior, em decorrência do processo de renegociação da dívida externa.

3. NATUREZA E ORIGENS DA CRISE E O PLANO DE GOVERNO PARA 1989

A crise econômica brasileira, caracterizada sobretudo por elevadíssimas taxas de inflação e estagnação do produto industrial, tem raízes que remontam aos primeiros anos da década passada. De fato, em 1973, com o brusco aumento dos preços internacionais do petróleo, uma onda de pressões inflacionárias se espalhou pelo mundo.

No Brasil, o apelo ao financiamento externo, ao invés do ajustamento econômico, conseguiu, em um primeiro momento, não apenas elidir as dificuldades inerentes a um processo de redução da renda global, mas também atenuar parcialmente o conflito distributivo interno.

Como decorrência, resultou um extraordinário crescimento da dívida externa e uma progressiva disseminação dos mecanismos de indexação de preços e salários.

Dada a maior vulnerabilidade da economia, não surpreende constatar que o impacto inflacionário dos choques externos de 1979 e 1981, no Brasil, tenha sido bem superior ao ocorrido anteriormente. No caso, houve uma combinação perversa de pressões inflacionárias com empobrecimento real.

Em resposta à aceleração inflacionária, procedeu-se a uma ampla generalização e complexificação dos mecanismos de convivência com a inflação: os prazos de correção dos preços e salários iam sendo reduzidos, ao mesmo tempo em que se ampliava o universo de indexação. Tal procedimento, por um lado, aparentemente, atenuava os efeitos imediatos da inflação; por outro, contudo, aumentava as dificuldades para que, a médio ou a longo prazo, se lograsse reverter a escalada inflacionária.

A partir de 1983, o País viu-se na obrigação de reorientar, em prazo curto, sua economia, a fim de gerar saldos positivos na balança comercial e, desse modo, prover os dólares necessários para honrar seus compromissos externos. Na prática, isso significou que o peso dos desequilíbrios externos, acumulado ao longo dos anos, passou a ser suportado internamente.

De fato, quando cessou o financiamento externo dos juros devidos aos credores estrangeiros, o Governo brasileiro passou a recorrer a fontes internas de financiamento das contas públicas.

À medida que o setor público brasileiro passou a utilizar essas novas fontes de financiamento, os desajustes externos foram rapidamente internalizados, tornando transparente o fato de que a crise econômica brasileira se correlaciona fortemente com o déficit do setor público.

Os cortes de dispêndios públicos efetivados jamais alcançaram a proporção necessária. Por outro lado, quando realizados, os cortes em gastos públicos foram direcionados sobretudo para investimentos, comprometendo, por conseguinte, no médio prazo, a própria capacidade produtiva do País.

O outro componente do ajustamento interno, ou seja, o aumento da receita fiscal, também não se materializou. Ao contrário, desde 1983, a tendência das receitas tributárias da União, como proporção do PIB, tem sido francamente declinante. Tendência mais forte se verifica quando se toma, no mesmo período, a receita da União, deduzidas as transferências para Estados e municípios.

Ao mesmo tempo em que o investimento público e a receita tributária da União iam declinando, a inflação ia atingindo patamares mais elevados, alimentada pelos desequilíbrios financeiros do Governo, pelas incertezas e pela proliferação dos mecanismos de indexação.

Todas essas formas de contornar o ajustamento interno deixaram o problema básico intocado, ademais de comprometer as perspectivas de médio prazo na economia brasileira. No final das contas, o setor público terminou tendo de recorrer continuamente e em doses maciças ao sistema financeiro nacional, para cobrir seus sucessivos déficits operacionais. O impacto da continuação desse processo sobre a dívida interna do setor público foi devastador. À exceção de anos atípicos – como 1983 e 1986 – a dívida pública interna real tem crescido permanentemente a taxas alarmantes.

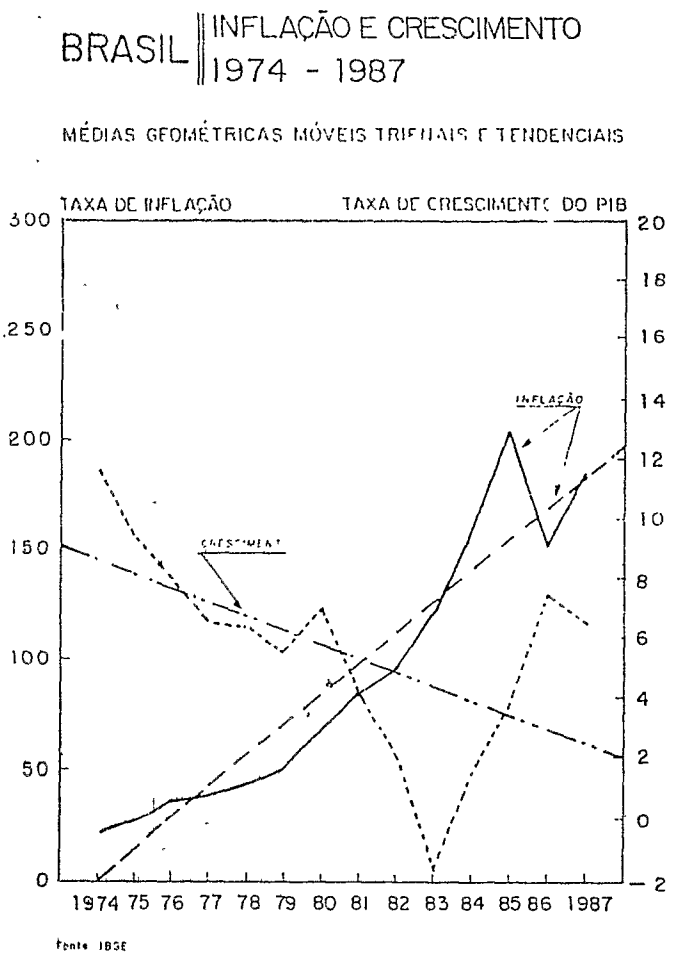
A história das respostas aos desajustamentos externo e interno revela, dessa forma, uma sucessão de tentativas de contornar a crise sem arcar com seus custos. É indiscutível que essa estratégia fracassou no que diz respeito à luta contra a inflação. Sucede, contudo, que essa estratégia igualmente fracassou no que concerne às perspectivas de crescimento econômico, conforme se observa no gráfico a seguir.

Torna-se evidente, portanto, que as políticas adotadas, visando a contornar a crise, não conseguiram lograr êxito. Ao contrário, genericamente, a cada ano, o Brasil obteve mais inflação e menos crescimento.

Por outro lado, observava-se ao final de 1988 que era muito limitado o acesso ao financiamento externo, era mínima a retenção de moeda pelo público e era cada vez maior o risco de rejeição dos títulos governamentais pelo público interno. Nessas condições de endividamento mobiliário, o encurtamento dos prazos era tal que esse ativo se confundia com moeda, ficando a economia com liquidez permanentemente elevada. Dessa forma, comprometia-se consideravelmente a eficácia da política monetária, sendo que a cada vez maior participação de títulos no financiamento das necessidades de recursos do Banco Central constituía-se mecanismo realimentador das pressões sobre o déficit público.

A solução imediata para o esgotamento da capacidade de financiamento do setor público, consiste, então, em ajustar o desequilíbrio orçamentário global do Governo aos níveis possíveis de financiamento interno não inflacionário.

A solução do problema inflacionário brasileiro consiste no equacionamento do problema do déficit público, mas em combinação com uma adequada política de rendas e de investimentos.



Vale dizer: a solução do problema do déficit é condição necessária, mas não é suficiente. Essa é a perspectiva do Plano de Governo para 1989, que se detalhará nas sessões seguintes.

II – O PLANO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA (PLANO VERÃO)

1. O AJUSTAMENTO FISCAL

Logo no início da montagem do programa de ajuste econômico com o FMI, em fevereiro de 1988, o Governo brasileiro detectou uma tendência insustentável dos desequilíbrios das finanças públicas. Estimava-se, para 1988, um déficit operacional potencial de mais de 7% do PIB.

A consciência desse fato levou o Governo a adotar medidas voltadas para a reversão dessa tendência, programando um déficit operacional consolidado de 4% do PIB.

No que tange ao exercício financeiro de 1989, o primeiro mapeamento do Orçamento Geral da União já incorporava algumas das principais mudanças em matéria de finanças públicas a serem introduzidas pela nova Constituição, então em elaboração, notadamente aquelas relativas à nova partilha tributária. Nesse primeiro mapeamento, detectava-se agudo desequilíbrio das finanças públicas, que produziria déficit operacional potencial em torno de 6% do PIB.

Tendo em vista a necessidade de promover um estrito controle fiscal, a fim de viabilizar a estratégia global de estabilização macroeconômica, o Governo Central promoveu ampla reestruturação do gasto público federal, a qual envolveu sensível esforço de cortes em despesas do Orçamento Geral da União.

Atuou-se preventivamente através da "operação desmonte" no sentido de antecipar possíveis efeitos da então futura Constituição sobre o aumento de transferências federais para Estados e Municípios. No mesmo sentido, procedeu-se a cortes substanciais sobre a despesa potencial com pessoal, além de terem sido desenvolvidos esforços para reduzir os gastos potenciais com trigo e despesas com produtos agropecuários. A redução do déficit proposto naquela oportunidade contou ainda com um esforço extra do lado da receita tributária, através das antecipações de prazos de recolhimento do IPI e IR, já a partir do exercício de 1988.

Além disso, a primeira proposta do Orçamento Geral da União para 1989 incorporava uma importante inovação de política orçamentária: a indexação múltipla do orçamento ancorada na evolução da Receita Tributária. Essa inovação proposta pelo Executivo e o Legislativo visava: i) maior transparência da política fiscal; e ii) controle mais efetivo do déficit público real.

A promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, aliada a uma série de outras influências, tais como o aumento de pessoal, novo plano de carreira da previdência social, entre outras, passaram a exigir ampla reformulação e novas ações de política fiscal, visando a conter a expansão dos desequilíbrios financeiros do Governo.

A reformulação da proposta orçamentária do Governo Federal, encaminhada ao Congresso Nacional através da EM nº 503, de 22 de novembro de 1988, proporcionaria uma contenção do déficit operacional do Governo para apenas 0,56% do PIB. Esse resultado seria obtido através de cortes adicionais de despesas, tais como subsídios e subvenções, outros custeios e capital, como também por uma recuperação significativa da receita fiscal do Governo. Propôs-se, ainda, no âmbito das empresas estatais, um extenso programa de alienação de ativos não-operacionais (desimobilização), venda de empresas estatais e lançamentos de ações. Com relação aos Estados e Municípios, reeditou-se a Resolução nº 1.469 do CMN, limitando-se, com isso, as excepcionalidades concedidas pela Resolução nº 1.486 do CMN, e propôs-se, também, um novo teto de "rolagem" de 75% do serviço da dívida externa e MF. Finalmente, foram contidos os volumes das operações de crédito oficial aos setores público e privado.

Com a aprovação da Emenda Substitutiva do Congresso Nacional, entretanto, foi rejeitada a nova política orçamentária de indexações do OGU e foram substancialmente ampliados os tetos de rolagem das dívidas externas e MF dos Estados e Municípios. Adicionando-se a isto o aumento real do salário mínimo e os abonos concedidos ao funcionalismo público, a partir do final de

1988, podia-se prever novamente significativos desajustes financeiros do Governo para 1989.

Tendo em vista esse cenário, e a necessidade de compatibilizar as variáveis do lado da política fiscal com o programa de estabilização implementado em 15 de janeiro, o Executivo propôs novas medidas de ajuste fiscal, ampliando seu alcance e efetividade.

Os esforços do Governo na área fiscal concentram-se em quatro frentes básicas. Primeiramente, objetivando reduzir as despesas de custeio e imprimir maior racionalidade na Administração Pública Federal, propôs-se, através de uma ampla reforma administrativa, a extinção de cinco ministérios, como também de cinco autarquias e fundações públicas e seus respectivos cargos. Além disso, foram extintos quatorze órgãos da Administração Federal Direta, dissolvidas quatro entidades da Administração Federal e alienadas outras seis. Adicionalmente, foi vedada por noventa dias a aquisição de veículos, excetuando-se aqueles voltados aos serviços de saúde, segurança pública e defesa nacional e limitaram-se as viagens ao exterior.

Em segundo lugar, tendo em vista a necessidade de reduzir as despesas com pessoal e adequá-las ao teto constitucional de 65% das receitas correntes, foi proposta a demissão de funcionários públicos, com a extinção dos respectivos cargos, vedada a remuneração de servidores pelo exercício de mandato em órgãos colegiados das empresas estatais e determinou-se também, a redução do quadro de titulares dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, para, no máximo, seis membros.

Com relação ao segmento das empresas estatais federais, as medidas propostas contemplam amplo programa de privatização que será obtido mediante a venda de ações, elevação do capital social e venda de empresas. Esse programa, aliado a já citada dissolução e alienação de entidades da Administração Federal e a um esquema de financiamento que será executado pelas entidades ligadas ao Sistema Financeiro da Habitação e pelo BNDES, será de fundamental importância para a adaptação do setor produtivo estatal à meta de eliminação do déficit operacional do setor público global.

Numa quarta frente de atuação, situa-se o decreto baixado pelo Executivo estabelecendo normas rígidas para a programação e execução financeira do Tesouro Nacional. Por meio desse instrumento, limitou-se a emissão de títulos da Dívida Pública, como também condicionou-se a realização de despesas não financeiras à prévia existência de disponibilidade de caixa. Desta forma, reforçou-se ainda mais o esforço de ajustamento fiscal, que constitui ponto central para o êxito do programa de ajustamento.

Em linhas gerais, a orientação da política fiscal pretendida aponta para maior racionalidade e equilíbrio das finanças públicas, com a consequente redução tanto do grau de intervenção do Governo na economia como das pressões do setor público no mercado financeiro, que representam elementos importantes para viabilizar a condução da política monetária no bojo do programa de estabilização.

2. O AJUSTE MONETÁRIO

2.1. Antecedentes da Política Monetária

O esgotamento das fontes de financiamento do déficit público começou a se verificar, de fato, do lado das fontes externas, normalmente as primeiras a se retraírem em momentos de dificuldades econômicas agudas, como as que têm ocorrido. Como se sabe, o financiamento através de novos empréstimos externos de bancos privados foi praticamente eliminado a partir de 1984. O ingresso do chamado "dinheiro novo voluntário" ficou restrito às operações com instituições multilaterais (Banco Mundial e BID, principalmente) e com as agências ligadas aos governos de países industrializados (EXIMBANKS, etc). Nos últimos quatro anos, esses fluxos, após deduzidos os pagamentos de amortizações, não têm sequer ultrapassado a marca de US$ 2 bilhões.

Exaurindo-se as principais fontes externas de financiamento, e na ausência de maiores ajustes nas suas contas, o setor público teve de voltar-se maciçamente para as fontes internas. Na prática, todos os governos financiam parte de seus déficits, internamente, via emissão monetária e outra parte via emissão de títulos públicos.

Contudo, nas condições atuais de convívio com taxas mensais recordes de inflação, torna-se cada vez mais difícil viabilizar o financiamento interno de déficits positivos, de forma não inflacionária.

Na presença de níveis inflacionários elevados e em ascenção, mesmo existindo na economia brasileira ativos financeiros de curtíssimo prazo rendendo juros, ou seja, "moeda indexada", o risco de rejeição dos títulos públicos tendia a aumentar. De fato, quanto mais intensa a aceleração da inflação, maiores as perdas reais no valor de contratos indexados, tendo em vista a defasagem entre o momento da coleta das informações e o da divulgação do índice de preços relevante.

Além da questão da rentabilidade, existiam outros fatores que afetavam o risco de rejeição, como, por exemplo, o grau de confiança do público em relação à segurança de suas aplicações. A confiança do público, nesse caso, vinha sendo negativamente influenciada não só pelo significativo crescimento da dívida mobiliária real, como também pela crise que tem atravessado atualmente a economia brasileira.

Nessas condições, a condução de uma política monetária ativa, que vise manter os agregados monetários dentro de metas nominais de expansão predeterminadas, tornava-se praticamente impossível, pois: a) existia pouca margem de manobra, em face da necessidade de abrir espaço para colocação adicional de dívida; b) inexistiam tomadores finais na magnitude necessária, forçando a rolagem da dívida no *overnight*; c) tornava-se difícil fixar metas relevantes, quando os indicadores convencionais de política monetária perdem nitidez em decorrência do próprio processo inflacionário.

Assim, o cenário econômico dos anos recentes tem demonstrado dificuldade de condução da política monetária que, a reboque da política fiscal, vem perdendo continuamente sua eficácia. -

O esgotamento das fontes externas de financiamento e os limites da capacidade do Governo de se financiar com títulos vêm contribuindo fortemente para aumentar as pressões do setor público sobre a emissão de moeda e conseqüente ineficiência da política monetária.

2.2. A Política Monetária para 1989

A condução da política monetária, em consonância com o programa de combate à inflação, se pautará pelos seguintes objetivos fundamentais:

a) inibir movimentos especulativos que poderão se manifestar particularmente na fase inicial do programa;

b) inibir consumo e estimular investimentos;

c) favorecer o alongamento da maturidade no mercado financeiro;

d) resgatar a confiança no padrão monetário.

A política monetária para 1989 se utilizará de três instrumentos básicos: a) aumento da taxa de juros real de curto prazo; b) controle do crédito do setor privado; e c) redução do ritmo de acumulação de reservas.

Em decorrência da redução das pressões do setor público, via ajuste fiscal, à política monetária será aberto amplo espaço de manobra para consecução dos objetivos mencionados

A nova estrutura de taxas de juros começará a se formar a partir das taxas diárias de refinanciamento do estoque da dívida pública remanescente. Para ser consistente com o programa, o Banco Central controlará a quantidade de moeda e usará, com certa liberdade, a taxa de juros para atingir os objetivos colimados. Nesse sentido, fica afastado qualquer compromisso de compatibilização entre a taxa do *overnight* e a taxa de inflação.

No início do programa, a política monetária, via mercado aberto, apresentará caráter restritivo. A taxa de juros resultante, elevada, inibirá, assim, a formação de estocagem especulativa e conterá o consumo. À medida que as expectativas do setor privado forem se revertendo e, portanto, aumentando a credibilidade no programa, a expansão monetária, sempre via mercado aberto, poderá começar a se graduar pelas metas da política de rendas, ditadas pelo pacto. Quanto mais ousadas forem essas metas, maior espaço haverá para a política monetária e menores serão os custos da estabilização.

Dentro desse espírito, o Plano Verão adotou como medida-mestra o aumento dos limites dos recolhimentos compulsórios sobre instituições financeiras, através do art. 19 da Medida Provisória nº 32, de 15.1.89. Ao controle de liquidez, adotou-se também medida que reduz os prazos de liberação dos depósitos em moeda estrangeira, por meio da Resolução do Banco Central nº 1.569.

Em consonância com os objetivos de política monetária austera, o controle do crédito ao setor privado assume papel importante no plano de estabilização de 1989. Foram tomadas uma série de medidas visando ao efetivo controle da demanda agregada, e conseqüente redução das pressões sobre a base monetária.

Entre tais medidas destacam-se:

a) contenção do crédito ao setor privado (Resolução do Banco Central nº 1.566);

b) alteração dos limites dos cheques especiais (Circular do Banco Central nº 1.418);

c) redução de prazos de financiamento e pagamento de cartões de crédito (Resolução do Banco Central nº 1.567);

d) aumento do recolhimento compulsório (Circular do Banco Central nº 1.419 e 1.421).

Para atenuar o impacto dos superávits em conta corrente sobre a oferta monetária, a política monetária se beneficiará das liberações de importações e das políticas de taxa de câmbio concernentes com este objetivo.

Assim, essa orientação de política monetária estará reforçando a política fiscal de combate à inflação, e o resgate da confiança no padrão monetário estará garantido.

A queda da taxa de juros de longo prazo estará garantida pelo contínuo equilíbrio financeiro do Tesouro e Banco Central e pelas expectativas de inflação declinante. Com isso, ficam criadas as condições para a retomada dos investimentos e do nível de atividade econômica em bases estáveis, além de favorecer o alongamento de maturidade no mercado financeiro.

Em sincronia com a redução do déficit público, está reservado, portanto, à política monetária um nobre papel dentro do programa: o controle do processo de convergência da taxa de juros real, a partir de seu elevado patamar no início do programa, para o seu nível de equilíbrio mais baixo no longo prazo.

3. O PROGRAMA DE DESINDEXAÇÃO

A indexação começou a ser formalmente introduzida no Brasil a partir de 1964. Inicialmente, era aplicada aos títulos públicos, a algumas operações no mercado financeiro e aos balanços das empresas. A partir daí, foram-se generalizando as regras de recomposição automática dos salários e preços, em função da inflação passada.

A indexação da economia foi a alternativa escolhida para adiar os custos do processo inflacionário, uma vez que amortecia, ao menos no curto prazo, o conflito distributivo. Observava-se uma forte correlação entre a complexidade dos mecanismos de indexação e o crescimento das taxas de inflação, além do que a inflação passada, após sua reposição pela indexação contratual, tornava-se patamar mínimo da inflação futura, impedindo inclusive o funcionamento do mercado, isto é, alterações nos preços relativos dos bens e serviços – mecanismo regulador do mercado – só seriam possíveis via elevação do patamar inflacionário.

Infelizmente, dada a relativa rigidez dos contratos e o poder de barganha diferenciado dos agentes econômicos, as elevadas e crescentes taxas de inflação têm encontrado perdedores no sistema econômico, que de maneira ingênua, ainda poderiam achar que a indexação pode resgatar seu poder de compra, demandando reajustes nominais de salário pelo pico, o que, de acordo com o argumento acima, realimentaria o processo inflacionário. Aliás, no que toca aos reajustes nominais de salários, vale dizer, estes exercem dupla pressão sobre os preços: reajustes nominais eleva-

dos em curto espaço de tempo trazem, de um lado, pressões de custos – proporcionais a participação dos salários na formação dos preços – e de outro, pressões de demanda advindas da elevação de seu poder de compra sem contrapartida produtiva, ou seja, no nível de oferta da economia.

A espiral preços-salários, contudo, parece ter chegado a seu esgotamento, uma vez que existe hoje percepção generalizada na opinião pública de que qualquer programa de combate à inflação, por mais austero que seja, não será eficiente se não contemplar uma atenuação dos esquemas de indexação formal vigentes na economia. Percebe-se, consensualmente, que uma trajetória de inflação decrescente é incompatível com os mecanismos de indexação atrelados à inflação passada, presentes, até a época do Plano Verão, em praticamente todas as relações econômicas no País.

Dada esta conscientização sobre a indexação e seus efeitos sobre o crescimento dos preços, o Governo está firmemente empenhado em mudar o foco dos agentes econômicos da inflação passada para o novo horizonte esperado de inflação, buscando cortar efetivamente a componente inercial e psicológica da inflação.

Isto posto, no âmbito do Plano Verão, o Governo buscou reduzir drasticamente os mecanismos formais de indexação, pactuando, através do congelamento de preços e salários, por tempo indeterminado, e uma taxa de câmbio estável, inflação zero.

As principais medidas, ditas "heterodoxas", adotadas pelo Executivo – de acordo com a Medida Provisória nº 32 – no que toca à desindexação da economia, foram:

a) congelamento, por tempo indeterminado, dos salários e outras remunerações de empregados, ao patamar mínimo de seu valor real médio observado no ano de 1988, preservando-se a isonomia salarial;

b) os salários do setor público federal – aí compreendidas a administração direta, autarquias e fundações – serão regidos por regras próprias, respeitadas as disponibilidades do Tesouro Nacional e os limites previstos pela Constituição Federal;

c) congelamento geral dos preços, por tempo indeterminado, aos níveis já atingidos pelos órgãos oficiais competentes ou dos preços efetivamente praticados no dia 14 de janeiro de 1989,

d) congelamento de aluguéis, a partir de 1 de fevereiro de 1989, pelo valor médio real do ano de 1988;

e) utilização de um índice de deflação diário (tablita) nas obrigações pecuniárias constituídas no período de 1 de janeiro de 1988 a 15 de fevereiro de 1989, sem cláusula de correção monetária ou com cláusula de correção monetária prefixada, objetivando-se eliminar o "excesso" de expectativa inflacionária e custos financeiros embutidos;

f) extinção em 16 de janeiro de 1989 da OTN fiscal, divulgada diariamente pela Secretaria da Receita Federal e, em 1 de fevereiro de 1989, da OTN, tendo sido seus valores congelados em: 1) OTN NCz$ 6,17 (seis cruzados novos e dezessete centavos); 2) OTN fiscal NCz$ 6,92 (seis cruzados novos e noventa e dois centavos);

g) revogação das normas de correção monetária dos balanços;

h) proibição de cláusula de indexação nos contratos novos de prazo inferior a 91 dias, permitindo-se, nos contratos de prazo superior a 90 dias, livre pactuação de indexação entre as partes;

i) desvinculação das taxas de juros praticadas no *overnight* com a expectativa de inflação futura; e,

j) fixação da taxa de câmbio com paridade de NCz$ 1,00 para US$ 1,00, eliminando expectativas de desvalorizações cambiais, dada a estabilidade do novo padrão monetário.

Portanto, fica patente a intenção do Governo, com a adoção do conjunto de medidas formuladas no âmbito do Plano Verão, de estabilizar a economia e estabelecer uma âncora nominal, permitindo o funcionamento flexível dos preços, de acordo com as condições de mercado. A desindexação da economia juntamente com as medidas mais "ortodoxas" (ajuste fiscal e monetário) possibilitarão um horizonte de inflação zero ou residual, voltando a estimular o investimento e, portanto, o crescimento econômico.

III – AS BASES PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO

1. A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO VERÃO

O Plano Verão, dentro de seu espírito de promover a estabilização da economia brasileira no curto prazo, constitui-se em pré-requisito fundamental para a retomada do crescimento econômico sustentado.

Com efeito, o retorno às taxas históricas de crescimento da ordem de 7% não é uma questão de escolha, mas fator preponderante à manutenção do equilíbrio social no caso brasileiro. As altas taxas de crescimento demográfico observadas no passado bem como a elevação da taxa de participação na força de trabalho requerem um aumento no emprego da ordem de aproximadamente 3,5% ao ano. Para alcançar-se essa taxa de crescimento e criar-se as condições básicas para melhoria do mercado de trabalho e da distribuição de rendas no Brasil, o crescimento econômico é uma condição necessária e um objetivo de Governo.

Contudo, a magnitude do processo inflacionário atualmente observada vem inviabilizando não apenas decisões de longo prazo em cada segmento da economia, mas também decisões de curto prazo, das quais depende o funcionamento normal do sistema econômico, não havendo assim, projeto de crescimento factível sem o controle da inflação.

De fato, ao analisarmos o comportamento da taxa global de investimento a preços correntes nos últimos anos, observamos que esta caiu da média de 22% entre os anos de 1971 e 1980, para cerca de 17% no período de 1983 a 1988, redução esta que só não foi mais intensa em face da recuperação ocorrida em 1985 e 1986.

Essa queda está associada, fundamentalmente, à contenção dos investimentos do Estado, dada a estreita solidariedade destes com os investimentos do setor privado. A crise das finanças públicas, ao debilitar o mecanismo de financiamento dos investimentos estatais, enfraqueceu também o papel do Estado, quer co-

mo dinamizador do processo de desenvolvimento, quer como estabilizador do nível das atividades econômicas.

Nesse quadro emerge a necessidade de recuperar a taxa de investimento da economia brasileira, pondo em marcha a componente dinâmica do processo de desenvol imento. Trata-se, pois, de elevar tanto o investimento privado como o investimento público, voltando-os prioritariamente para a desobstrução de estrangulamentos setoriais, para a ocupação da capacidade ociosa do parque industrial e para a melhoria da capacitação tecnológica das empresas, de sorte a elevar-se a produtividade global da economia e a colocar-se o País no rumo da modernidade.

Por outro lado, dada a impossibilidade de recompor-se integralmente a taxa de poupança do setor público atingida na década passada, cumpre ser repensado o papel do Estado, abrindo-se à iniciativa privada espaços em áreas atualmente sob responsabilidade pública.

Dentro desse contexto, as metas de investimentos para 1989 são decisivas para a própria consecução dos objetivos de estabilização macroeconômica no curto prazo, à medida que direcionam para investimentos o recursos disponíveis do setor privado, evitando que se desloquem à exacerbação do consumo, à formação excessiva de estoques ou a movimentos especulativos.

Além disso, com a implementação de uma política monetária que implique juros reais positivos e elevados no período crítico da estabilização, a existência de linhas de financiamento para investimentos a taxas de juros adequados terá importante efeito na sustentação do nível de atividade.

2. INVESTIMENTOS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL

O nível de investimentos das empresas estatais programado para 1989 representa um acréscimo real de cerca de 15% em relação a 1988 e corresponde a 3,4% do PIB. Esta performance será possível, em grande parte, porque as empresas estatais vêm conseguindo equilibrar sua situação econômico-financeira, principalmente através da adoção de uma política correta de tarifação pública, em termos reais.

A programação de investimentos dessas empresas procura compatibilizar, para o ano de 1989, seus gastos às fontes efetivamente disponíveis, bem como aloca, prioritariamente, recursos a programas e projetos já em andamento e com menores prazos de maturação, de forma a manter-se a atividade econômica do País em ritmo consentâneo com sua capacidade de crescimento.

Objetivando o equilíbrio indispensável entre as fontes disponíveis e a necessidade de novos investimentos, assim como à adequação da oferta de novos bens e serviços às efetivas condições do mercado interno e externo, buscou-se, no exame de alguns projetos em implantação, ajustar a essa realidade o ritmo dos respectivos investimentos. Dessa forma, eliminando-se expectativas de gastos superiores à capacidade do País de investir, evitar-se-ão sérios problemas de aumentos de dívidas, particularmente junto a empreiteiros e fornecedores.

O incremento real de 15% nos investimentos das Estatais visa a atender aos setores que devam, necessariamente, receber tratamento prioritário, e a realização desses investimentos contará com a participação substancial de recursos próprios, a elevar-se, de 79% em 1988, para 89% em 1989. São os seguintes os setores a serem contemplados:

– Sistema Eletrobrás – O crescimento real de 24% nos seus investimentos corresponde ao mínimo indispensável para assegurar-se o atendimento da demanda nacional projetada de energia elétrica, de modo a evitarem-se os riscos de racionamento no início da próxima década, caso não seja implementado o ritmo de obras previstas no Plano de Recuperação Setorial – PRS. Os recursos programados para o setor são da ordem de NCz$ 3.959 milhões, assim distribuídos: 47% em geração, 41% em transmissão e os restantes 12% em distribuição e instalação.

– Sistema CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) – O crescimento real da ordem de 103% decorre da necessidade de conclusão dos projetos de alumínio da Albrás (fase II) e de alumina da Alunorte, bem como da redução do Sistema Sul, desgastado pela utilização intensiva, e o término do Sistema Norte.

– Sistema Telebrás – O acréscimo real de 23% nos investimentos afigura-se de fundamental importância para a reversão da tendência de saturação do sistema de telefonia do País, cuja capacidade de tráfego apresenta-se, já há algum tempo, muito aquém da demanda dos serviços existentes.

– Sistema Siderbrás – Os dispêndios previstos com melhorias operacionais e com o desenvolvimento de novos processos tecnológicos conduziram à necessidade de assegurar-se crescimento real de 44%, vinculados tais dispêndios, preponderantemente, ao programa de investimento das subsidiárias.

– Sistema Petrobrás – Os investimentos deverão ser mantidos no mesmo nível do observado no ano anterior e estar direcionados, basicamente, para produção, distribuição e melhorias operacionais. Será conferida maior flexibilidade operacional ao Grupo Petrobrás, com o estabelecimento de parâmetros globais de desempenho balisadores da sua atuação.

3. INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO

Os investimentos do setor privado de acordo com a nova política econômica, merecerão todo o apoio do Governo para a sua efetivação, especialmente através do BNDES, principal agência de financiamento de longo prazo. O BNDES possui mecanismo ágil de apoio ao investimento através do financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos, pela FINAME, principalmente às pequenas e médias empresas.

O necessário incentivo ao investimento no ano de 1989 será assegurado com a elevação temporária, para até 90% do nível de participação dos financiamentos da FINAME no valor dos equipamentos. Isso implicará desembolso adicional de NCz$ 670 milhões no programa, o que representará um grande esforço do Governo para, no curto prazo, apoiar os investimentos do setor privado e a recuperação do crescimento, no longo prazo.

Concomitantemente, vários projetos privados de grande porte financiados pelo BNDES, já em fase de implantação, devem absorver volumes significativos de recursos em 1989. Todos os programas setoriais do BNDES terão resultados garantidos. Den-

tre eles, destaca-se o Programa de Insumos Básicos, especialmente nos segmentos de Petroquímica, Papel e Celulose, com grandes projetos em início de implantação e que vêm ao encontro do objetivo de consolidação desses setores no Brasil, seja para atender integralmente o mercado interno, seja para elevar sua capacidade de competir nos mercados externos. Para esses setores, estão alocados recursos no valor de NCz$ 1,6 bilhão.

A modernização e o desenvolvimento tecnológico, sobretudo nos setores de Bens de Consumo e nos setores de Tecnologia de Ponta, terão prioridade para o apoio financeiro, visando à redução de custos para melhor atendimento do mercado interno. Tais programas contarão com taxas de juros adequadas e recursos no montante de NCz$ 416 milhões para a construção civil e outros itens dos projetos, além do financiamento dos equipamentos, pela FINAME.

Além do apoio à pequena e média empresas para a compra de equipamentos pela FINAME, estão sendo alocados, através dos agentes financeiros do Banco, recursos no montante de NCz$ 2,4 bilhões, para outros itens dos projetos de investimento.

4. AS FONTES DE RECURSOS

A programação dos investimentos das empresas estatais para 1989 prevê participação substancial de recursos advindos da sua própria atividade operacional. Os recursos necessários para completar o nível de investimento programado serão provenientes do mercado financeiro, por intermédio das instituições financeiras públicas e privadas e de organismos internacionais.

Deve ser salientado, aliás, que o aumento previsto no nível de investimento das empresas estatais não significará qualquer desvio do Governo do seu propósito de reduzir, da maneira mais ágil possível, a presença do Estado na economia, visando, com isso, ao fortalecimento do setor privado, através da privatização de empresas, dentre outras ações.

Nessa linha de orientação, como forma de minimizar as pressões sobre o mercado de crédito, particularmente por seus efeitos negativos sobre o déficit público, e ainda para prevenir-se ante eventuais frustrações de receita, estabeleceu-se uma estratégia, através da qual se procura induzir as principais empresas estatais "holdings", como por exemplo a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Telebrás, Eletrobrás, Siderbrás e Banco do Brasil, a alienarem ativos não vinculados à sua atividade-fim, bem como participações acionárias.

Dessa forma, sendo certo que as metas de investimento estabelecidas não estarão condicionadas à viabilização de tais fontes, espera o Governo obter soma expressiva de recursos provenientes das seguintes alternativas: i) privatização das empresas Acesita, Petroquímica União, Fosfértil, Usiminas, Cofavi, Usiba, Piratini, dentre outras (Medidas Provisórias nºs 25 e 26 de 15 de janeiro de 1989); ii) alienação de bens imóveis de empresas estatais, não vinculados a sua atividade-fim (Decreto nº 97.161 de 7 de dezembro de 1988); iii) alteração da atual estrutura de capital de empresas estatais que tenham grande tradição de rentabilidade e liquidez em Bolsas de Valores, como por exemplo Banco do Brasil S.A., Companhia Vale do Rio Doce e Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, para permitir maior democratização do capital dessas empresas (Medida Provisória nº 26 de 15 de janeiro de 1989).

Objetivando a redução dos gastos das empresas estatais e, do grupo SEST como um todo, ainda foram adotadas as seguintes medidas: i) redução do quadro diretor das empresas estatais para apenas seis membros (Decreto nº 97.460 de 15 de janeiro de 1989); ii) extinção de entidades da Administração Federal (EBTU, EMBRATER, GEIPOT, CODEBAR) e alienação da participação acionária da União em algumas empresas (ENASA, FRANAVE, SNBP, entre outras) (Decreto nº 97.455 de 15 de janeiro de 1989); iii) vedou-se a remuneração de servidores públicos em exercício de mandato como membro de órgão colegiado de empresa estatal (Medida Provisória nº 31 de 15 de janeiro de 1989).

O processo de pulverização de ações das citadas sociedades, na maioria dos municípios brasileiros, dar-se-á mediante a participação de Agências Governamentais, tais como o BNDES, o Banco do Brasil, a Telebrás e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bem como de todas as instituições que compõem o sistema de distribuição do mercado de capitais. No caso de venda do controle acionário de empresas estatais, o BNDES será o agente da privatização, utilizando-se de sua experiência na condução dos processos de subscrição pública de ações e debêntures e, ainda, de agente de privatização das empresas nas quais detinha o controle acionário. Para evitar-se conflito de interesse no processo de privatização, o controle acionário das empresas incluídas no programa será transferido ao BNDES, que passará, assim, a ter maior autonomia para conduzir o processo de forma mais ágil.

No que diz respeito a alienação de bens não vinculados a atividade-fim das empresas estatais, de preferência imóveis, sua viabilização far-se-á através de esquema de financiamento ao comprador desses bens, com recursos a serem aportados pelas instituições que compõem o Sistema Financeiro de Habitação e entidades de previdência privada, abertas e fechadas.

No caso de ocorrerem disponibilidades de recursos nas empresas estatais, e de forma a evitar-se a realização de gastos superiores aos limites estabelecidos nos respectivos Orçamentos, poderão essas disponibilidades ser destinadas, mediante a utilização de instrumentos próprios, a inversões consideradas prioritárias por parte do Governo.

Para financiamento do setor privado, estão sendo assegurados ao BNDES, em seus programas ordinários para 1989, recursos no montante de NCz$ 4,4 bilhões. Além desses, prevê-se ingresso adicional de recursos do FND a serem aplicados pelo BNDES, no valor de NCz$ 862 milhões, perfazendo uma disponibilidade global para projetos de investimento de NCz$ 5,3 bilhões, superior em 20% aos valores aplicados em 1988. Para alcançar esse montante, além das fontes usuais do BNDES está sendo buscada a viabilização dos seguintes recursos adicionais

a) elevação da parcela de recursos do PIS/PASEP a ser transferida para o BNDES, além do percentual mínimo 40% do valor arrecadado, previsto no Texto Constitucional;

b) elevação dos recursos do FND a serem captados para aplicação pelo BNDES, devendo, para esse efeito, os fundos de previdência privada das empresas do setor público elevar sua subscrição de Obrigações do FND (OFND) em cinco pontos percentuais em relação ao valor hoje aplicado, com o que se obterá acréscimo de NCz$ 862 milhões nos desembolsos para investimento através do BNDES;

c) captação de recursos externos: o Governo Federal dará prioridade à captação de recursos externos pelo BNDES, tanto através dos Organismos Internacionais como pelo sistema privado de crédito. Tais recursos serão vinculados à execução dos projetos prioritários de investimento, já mencionados.

A maior parcela dos recursos adicionais será canalizada para a FINAME, que contará com o esforço de NCz$ 2,4 bilhões, para atender integralmente à demanda nas condições temporárias estabelecidas neste programa.

Este conjunto de medidas assegurará os recursos necessários à consecução das metas aqui apresentadas, com o que se espera crescimento expressivo dos investimentos, não só das empresas estatais, como também do setor privado, ainda representando uma mudança substancial no atual padrão de financiamento do setor produtivo estatal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Paes de Andrade, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Rafael Mayer, Revmo. Núncio Apostólico, Dom Carlo Furno, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros de Estado, Srs Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Oficiais-Generais, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Joaquim Roriz, minhas Senhoras, meus Senhores.

A sessão do Congresso Nacional que ora se realiza dá início à 3ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura e deve ser encarada como um momento de alta significação ante os compromissos firmados com o povo brasileiro, revestindo-se de caráter solene pela presença das mais altas expressões da vida pública brasileira, das autoridades civis, militares e eclesiásticas e dos Srs. Embaixadores de Missões Diplomáticas acreditadas em Brasília, e a que dá singular relevância a Mensagem do Chefe do Poder Executivo, Presidente José Sarney.

A Nação volta-se para este augusto recinto, quando os representantes do povo se unem para afirmar propósitos e semear urgente complementação; há uma ânsia generalizada pela valorização da atividade parlamentar; há um apelo constante para que os Poderes da República harmonizem seus objetivos, reconquistando a credibilidade popular. Vive o País uma grave crise, que desalenta os fracos e alegra os pregoeiros do caos. Uma Nação de cento e quarenta milhões de habitantes, com as suas peculiaridades geográficas e econômicas, como a nossa, previu Tancredo Neves, só vencerá os seus antagonismos lutando, trabalhando e crescendo. A sangria a que tem sido submetida a economia brasileira, para responder, sozinha, por uma dívida da qual não somos os únicos responsáveis, há de ser estancada sem vacilação, antes que a revolta das populações sacrificadas, vítimas do desabrigo, da fome e do desespero, ponha fim à usura escravizadora. A Comissão Carter-Ford destacou, recentemente, que as nações ricas transferiram 35 bilhões de dólares, líquidos, em 1980, às nações pobres. Agora, são as nações pobres que transferem anualmente, para as nações ricas, 30 bilhões de dólares líquidos. Enquanto os que emprestam fixarem unilateralmente os juros para alimentar sua fartura, maiores serão a angústia e a pobreza dos que pagam. Mas este não é nosso destino. Ser livres e continuar sendo pobres protestou Vargas Llosa — é uma liberdade precária e incompleta.

A natureza premiou o Brasil com riquezas naturais, que continuam a despertar a ambição dos que construíram seu progresso destruindo os bens materiais e humanos que possuíam. Para preservar o meio ambiente, patrimônio inalienável da Nação, os Constituintes de 1988 inscreveram no texto da Lei Maior que constituem patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. Não é uma advertência, é um compromisso que nos cumpre honrar e que honrraremos em proveito da própria Humanidade.

O ano de 1989 é um rosário de gloriosas efemérides. Há dois séculos a Revolução Francesa iluminava o mundo. Cem anos completa, em novembro, a mais antiga e constante democracia latino-americana — a costarriquence. Em 1789, o sangue de Tiradentes selava o compromisso nacional com a liberdade, o único valor imperecível da História, na síntese de Camus Começam aqui e agora, quando ainda cantam em nossos ouvidos os acordos do Hino da Pátria, as comemorações do Centenário da República, ensejo reservado às atuais gerações para que meditem sobre a vida das instituições democráticas, que lhes cabe preservar e engrandecer. A Constituição de outubro abriu o debate sobre a forma de governo, ensejando próxima consulta popular sobre a permanência da República ou a restauração da monarquia constitucional. O povo, ontem surpreendido e perplexo na manhã do 14 de novembro, terá afinal a oportunidade de manifestar nas urnas plebiscitárias sua vontade soberana. A abolição precipitou a queda do Império. A República necessita superar os problemas econômicos, sociais e morais que a angustiam, sob pena de sucumbir sob seus terríveis impactos. E não haverá como ressuscitar Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Ferreira Viana, Quintino Bocayuva e os demais signatários do documento de 1870, nem os autores do Manifesto de Itu, para reanimar as esperanças dos que começam a descrever das virtudes de uma República, que tão pouco tempo tem vivido no remanso democrático.

Somos, e queremos ser, uma Nação sem fronteiras para o direito, a paz e a liberdade. Aqui, todas as raças, todas as crenças e todas as ideologias encontram abrigo. Somos o lar que acolhe os perseguidos políticos das várias tendências. As agressões aos Direitos Humanos encontram nossa repulsa, antes que contra elas outros clamores se levantem. A formação de uma comunidade latino-americana, propugnada no texto constitucional, não exclui o entendimento amistoso com todas as Nações do mundo. Somente assim estaremos realizando a cooperação entre os povos para o progresso da Humanidade inscrita no texto constitucional.

Este ano marcará o ansiado encontro do povo brasileiro com as urnas eleitorais, para a escolha, pelo voto direto e secreto, do Presidente e Vice-Presidente da República. Transpostas estão as etapas da luta em que muito se empenharem e restam poucos pioneiros para festejar a vitória almejada. Esta é uma encruzilhada decisiva para o futuro do país. A Nação traçará seu próprio destino, menos pelos homens que escolher do que pelas idéias que eles representem. É o momento em que, na frase de Kennedy, não se trata de saber o que a Nação pode fazer por nós, mas sim, o que cada um de nós, do mais insigne ao mais humilde, pode fazer pela Nação.

Iniciamos mais cedo, este ano, as atividades regulares do Congresso Nacional, de maneira a permitir que de logo nos debrucemos na análise dos problemas e no equacionamento de medidas eficazes para debelar a crise, jugular a inflação e enfrentar o desafio do endividamento externo.

Todas essas metas são inadiáveis e exigem, para alcançá-las, a participação corajosa do Congresso Nacional, responsável maior pela democratização do Brasil. Daqui partiram as primeiras vozes contra o autoritarismo. Aqui ecoaram as manifestações inicias — e ouvimos ainda o clamor de Teotônio Vilela — pelo retorno ao estado de Direito e o restabelecimento de eleições diretas, livres e secretas. Daqui também partiram os brados pioneiros

em favor da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que a providência indicou Ulysses Guimarães para presidir.

É hora de renovar o juramento de obedecer à Constituição e às leis e servir ao progresso e à independência do Brasil.

Deus permita que este ano inicie, em nossa história política, uma nova e alvissareira etapa, de grandes rebeldias e de nobres audácias, que Nabuco via resultarem da responsabilidade, que não ameaça nenhuma independência, nem coarcta qualquer ousadia. Este, o dilema. A nós cumpre dar a Nação a resposta que ela reclama A Nação quer que sejamos audazes e rebeldes. E não lhe faltaremos.

Agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com seu comparecimento. Convido-as para uma recpeção no Salão Negro do Senado Federal.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	**NCz$ 9,32**
Exemplar avulso	**NCz$ 0,06**

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	**NCz$ 9,32**
Exemplar avulso	**NCz$ 0,06**

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 211-3738 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa,** periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**

A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**

Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**

Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**

Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**

Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**

Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**

Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**

Constituição americana, moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**

A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**

A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**

Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**

A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**

O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**

Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**

Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**

O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**

Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**

Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**

A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**

Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**

Casamento e família na futura Constituição brasileira: a contribuição alemã — **João Baptista Villela**

A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**

Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**

Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**

O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**

Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 311-3578
311-3579

PREÇO DO EXEMPLAR:
Cz$

Assinatura para 1988 (nºs 97 a 100): Cz$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da **Revista de Informação Legislativa,** periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministério Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnoldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistêmica — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituendo do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Ada Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luís Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lins da Silva Colucci** e **Maria Regina Caffaro Silva**

Decreto-Lei nº 201/67 jurisdicionalização do processo ou liberdade procedimental? — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Ramalhete**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Saldanha**

Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barbosa**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Boaventura**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascensão**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

PREÇO DO EXEMPLAR: CZ$ 150,00

Assinatura para 1988 (nºs 97 a 100): Cz$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

série, com índices temáticos comparativos (edição 1987)

Volume 1 — Alemanha (República Democrática); Bulgária; Humgria; Polônia; Romênia; Tchecoslováquia .....

Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua .....

Volume 2 — Angola; Cabo Verde; Moçambique; São Tomé e Príncipe .....

Volume 4 — Dinamarca; Finlândia; Noruega e Suécia .....

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas, Senado Federal — Anexo I — 22° andar. Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília — DF. Telefones: 211-3578, 211-3579.

Os pedidos por correspondência deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição — 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações

532 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCz$ 0,06